



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
DIÁRIO
DA ASSEMBLEIA REGIONAL

Presidente: Deputado Fernando Faria

Secretários: Deputados Jorge Cabral (Substituído temporariamente pelo Sr. Deputado David Santos) e Manuel Goulart.

SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se às 10,00 horas.

No **Perfodo da Ordem do Dia** deu-se continuidade à apreciação das Propostas de Orçamento e Plano para 1988, tendo usado da palavra os Srs. Deputados Manuel Serpa (PS), Mário Castro (PSD), José Decq Mota (PCP), Manuel Ávila (PSD), Carlos César (PS), José Ramos Dias (CDS), António Silveira (PSD), Carlos Teixeira (PSD), Carlos Mendonça (PS), Pacheco de Almeida (PSD), Alvarino Pinheiro (CDS), Dionísio de Sousa (PS), Jorge Cruz (PSD) e Madruga da Costa (PSD), bem como os seguintes Srs. Secretários Regionais: da Agricultura e Pescas, Adolfo Lima; dos Transportes e Turismo, Tomaz Duarte; e das Finanças, Raúl Gomes dos Santos.

Passou-se de seguida à votação, na especialidade, das propostas acima mencionadas, as quais foram aprovadas por maioria.

Produziram declarações de voto, a diverso título, os Srs. Deputados Alvarino Pinheiro (CDS), Dionísio de Sousa (PS), Madruga da Costa (PSD), Carlos César (PS), e Jorge Cruz (PSD).

Nas declarações de voto finais, subsequentes à aprovação do Orçamento e Plano, usaram da palavra os Srs. Deputados José Decq Mota (PCP), Alvarino Pinheiro (CDS), Carlos Mendonça (PS) e Madruga da Costa (PSD).

Neste perfodo foram ainda apreciadas e votadas as seguintes iniciativas legislativas:

- Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão das Propostas de Revisão do Orçamento e Plano para 1987, o qual foi aprovado por unanimidade.

- Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão sobre a constituição de uma Comissão Eventual para apreciar os projectos de Revisão Constitucional.

Submetido à votação foi aprovado por unanimidade.

- Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Proposta de Resolução, apresentada pelo Sr. Deputado Jorge Cabral, a qual visa recomendar ao Governo Regional a distribuição pelas Escolas dos Ensinos Preparatório, Secundário e Universitário dos elementos acerca das novas teses e factos da História dos Descobrimentos em geral e dos Descobrimentos Portugueses em especial.

Intervieram nos debates os Srs. Deputados José Decq Mota (PCP), Carlos César (PS), Jorge Cabral (PSD), Jorge Cruz (PSD) e Alvarino Pinheiro (CDS); tendo o mesmo sido rejeitado por maioria.

Produziu uma declaração de voto o Sr. Deputado Jorge Cabral (PSD).

Os trabalhos terminaram às 00,25 horas.

Presidente: Bom dia, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo. Vai proceder-se à chamada.

(Eram 10.00 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: **PSD** - Adelaide Teles, António Silveira, Borges de Carvalho, Carlos Teixeira, David Santos, Fernando Faria, Pacheco de Almeida, Flor de Lima, João de Brito, Jorge Cabral, Jorge Cruz, Jorge Magina, José Carlos Simas, Cinelândia Sousa, Madruga da Costa, Manuel Ávila, Mário Castro, Renato Moura; **PS** - Carlos Mendonça, Dionísio Sousa, Hélio Pombo, João Carlos Macedo, José Manuel Bettencourt, Manuel Goulart, Manuel Serpa, Raimundo Mesquita; **CDS** - Alvarino Pinheiro, José Ramos Dias; **PCP** - José Decq Mota).

Presidente: Estão presentes 29 dos Srs. Deputados. Temos quórum. Está aberta a Sessão.

Continuando a apreciação do Orçamento e do Plano na especialidade, no sector da Agricultura e Pescas, dou a palavra ao Sr. Deputado Manuel Serpa para uma intervenção. Tem a tribuna à sua disposição.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, em exercício, Srs. Membros do Governo:

Vamos para o término da aplicação das propostas e objectivos do Plano a Médio Prazo 1985/1988.

No que concerne às pescas realce para a premente preocupação de relançar um sector prioritário para a economia da Região através de uma estimulação e de um contínuo aperfeiçoamento em aspectos fulcrais que envolvem esta área cientes que estávamos e estamos das vastas potencialidades que estão ao nosso alcance.

O Programa do Partido Socialista apontava este rumo e a voz dos seus deputados, nesta Assembleia, sempre se norteou pelo reforço constante desta aposta sem ideias pré-concebidas de qualquer tipo de crítica destrutiva.

Havia que teorizar, devidamente, os objectivos e implementar medidas concretas a curto prazo.

A proposta do Plano para 1988, ora em discussão, reforça, de modo acentuado, um dos parâmetros que norteou a estratégia a médio prazo e que assenta fundamentalmente, na reestruturação e reconversão, (redimensionamento) da nossa frota pesqueira. Ultrapassada, e caduca, a frota não correspondia de modo algum, ao novo desafio das pescas. Urgia reconvertê-la na vertente artesanal e na do atum, no sentido da sua modernidade tecnológica e poder competitivo.

Neste momento, e depois de um percurso experimental, chegou-se à concepção de um tipo de barco cujo perfil consideramos adaptado à prática tradicional da arte e salto-e-vara, popularmente conhecida por "pesca com verdasca", na qual os nossos pescadores são hábeis e experimentados,

quase diria, imbatíveis, com altos índices de rendibilidade. É um barco com óptimas condições para a tripulação, uma relativa autonomia e sofisticadamente apetrechados. Ter em conta o homem neste caso, é gratificante e modelar. Dá gosto cavaquear com os pescadores depois de um dia de safra, na sua sala de convívio, onde, além do mais, se joga, se lê e se vê televisão ou vídeo.

No entanto há que ponderar a hipótese de, num futuro não muito longínquo, as nossas traineiras - como aqui ontem foi dito - serem confrontadas, dentro dos limites da Zona Económica Exclusiva, com outros tipos de pesca no que concerne ao atum, hipótese que remete para a construção, compra ou aluguer de alguns pequenos cercadores que nos ponham a coberto de qualquer inferioridade. As experiências efectuadas, neste capítulo, saldaram-se por um relativo fracasso, por isso mais se avoluma a necessidade de uma correcta definição nesta matéria.

Aliás tudo o que atrás fica dito entronca-se na problemática da investigação científica, mola real do desenvolvimento das pescas, onde, apesar de alguns esforços encetados, se fica com a sensação de incapacidade para linhas orientadoras e acções de vanguarda.

Por isso exige-se o arranque imediato do novo edifício onde ficará instalado o Pólo Universitário da Horta ou um hipotético Instituto Regional das Pescas (o que for melhor). Esta é uma acção prioritária, porque o tempo escasseia.

Eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para perguntar se de facto arranca ou não o Pólo Universitário e se a investigação científica se centrará exclusivamente neste Pólo Universitário ou se ficará dispersa por outras ilhas, sobretudo na Universidade sediada em Ponta Delgada, porque é importante a construção imediata deste Pólo. Ontem o Sr. Secretário disse aqui - e bem - que não está em causa nem a capacidade nem a competência de quem trabalha no Pólo Universitário da Horta, mas sim o regime de mendicidade em que vive quem lá trabalha e isso não está certo.

Há que tirar a investigação, parente pobre e envergonhada do sector, do anquilosamento a que está votada. É a Comunidade Europeia a lembrar: "O alargamento das zonas de pesca está em estreita relação com a diminuição das reservas de pesca, verificada desde o início dos anos 70. Todos procuram aumentar, proteger e gerir melhor o seu "terreno de caça". A questão é, particularmente crucial, acrescentando-se os progressos técnicos que, se não forem convenientemente supervisionados agravam os riscos de sobreexploração das reservas".

Em relação à nossa Região, surgem as perguntas, nascem as dúvidas. Há estudos científicos que

nos permitem avaliar os stocks existentes e a sua racionalização em relação ao peixe de fundo e, sobretudo, em relação às espécies mais valiosas? Para além dos bancos conhecidos, outras áreas foram pesquisadas? E a dúvida começa a surgir, de algum modo, fortalecida na última Semana das Pescas. Será o atum uma espécie eminentemente migratória ou terá habitats sazonais, a determinadas profundidades, bem perto de nós? É de ter em atenção que o stock de atum nos Açores poderá ter composição mista, com variações temporais. Isto é, não é de desprezar, a hipótese de existir um stock residente (associável à presença de uma robusta cadeia alimentar e de condições ecológicas favoráveis) conjuntamente com ramos migratórios que, ao encontrarem situação mais favorável, reforçam o stock e enriquecem a pescaria. Esta hipótese, a verificar-se, alterará, por completo, a análise clássica sobre as pescas do atum, com implicações relativamente à regulamentação de capturas e medidas de protecção da espécie.

Teremos ao nosso alcance uma riqueza que pode inverter processos, comprovar a justeza do tipo de frota, mexer em acordos negociais?

É legítimo que os pescadores com conhecimento e experiência feita estranhem que o atum que, num processo quase ritual, começava, normalmente, a ser capturado em zonas próximas de Santa Maria e S. Miguel apareça a poucas milhas das costas da Fronteira do Pico e costas do Faial e que se interroguem quando detectam grandes cardumes que normalmente apareciam esfomeados, não dando qualquer possibilidade de captura.

É imperativo organizar-se um vasto programa de investigação científica sobre o atum que permita à Região avaliar **autonomamente** o respectivo potencial de pesca.

Este momento é decisivo para o sector. É hora de arranque com o esforço conjugado de todos. De facto mais questões se podiam pôr mas tenho que resumir. Já ontem aqui foi dito que o barco mais esbelto e mais bem apetrechado dos que sulcam as nossas águas devia estar ao serviço da Investigação Científica. Não há dúvida nenhuma.

Quanto à protecção dos nossos recursos marinhos o caso não se compadece com tibiezas, reveste-se de urgência e da máxima firmeza. A nossa pequenez territorial quase se esmaga perante a vastidão do mar que nos rodeia. Defender esse mar é defender um mundo inesgotável de potencialidades, é defender o nosso desenvolvimento social e económico.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A evolução das pescas na Região Autónoma dos Açores veio demonstrar à sociedade que é possível banir as conotações que impendem sobre

a classe piscatória - conotações como o alcoolismo e a miséria económica e social que nos afligem.

É urgente que nos debruçemos também sobre a componente humana deste processo-desafio. Isto para nós é fundamental. A renovação da frota tem de corresponder uma renovação de mentalidades. Não basta que nos socorramos da intuição, da tradição da arte de bem pescar aprendidas num barco sem cartilha. É mister investir, também, no homem pescador.

Na evolução e progresso das pescas vislumbram-se flagrantes assimetrias porquanto, em alguns casos, elas já são detectáveis. Há uma diferença abissal entre o pescador que tem à sua espera, no regresso de um dia de safra, a mulher e filhos em carro de família e o pescador arreigado a hábitos ancestrais, acomodado a situações onde campeia a miséria social, moral e, muitas vezes, até a fome.

À escola cabe um papel importante neste contexto.

Está na hora, repito mais uma vez, de incluir no curriculum escolar, pelo menos no curriculum do Ensino Secundário, de disciplinas de âmbito técnico cujos parâmetros estejam directamente relacionados com as pescas nos nossos mares. E é também neste contexto que cabe a criação de uma escola, ou escolas de pesca que sempre preconizámos, estabelecimentos de ensino indispensáveis à valorização profissional e melhoria de condições da classe piscatória. Consideramos este ponto fundamental para que sejam os açorianos os primeiros e maiores beneficiários dum investimento que tem promessas de futuro. Há anos não passava pela cabeça de ninguém que quem fosse estudar para uma escola, fosse estudar para ser pescador. Hoje é uma profissão rentável e digna como outra qualquer. As crianças têm que ir para a escola e aprender para serem pescadores. Para nós este ponto é fundamental.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O acentuado esforço virado para a reconversão e redimensionamento da frota pesqueira veio evidenciar alguns desajustamentos em relação às indústrias transformadoras incapazes de suportar um montante acentuado de capturas e em relação às chamadas estruturas de apoio: portos e redes de frio. A Região não está servida de portos com características específicas de apoio às pescas. A programação inicial não previa este surto de desenvolvimento. Os remedeios apenas remediavam e algumas traineiras andam de Herodes para Pilatos e de Pilatos para Herodes à procura de abrigo seguro.

Por exemplo, chamar Porto de Pescas do Pico ao Porto das Ribeiras, com a sua dimensão actual, é, no mínimo, surrealista ou ridículo.

A construção de alguns portos de pesca na

Região não pode ficar-se por parâmetros de Ilha e de Grupo. Tem de servir, para já, uma frota de 50 traineiras que se desloca constantemente, o que permitirá, indubitavelmente, uma melhor recepção do pescado, um rápido reabastecimento, poupança de combustível e o encurtar progressivo da sazonalidade piscatória.

Quanto aos pequenos portos, importantes e queridos pelas nossas gentes, dispersos pelas várias ilhas é obrigação da Secretaria da tutela vistoriá-los, velar pela sua conservação e reparação, elaborar estudos técnicos dos casos "in loco" de modo a colmatar erros cometidos e a permitir que os arranjos a fazer os tornem mais funcionais e mais bem apetrechados.

Em relação ao frio, esperamos que desapareçam os dias negros das paragens forçadas já que a extensão da rede de frio está a ser incrementada rapidamente permitindo a absorção do pescado mesmo tendo em conta metas de captura mais avantajadas e que ontem foram aqui preconizadas.

Conjugada com a rede de frio e tendo em vista o aumento do nível de vida das populações, a transformação do pescado capturado, nos nossos mares, assume particular relevância na perspectiva de trabalho-emprego e no lançamento de produtos de qualidade nos mercados nacional e internacional com os consequentes benefícios daí advindos, benefícios de ordem económica e social.

É imperativo que o aumento da capacidade de frio não sirva nunca como mero trampolim de pescado a exportar para outros mercados com proveitos exclusivos para alguns intermediários.

Conheço bem uma das unidades conserveiras sediadas na Região - A Cofaco do Pico - e posso atestar os benefícios resultantes da sua presença na Ilha. Repetindo o que afirmei aquando da entrega da chave de ouro da Câmara da Madalena à referida empresa, a Cofaco foi chave de esperança, de progresso e de solidariedade social para uma ilha. Para uma terra em crise e arrastada para a desertificação, o seu aparecimento foi muito importante. A única política possível será no sentido de que o pescado capturado nos nossos mares seja transformado na Região não só na perspectiva de emprego mas também na valorização das referidas empresas.

Gostaria de fazer uma referência breve à pesca do espadarte ainda no início da caminhada mas denunciando para já bons resultados o que vem comprovar como é possível uma diversificação de capturas rentáveis apoiada por uma investigação científica norteadora e dinâmica.

No ano transacto realcei, nesta tribuna, a revitalização dos esta de Santo Amaro do Pico ligados, desde sempre, à frota atuneira. A prova de que a medida foi correcta, a prova de que a experiência, o conhecimento e a habilidade andam de mãos dadas por aqueles lados, está

no lançamento à água do último atuneiro que podemos considerar uma boa unidade para o tipo de pesca com salto-e-vara. A próxima Semana das Pescas poderá trazer novidades e boas novidades para a Região Autónoma dos Açores.

Oxalá que sim!

Antes de terminar, gostaria de dizer que o Partido Socialista propõe um reforço de verba em relação à investigação no sector das pescas. Os reforços de verba apresentados pelo meu partido foram tidos já nesta Sala como demagógicos por alguns Srs. Deputados de outras bancadas. Não sei se será demagogia desejar que a investigação científica tenha a prioridade que o Sr. Secretário realçou ontem na sua intervenção. Propomos uma verba não muito grande, mas, 60 mil contos para a continuação do estudo e adaptação, realização da 8ª Semana das Pescas, participação de técnicos em seminários, apoio ao Departamento de Oceanografia e Pescas, estudos e acções experimentais, é muito pouco. Nós queremos que se faça investigação científica; queremos que ela se faça no Pólo da Horta e para isso é necessário que haja verbas. O Pólo, como já disse, não pode viver em regime de mendicidade, com injeções, de vez em quando, da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas: tem de ter autonomia, para produzir um bom trabalho.

Oxalá que sim!

O desafio das Pescas está lançado. É imperioso ganhá-lo. Vamos todos fazer força para isso.

Disse.

(Aplausos do PS e CDS)

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Ainda para este sector, a Mesa tem mais três inscrições.

Não sei se o Sr. Secretário prefere ouvir as intervenções e depois responder, uma vez que este sector é muito vasto.

(Afirmativa inaudível do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas)

Presidente: Portanto, agora dou a palavra ao Sr. Deputado Mário Castro.

Deputado Mário Castro (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, em exercício, Srs. Membros do Governo:

Com a adesão à CEE torna-se cada vez mais urgente a modernização do Sector Agrícola, a fim de que os nossos produtos possam continuar a ser competitivos num mercado altamente exigente de mais de 200 milhões de consumidores.

O Plano e Orçamento para 1988 prevê, para a Agricultura, Silvicultura e Pecuária, a verba de três milhões trezentos e dois mil contos, o que corresponde a 12,79% do Orçamento Regional.

Embora se verifique um aumento relativamente a 1987, porquanto a percentagem atribuída subiu de 9,8% para 12,79%, a grandiosidade do desafio

decorrente da nossa adesão à CEE e o grau de atraso em que nos encontramos são de molde a tornar imprescindível um forte empenhamento da iniciativa privada, sem o que o Sector não poderá arrancar do modo mais desejável.

Dos diversos Programas inscritos no Plano, saliento - a Modernização das Estruturas Agrícolas com 2,49%, as Infraestruturas com 4,15%, e o Financiamento da Política Sócio-Estrutural Comunitária com 2,32% (este inclui o Financiamento de Projectos de Melhoria das Explorações e o Pagamento das recém introduzidas Indemnizações Compensatórias).

Quanto aos Projectos e acções a executar, não quero deixar de referir:

- Dinamização de Agrupamentos de Produtores.
- Fomento de diversas espécies pecuárias.
- Implementar as medidas de apoio às explorações agrícolas previstas nos Regulamentos da CEE.
- Apoio aos investimentos no sector de lacticínios no âmbito cooperativo.
- Estudos sobre emparcelamento e ordenamento agrário.
- Fixação dos índices de aproveitamento mínimo para os solos da Região.
- Formação profissional e vulgarização.
- Reforço do P.M.P.L. (Projecto de Melhoramento da Produção Leiteira).
- Protocolo com o Instituto da Agricultura da Irlanda.
- Fornecimento de água às explorações.
- Caminhos de acesso.
- Estrutura regional de abate, que inclui o início da construção do matadouro de S. Jorge; a conservação e reparação para exploração do matadouro da Pró-Pico e a instalação de frio no matadouro da Horta.

Pela análise do Plano verifica-se, portanto, que o Governo continua a considerar a actividade Pecuária (responsável por mais de 60% do Produto Interno Bruto), como a base do sector primário e sobretudo a indústria de lacticínios (com 34% do V.A.B. do sector industrial).

Creio que não haverá razões fundamentadas para pôr minimamente em causa tal atitude, que considero realista e de acordo com as potencialidades forrageiras e pecuárias da Região, unanimemente reconhecidas por todos os especialistas, tanto os locais como os que nos visitam.

Há, evidentemente, alguns aspectos que merecem particular prudência, como por exemplo os excedentes e as inerentes quotas leiteiras. Mas, para além dos projectos e acções inscritos no Plano, não se deverá esquecer que somos uma **gota no conjunto das produções da CEE.**

Considero, no entanto, que é primordial continuar a fazer todos os esforços no sentido de conseguir, que a nossa produção utilize as amplas

facilidades que a CEE nos permite, tendo em atenção as nossas necessidades e a importância de que se reveste essa actividade.

De facto, a produção leiteira tem especial significado económico e social pelo que representa de actividade geradora de riqueza e ocupação sadia, com interesse para a fixação, que se quer digna, das populações no meio rural e para a preservação dum ambiente ecologicamente equilibrado.

Paralelamente, convém não esquecer a ligação existente entre os índices populacionais e o desenvolvimento da agricultura: é que, nos últimos 20 anos a percentagem da população activa no sector primário baixou de cerca de 50%, para 31,5% em 1981, isto é, quase 20 pontos. Ora, com a adesão à CEE e a decorrente necessidade de acelerar a modernização da nossa agricultura, é previsível uma nova e brusca redução do número de explorações agrícolas. Será portanto necessário planejar acertadamente para dar alternativas a essa gente - e creio que não bastarão apenas os incentivos à cessação da actividade agrícola, e a reforma dos agricultores mais idosos.

Há pois a necessidade de, ao mesmo tempo que se investe, e a meu ver bem, na Agricultura, não esquecer que é imperioso **planejar de um modo integrado** e não apenas neste ou naquele sector. Sendo certo que as verbas de que a Região dispõe não são assim tão abundantes que permitam continuar a ter planeamentos isolados, ou sectores a trabalhar de costas voltadas uns para os outros, sejam Autarquias dentro da mesma ilha ou as várias Secretarias Regionais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A conexão, atrás citada, entre a fixação da população e a agricultura, é por demais evidente na Ilha do Pico. E se a redução dos activos no sector primário não gerou desemprego, isso só aconteceu devido à emigração e à transferência para a actividade piscatória.

Não é por isso de estranhar que relatórios governamentais continuem a registar o seguinte: **em três Ilhas dos Açores, Flores, Graciosa e Pico, a população continua a diminuir! (Porquê?)**

Tendo sempre presente o imperativo de consciência de defender o desenvolvimento harmonioso da Região, é pois natural que os Deputados eleitos pelo círculo eleitoral da Ilha do Pico procurem defender, a cada passo, a correcção das assimetrias regionais, almejando diminuir o fosso que ainda a separa das parcelas mais desenvolvidas da Região.

Ilha de El-Rei Dom Dinis (O Lavrador), Inútil Farol do Atlântico, Ilha Montanha, Ilha do Futuro, Ilha da Pouca Sorte, vários foram os cognomes que já lhe têm sido atribuídos.

Dotada pela natureza de atractivos de rara

beleza, muitos foram, em contrapartida, os espinhos que lhe couberam: uma orografia que isolou durante decénios as diversas povoações, dificultando o contacto entre as gentes e gerando exacerbados bairrismos que hoje, embora atenuados, ainda se fazem sentir; um solo recheado de pedras, de grandes declives e irregularidades, o que torna difícil o seu governo; sem esquecer os cataclismos vulcânicos, as fomes e as pestes que, criando uma forte emigração, conduziram a que a população do Pico esteja hoje muito reduzida.

Com o advento do 25 de Abril julgou finalmente o Pico ver chegada a sua hora.

Assim o pensaram também os vários Governos Regionais, que para ele começaram a canalizar grossas verbas destinadas a criar as infraestruturas (básicas) imprescindíveis ao desenvolvimento económico da Ilha: portos, aeroporto, energia, estradas, sem esquecer os apoios sociais. E, na verdade, o salto foi enorme, deu-se um grande passo em frente e hoje, 13 anos volvidos, a situação é abissalmente melhor. Não foi fácil o caminho percorrido, nem tão pouco isento de erros próprios da espécie humana mas foi, sem dúvida, um obra que ficará registada na História a letras de ouro e de que a Autonomia Regional se pode justamente orgulhar.

Contudo, a verdade é que houve uma diversidade de factores que nos foram adversos. Não foi só a pouca sorte, como talvez sobretudo a necessidade de ter de recorrer a projectos antigos sem ter tempo para os reanalisar, para além de uma certa falta de entendimento entre as gentes do Pico. No fundo, creio que o reconhecimento geral do elevado grau de atraso do Pico, e a pressa em recuperá-lo, acabou por funcionar em sentido contrário.

O certo é que o resultado final, embora bom, acabou por frustrar as expectativas da população do Pico, que tinha direito a esperar mais e melhor.

Não é por isso de espantar que, com o projecto dos portos ainda por concluir, com um aeroporto altamente penalizado e com uma energia (ou a sua falta) capaz de abater a moral mais forte, a Ilha do Pico continue a ser uma das 3 que continua a ver fugir a suas gentes, em número superior aos nascimentos.

A emigração tem levado para fora da Ilha muitos dos seus mais jovens filhos, (é pena que não existam registos das migrações internas) e não apenas para as Américas e Canadá; é vê-los espalhados por S. Miguel, Terceira e Horta, procurando beneficiar de condições de vida que não puderam ainda encontrar no Pico: assistência médica, universidade, avião que todos os dias lhes permita quebrar o isolamento de ilhéus, luz, água e, luxo dos luxos, até televisão 365

dias por ano (sem avarias dos emissores), etc.,

Resta aos que persistem em viver no "Pico, continuar a trabalhar com esperança em dias melhores, naquilo que lhes pode dar alguns proventos: as pescas e a pecuária. E cumpre, **ao Governo, e às outras PARCELAS MAIS DESENVOLVIDAS DA REGIÃO, aceitar que há custos SOCIAIS a despender para evitar o despovoamento das ilhas mais desfavorecidas.**

No **sector das Pescas**, tem o Governo Regional sabido desempenhar uma acção altamente positiva, não só no renascimento dos estaleiros de Santo Amaro, como também na formação profissional e no âmbito da Investigação. E como a Iniciativa Privada tem correspondido, é a actividade de captura do atum que melhor tem sustentado a economia da Ilha, gerando milhões de contos, parte dos quais em divisas estrangeiras.

No **sector Pecuário** não há também palavras que possam elogiar cabalmente os incentivos que o Governo tem canalizado para o Pico. A começar no Programa Pecuário dos Açores (PPA) que teve largo êxito na abertura da Caminhos de Penetração, passando pela criação do 1º Núcleo Reprodutor Charolês dos Açores, até ao mais recente Programa de Desenvolvimento Agro-Pecuário do Pico, tem havido constantes provas da importância que o Governo atribui ao sector para a fixação da população.

Só que, a meu ver, o Governo Regional, ao limitar-se a investir na produção, num meio com uma economia tão débil como é o Pico, corre sérios riscos de ver deitados por terra todos os seus esforços. De facto, enquanto não forem encontradas soluções ao nível da transformação dos produtos pecuários, tais como as fábricas de lacticínios e o matadouro, a actividade do criador de gado continuará a ser altamente arriscada. E aí estão os exemplos da Pró-Pico e do Martins & Rebello para o comprovar.

É pois compreensível defender a tese de que na Ilha do Pico, e noutras com condições semelhantes, o Governo tem de encontrar **soluções integrais** para o desenvolvimento da Ilha, não podendo limitar-se a um ou outro sector ou a investir na produção, ficando depois à espera que funcionem os mecanismos do mercado livre. Aspecto ao qual o Governo parece estar atento, se atendermos aos estudos em curso para a construção de uma nova fábrica de lacticínios nas Flores, em apoio às Cooperativas locais. De resto, tenho ainda presente que quando veio ao Pico a 1ª missão do K.F.W., instituição bancária da R.F.A., para estudar o Programa de Desenvolvimento Agro-Pecuário do Pico, os seus conselhos apontavam para a criação de fábricas, porto e aeroporto capazes de transformarem e exportarem os produtos pecuários. Bem sei que se tratava de um Banco interessado em emprestar dinheiro e que as verbas

envolvidas eram muito elevadas. Só que enquanto não houver **Planos Integrados**, que vão da produção à exportação, analisando o conjunto de cada ilha, continuaremos sujeitos a novos acidentes de percurso, e os criadores de gado continuarão sem garantias adequadas para investir.

Criadores de gado que, será bom tê-lo presente, constituem em toda a Região uma classe de trabalhadores particularmente desfavorecida: não gozam de Domingos e Feriados, não vendem a pronto pagamento, são frequentemente enganados, auferem baixos rendimentos, etc., etc..

E como a sua média etária é muito elevada (mais de 45% tem idade superior a 54 anos) e baixo o seu grau de instrução, é natural que o agricultor, num sentido lato, acabe por se tornar descrente e desconfiado. Daí a tendência para individualizar as suas posições, não aderindo como devia às Associações de Agricultores, Cooperativas, etc., o que acaba por torná-lo presa fácil para os mecanismos trituradores da Sociedade, ao não conseguir fazer vingar o seu ponto de vista e as suas necessidades.

Isto tem tendência a acabar, cumprindo à Sociedade compreendê-lo, aceitá-lo e apoiá-lo. O agricultor tem, porém, de ceder ao seu individualismo, tomar consciência dos direitos e responsabilidades que lhe assistem e, através dos seus órgãos representativos, dialogar com o Governo.

Vem isto também a propósito das negociações para a adesão do nosso País à CEE.

Em boa hora, conseguiu o Governo Regional que os Açores, no seu conjunto, beneficiassem de boas contrapartidas pois, para diversos efeitos, foram equiparados a zonas com dificuldades específicas.

Contudo, há que encarar o problema das **especificidades dentro desta Região Açores**, aspecto aliás contemplado, nas propostas iniciais feitas pelo Governo Regional à CEE sobre Indemnizações Compensatórias.

É que, não obstante o esforço efectuado através do Programa de Desenvolvimento Agro-Pecuário da Ilha do Pico, poderão os agricultores do Pico competir em bases iguais com os de S. Miguel ou Terceira? Poderão eles produzir o leite ou a carne aos mesmos preços dos das Ilhas atrás citadas?

Para quem conheça razoavelmente o Pico, julgo ser evidente que a resposta será não, salvo pequenas zonas. E porquê?

A maior parte da Ilha é de formação geológica muito recente e portanto uma grande parte dos seus solos é pouco produtiva.

Pior ainda, nenhuma outra Ilha da Região tem uma percentagem tão elevada dos solos agrícolas situados acima dos 600m. Sabendo-se que quanto maior a altitude menor o crescimento da erva

devido a menor temperatura e menor luminosidade, é fácil ver a dificuldade dos agricultores picoenses, particularmente durante o Inverno.

Ora, sabe-se que na CEE são altamente protegidos os interesses dos chamados **agricultores de montanha** considerados acima dos 700/800m, ou com inclinações de terrenos superior a 25%.

E na Ilha do Pico, por exemplo, não deverá uma grande maioria das explorações pecuárias ser considerada de Montanha, devendo por isso ter contrapartidas acrescidas? Não será verdade que essa mesma exploração, para ser viável, necessita de possuir maior área do que no Faial ou na Terceira?

Actualmente, dentro do contexto regional, os agricultores do Pico já têm o seu leite pago (quando o é) a preços inferiores aos das Ilhas mais desenvolvidas, fruto dos mecanismos de liberalização do mercado. Num futuro dentro da CEE que se antevê altamente competitivo, receia-se que as condições naturais da Ilha (altitude e solo) dificultem ainda mais os esforços dos seus agricultores.

E que dizer das desvantagens dos **transportes**, ao nível de portos e aeroporto?

Quanto à colocação dos seus produtos, leite e carne, que garantias têm os produtores? Atingidos pela falência da Pró-Pico que deixou sequelas que levarão muitos anos a apagar, continuam a ver fechada a parte do matadouro ligado à exportação, enquanto o leite entregue ao Martins & Rebello lhes tem sido pago com atrasos de muitos meses. Neste particular, excepção à ainda mais desfavorecida Ilha das Flores, que outra suporta tal desesperante situação?

Situação esta que, a par de outros factores como a escassez de mão de obra, tem levado a um abandono progressivo da produção de leite e a sua substituição pela carne. Daí resultam alguns perigos, nomeadamente uma exportação desenfreada de animais jovens e a procura, a meu ver exagerada e perigosa, de animais de carne do tipo Charolês. Perigosa porque o recurso desenfreado ao Charolês não pode ser a cura milagrosa para todos os males de que padece a pecuária Picoense. Perigosa porque, sendo embora evidente uma certa aptidão do Pico para a produção de carne, existem contudo excelentes zonas leiteiras, e diversos factores, sobretudo sociais (e não só) que aconselham a que a maior parte das explorações pecuárias do Pico sejam do tipo misto, leite e carne.

Isto é, com um efectivo base de vacas de raças leiteiras, parte das quais será cruzada com touros de raças de carne (tipo Charolês), a fim de se obter o melhor produto industrial, o chamado F1.

O certo é que o efectivo bovino é cada vez mais escasso, o que deve ser motivo de preocupação

por poder pôr em risco o êxito dos investimentos efectuados, aconselhando até a importação de animais de qualidade para as áreas recentemente trabalhadas.

Quando se fala em especificidades a nível Região, é conveniente não esquecer que dentro de cada Ilha também existem zonas mais desfavorecidas do que outras. Produtores de zonas como as Ribeiras (no lado Leste), Prainha e Santo Amaro (no lado Norte) e São Mateus - São Caetano (no lado Sul) têm as suas pastagens situadas a cotas de 600/800m ainda por cima com inclinações de terrenos na ordem dos 40%.

E que atenção e apoios especiais tem tido esta gente? Eles, os que mais precisam, dentro da ilha do Pico, são exactamente os que menos têm tido. O transporte de adubos continua a ser feito às costas e o transporte de leite a mesma coisa. Quando por aí se ouve dizer que o Pico está cheio de caminhos de penetração, isso só poderá ser verdade na parte que diz respeito às zonas de mais fácil acesso e trabalho. E as outras? Onde estão os caminhos de penetração para as zonas de difícil acesso? Sem esquecer o esforço dispendido e o trabalho realizado nos últimos 13 anos, o facto é que não foram suficientes para fazer chegar os caminhos às pastagens altas da Prainha do Norte ou de São Mateus.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Desejaríamos que o Plano e Orçamento para 1988, ora em apreciação, contivesse resposta a todos os aspectos anteriormente citados, e a muitos outros. É óbvio que tal não acontece. Nem seria possível, não só porque o Plano para 1988 vem na sequência do Plano a Médio Prazo 1985-1988 mas também porque o dinheiro não é inesgotável e há que fazer opções.

Não obstante, ele contém, na verdade, vários pontos que vêm dar resposta a diversas necessidades da Ilha do Pico, nomeadamente no Sector Agrícola.

De facto, o Governo continua a ter presente que o Pico, uma das três ilhas que regista mais de 2.000 agricultores, merece uma forte aposta no Sector. E em conformidade com as necessidades de reestruturação e modernização prevê investimentos para a Agricultura, Silvicultura e Pecuária no valor de 526 000 contos, a que corresponde a elevada percentagem de 16%, só ultrapassada pelos 19,6% atribuídos a S. Miguel.

Daquela verba global, a maior fatia cabe ao Programa de Desenvolvimento Agro-Pecuário da Ilha do Pico (P.D.A.P.I.P.), Programa 31, com 207 000 contos.

Em 2 anos de actividade o P.D.A.P.I.P. conseguiu arrotear (isto é, transformar o improdutivo

em produtivo) 284 ha, tendo ainda melhorado mais 121 ha de pastagem degradada e construído 34 troços de caminhos de acesso às explorações numa extensão de 21 km. No total foram trabalhados 178 prédios, beneficiando 103 produtores de gado.

Considerando que à partida estavam inscritos 231 produtores, com uma área de 2 818 ha, distribuída por 487 prédios, é fácil assim verificar que ainda há muito para fazer, que é grande a aceitação do programa por parte da Lavoura e a necessidade, amplamente reconhecida pelo Governo, de acelerar o ritmo dos trabalhos.

É portanto natural o reforço das verbas, o que vai permitir a aquisição de mais 7 tractores e outras viaturas pesadas num total de 70 000 contos.

Dessa forma, as metas para 1988 são:

- 10 km de caminhos de acesso;
- 250 ha de arroteias;
- 200 ha de melhoramento de pastagens;

Para esta área serão necessárias mais 450 cabeças bovinas que, pelos motivos já referidos, provavelmente terão de ser adquiridas fora da Região. Esta importação necessariamente obrigará a grandes cautelas sanitárias, até porque a ilha do Pico é uma das que praticamente já não possui brucelose.

Mas, os investimentos no sector, na Ilha do Pico, não se confinam ao P.D.A.P.I.P.. Ainda estão dotados mais 320 000 contos, o que mesmo assim representa a 2ª maior dotação a nível Ilha.

Uma palavra ainda sobre as Pescas, e muita curta, porque os números falam por si. O Plano para 1988 prevê para o Pico a dotação de 690 000 contos, correspondendo a 41,59% do Orçamento Regional. Esta verba é, só, o dobro da atribuída a qualquer outra Ilha:

Distribui-se essencialmente pela rede de frio (300 000 contos) e construção de embarcações de pesca industrial (270 000 contos).

Pelos números expostos fica pois abundantemente provado o forte apoio governamental às Pescas e à Agricultura do Pico. E se ele puder ser complementado em outras áreas, e se a iniciativa privada souber corresponder, então teremos de facto o fim da sangria Emigratória.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Ilha do Pico é grande se considerarmos a sua área, a sua montanha e o valor das suas gentes; mas é bem pequena e desesperadamente precisando de apoio se tivermos em conta os seus apenas 15 000 habitantes, muitos dos quais já na 3ª Idade. Daí resultando muita área agrícola e dificilmente mecanizável, para pouca gente, com a inerente escassez de mão de obra e a obrigatoriedade de quase não poder existir o homem

que só vive da agricultura. Como conseqüências, os mais elevados salários agrícolas na Região e uma inflação superior (e muito), à de qualquer cidade açoriana.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Assinalam vários relatórios que nos últimos anos a população dos Açores tem vindo a concentrar-se nas Ilhas de S. Miguel e Terceira, correspondendo já a mais de 3/4 da população total da Região.

Assinalam os mesmos relatórios que, conforme já referi, as ilhas do Pico, Graciosa e Flores continuam a despovoar-se.

É fácil pois concluir que o esforço realizado nestes 12 anos de Autonomia não foi o suficiente para inverter completamente a forte tendência emigratória a que séculos de abandono governativo tinham conduzido.

Oxalá que o Governo saiba atentar nas diversificadas necessidades e especificidades para que as tenha na devida consideração para a definição das linhas orientadoras da sua evolução e integração no todo Regional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Somos dos que sentem natural aversão ao recurso de fazer a desumana matemática das patacas que couberam, cabem ou caberão a cada cabeça de cada parcela, como se a solidariedade regional que tem de existir tivesse de reduzir-se a esse nível.

Nem creio que seja isso o mais relevante. O fundamental, no caso do Pico, e noutros, é constatar que a sua população continua a diminuir, não obstante os vultuosos investimentos já realizados e o empenho do Governo Regional.

O que, sem dúvida, só pode significar que **algo de novo tem de ser feito**. Só que esse "novo" não pode limitar-se a acções isoladas deste ou daquele sector, antes tem de ser forçosamente encarado num **Planeamento Integrado a Nível Ilha**, preparado a **Médio-Prazo**. Só que **esse Novo tem de ser encarado de frente e com rapidez, sob pena de desertificação populacional de algumas das nossas ilhas**.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, em exercício, Srs. Membros do Governo:

Somos dos que sentem que deve haver **Solidariedade Regional** para socorrer, já, as bolsas de pobreza em S. Miguel; que a todos envergonham e que, grato é dizê-lo, não existem no Pico. **Somos** também dos que sentem dever apelar a essa mesma **Solidariedade Regional** para evitar o despovoamento das ilhas mais desfavorecidas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O carinho especial pelos problemas da Ilha do Pico não nos impede de sentir que o Pico

faz parte de uma Região extremamente difícil de governar porque constituída por 9 ilhas separadas pelo mar, e onde ainda existem outras parcelas mais carecidas. O que nos permite compreender que não é fácil ao Governo fazer opções e **tomar decisões, em grande parte acertadas**, que eu aceito e apoio em nome da Autonomia Regional e da Solidariedade entre todos os Açorianos.

Disse.

(Aplausos do PSD, do Governo e de alguns Deputados do PS)

Presidente: Dou agora a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado Decq Mota. Tem a tribuna à sua disposição.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por limitações de tempo tinha decidido não intervir mais nesta matéria. No entanto, as sucessivas intervenções do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas e o desenvolvimento do debate motivam da minha parte algumas curtas observações, procurando até chamar a atenção para alguns aspectos que me parecem de particular relevância.

O próprio Sr. Secretário da Agricultura e Pescas disse aqui ontem que ia fazer uma intervenção diferente e fez de facto uma intervenção diferente. Fez uma intervenção que é necessário ver com atenção e da qual pode-se concluir a existência (e eu tenho-o dito) de uma situação de indefinição para a economia da Região, indefinição essa que, obviamente, afecta de forma muito forte o sector primário.

O Sr. Secretário, na sua intervenção, serena, bem organizada e colocando os problemas com realismo, traz alguns dados que politicamente considero extremamente importante que sejam postos e que correspondem a uma observação menos triunfalista e com mais conteúdo da situação político-económica regional actual.

Chamou-me particular atenção as questões referentes à forma como é posto o problema da empresa familiar rentável e a forma como foi posto, no debate com o Sr. Deputado Dionísio de Sousa, o problema da aplicação de alguns aspectos da Lei de Orientação Agrícola e a forma como é posto o problema do redimensionamento da propriedade agrícola na Região.

O Sr. Secretário ontem, pela primeira vez nesta Câmara, colocou um problema que já tem sido colocado por outros e que no debate da LOA eu próprio fiz o possível por colocar nas muitas intervenções que então fiz. A questão, genericamente, é esta: é extremamente difícil mexer-se no redimensionamento da propriedade, numa perspectiva evolutiva, sem estarmos numa altura de desenvolvimento económico global. E o Sr. Secretário ontem disse expressamente que neste momento, com as dificuldades que nos

outros sectores - no secundário e no terciário - existem, torna-se muito difícil avançar em certos aspectos da aplicação da Lei de Orientação Agrícola.

O Sr. Secretário falou de equilíbrio do tecido social na agricultura; falou da estabilidade desse tecido social. Eu gostaria de falar de equilíbrio e de estabilidade, mas também gostaria que se falasse de maior justiça social, porque uma coisa é manter o equilíbrio e outra coisa é agir para que haja maior justiça social. Têm áreas coincidentes, como é óbvio, mas a segunda tem um âmbito bastante maior e exige uma profundidade de medidas bastante mais sérias.

Eu trago aqui, a título meramente de exemplo, o problema relativo à questão, actual, dos atrasos de pagamento do "Martins & Rebello". É uma injustiça flagrante, que atinge muitos lavradores de várias ilhas; é uma questão que, do ponto de vista da economia regional, é inaceitável e portanto todos estaremos em desacordo com isto. No entanto, vemos que as pessoas se preocupam e que se sentem ludibriadas, mas a estabilidade mantém-se. Por acaso até coincide que neste preciso momento começa a estar em discussão o pagamento dos subsídios compensatórios pelo facto de sermos "zona agrícola desfavorecida" e então a estabilidade vai-se mantendo, mas a justiça não é feita, as pessoas não estão a receber aquilo que deviam receber, produto do seu trabalho.

Portanto, é possível manter-se essa estabilidade, mas, como a justiça não é feita, a economia não se desenvolve, porque esse dinheiro que devia entrar no circuito económico não entra no mesmo e aqui está, por conseguinte, uma profunda diferença entre a manutenção da estabilidade e o desenvolvimento e aprofundamento da justiça.

Trago esta questão porque é necessário, para além dos problemas da estabilidade e do equilíbrio, ir mais longe; é necessário humanizar as medidas; é necessário procurar sempre o desenvolvimento da justiça social.

Eu tinha muitas mais coisas a dizer, mas o meu tempo está a esgotar-se. No entanto, ainda queria pôr aqui umas notas:

- Foi importante a declaração do Sr. Secretário em relação às culturas industriais e, nomeadamente, em relação à questão da beterraba sacarina. Tenho ideia que tem que ser feito tudo para manter a possibilidade da cultura da beterraba e para manter a possibilidade da produção industrial de açúcar e de álcool nesta Região. São questões de desenvolvimento económico; são questões de justiça; são questões de postos de trabalho; são questões extremamente importantes, que não podem efectivamente ser descuradas. O problema que queria pôr é que é necessário fazer efectivamente tudo.

Já gastei o tempo que me tinha imposto gastar, todavia vou gastar mais dois ou três minutos.

Em relação às pescas o Sr. Secretário da Agricultura e Pescas também, muito justamente, não foi triunfalista. Não tenho qualquer reboço em dizer (e aliás já o disse aqui) que o único sector onde a política definida no Plano a Médio Prazo teve um seguimento que se vê, é efectivamente no sector das pescas. Na minha opinião, rigorosamente, é o único sector económico em que foi definida em 84 uma política e que essa política tem algum desenvolvimento - vê-se!...

É evidente que partia de um ponto zero: não havia orientação, (a verdade é esta). Passou a haver orientação; essa orientação teve resultados.

O Governo actuou aqui com a lucidez que tinha que actuar, porque mais ninguém actuaria, pois certos equilíbrios estavam estabelecidos e estratificados, para modificar. No entanto, uma das chaves do êxito, que efectivamente se pode dizer que nestes anos há no sector das pescas, resulta de uma situação que não é demais chamar-se a atenção: é que todas as medidas tomadas tiveram em conta a situação daqueles que trabalham no sector; tiveram em conta a necessidade de promover, de dignificar a profissão de pescador (de mestre-pescador, de motorista, etc., por aí fora).

Eu queria chamar a atenção para um problema (e estou de acordo com aquilo que o Sr. Deputado Serpa aqui pôs), pois tudo isto é muito bom, mas levanta novas questões:

É evidente que, com o prolongamento dos períodos de pesca, queremos - e vamos começando a ter - uma geração de pescadores tecnologicamente preparados, com outro tipo de mentalidade, e não é pensável que o esquema remuneratório base da soldada possa subsistir por muito tempo e, portanto, é necessário também ter em atenção este problema: estar mais tempo no mar; trabalhar de noite; estar mais tempo longe de casa ou fora do porto de armamento, obriga a compensações. O aumento da produção e o aumento do rendimento que este sector tem obriga a que a distribuição desse rendimento seja feita sempre com a maior justiça e portanto se não estamos atentos a este problema, a dada altura há uma barreira e não é possível o desenvolvimento futuro deste sector. Eu gostava de chamar a atenção para esta questão porque efectivamente, a partir desta ideia base, o sector das pescas evoluiu porque a evolução teve em conta também a situação muito má em que os pescadores estavam. E é evidente que no plano político isto também teve reflexos: na primeira Semana das Pescas ninguém se preocupou com os pescadores; nas seguintes já se preocuparam. É positivo, é correcto, é absolutamente necessário. Só que, infelizmente, esta

não é a tónica geral da política económica do Governo Regional dos Açores. Este sector é uma excepção; esta excepção precisava de ser alargada.

Muito obrigado.

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Manuel Ávila para uma intervenção. Tem a tribuna à sua disposição.

Deputado Manuel Ávila (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Desde a caça à baleia até à pesca de um simples peixe, eram, e são, os açorianos considerados autênticos lobos do mar, não só pelas condições em que por vezes o mar que nos rodeia se encontra, mas acima de tudo pelas embarcações que usavam e que ainda hoje existem, no entanto já em pequeno número.

Era uma autêntica festa ver a azáfama que existia, em certas alturas do ano, nos pequenos e pobres portos de pesca, quando as traineiras faziam autênticas corridas, quase a passo de caracol, devido à fraca potência dos seus motores, para serem as primeiras a descarregar o seu pescado e tornarem a largar, com os olhos sempre postos nos cardumes que tinham sido obrigados a deixar. Discutia-se o peso do pescado e toda aquela gente, incluindo os mais novos, tinham a sua traineira preferida e, é claro, surgiam palpites de quem bateria o recorde do ano transacto. Era sem dúvida um passatempo que ocupava muita gente desde a tarde até altas horas das noites de Verão. Mas, a necessidade de se iniciar as várias operações, nas fábricas de conserva, a que era submetido o pescado, faziam com que as discussões fossem adiadas para outro dia, porque novos e velhos, homens e mulheres, tinham o seu ganha pão à espera.

Era trabalhar de dia e de noite sem parar porque no outro dia ou de madrugada se os cardumes estivessem perto da costa, chegariam novamente as traineiras a abarrotar de bonitos e as fábricas não tinham frio a fim do pescado ser conservado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na Vila da Calheta de S. Jorge muitas traineiras houve e muitas toneladas de conserva saíram das duas fábricas ali existentes para vários mercados. Com o tempo, e também devido à grande força da emigração, surgida após abalos sísmicos de 64, traineiras e pescadores foram desaparecendo. No entanto já vão surgindo novamente, jovens e outros que, talvez com a sua saudade dos velhos tempos querem apostar no sector das Pescas. É natural que não é de maneira nenhuma apenas a saudade que os leva a tal ideia, mas também e principalmente, devido às condições criadas pelo Governo Regional, da entrega aos pescadores da Região de embarcações, com bonificações ou empréstimos, que são pagas consoante o pescado conseguido. Incentivos como estes nunca os nossos

pescadores tiveram, e é por isso que as pescas na Região têm avançado a passos largos.

Até em terra esses apoios tiveram efeitos positivos: criaram muitos postos de trabalho com o aproveitamento dos estaleiros e construtores existentes na vizinha ilha do Pico, e em outras que muito têm contribuído para a renovação da nossa frota pesqueira. Alguns desses grandes mestres, que à sua custa aprenderam, já nos deixaram, outros que com eles iniciaram essa bonita arte continuam e outros hão-de surgir.

Em breve na Calheta de S. Jorge, um pequeno estaleiro para construção de embarcações de 12 e 14 metros e reparação das existentes, também vai surgir e irá dar àquele porto, agora com óptimas condições para arriar e varar qualquer embarcação e também com o aumento que foi feito afim de receber traineiras, iates de cabotagem e Cruzeiro das Ilhas, uma nova vida que há muito fazia falta.

A 2ª fase, a iniciar em breve, e que se compõe da iluminação, montagem do farol, redes de água e combustível, o enchimento em betão do que falta no parque para cargas e descargas, o guindaste para ajuda aos barcos de pesca em dias de mau tempo a varar sem problemas, a gare marítima e o arranjo em alguns portos como no Topo e Fajã do Ouvidor, farão com que a ilha de S. Jorge também acompanhe o desenvolvimento que vem a ser implementado na nossa Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os passos mais importantes foram dados pela parte do Governo e outros se seguirão. Agora, a administração das duas fábricas ali existentes, também tem de investir para que assim aquelas infraestruturas sejam rentáveis.

A Sociedade Corretora tem que criar os meios necessários para que a rede de frio que lhe pertence, não sirva apenas para conservar o pescado por algumas horas, mas sim, tenha como finalidade, poder trabalhar todo o ano e não apenas dois ou três meses. Não é possível que com as instalações existentes em S. Jorge, se assista todos os anos ao envio de pescado cozido para S. Miguel, por não poder ser congelado quando chega à fábrica.

Outra fábrica é a Marie D'Anjoue, adquirida há algum tempo por uma empresa privada, que até hoje, ainda não avançou com as obras que se propunham fazer. Oxalá que as referidas obras sejam realizadas brevemente porque o seu estado de degradação é impressionante.

Concluindo, queria deixar aqui bem claro, que: com as obras já realizadas, mais aqueles que o Governo propõe neste Plano e com o saber dos nossos pescadores, os Açores estão no caminho certo para o progresso que tanto desejamos.

Disse.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Não tenho mais nenhuma inscrição nesta área.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, uma vez que já a havia solicitado há pouco.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas umas breves palavras para dar alguns esclarecimentos às intervenções que aqui foram feitas.

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado do Partido Socialista eu queria referir um aspecto que é importante e ao mesmo tempo tentar dar um esclarecimento sobre essa matéria. Refiro-me concretamente - e isto tem a ver com a actividade da diversificação das pescas e do aumento do tempo de safra, que eu considero um dos objectivos prioritários a implementar o mais brevemente possível - ao problema, que, aliás, tem sido discutido com profundidade e grande destaque na Semana das Pescas, da existência ou não de um stock de atum que se mantém aqui durante o ano.

Queria referir-lhe, Sr. Deputado, que de facto essa situação parece estar demonstrada, o que pressupõe que seja possível iniciar - e aliás já o tínhamos feito o Inverno passado, mas teremos que o prosseguir com outra profundidade e com outra intensidade nos próximos Invernos - uma actividade fácil do atum de Inverno, utilizando outras artes que não a de salto e vara e rentabilizando embarcações até de menor porte do que aquelas que normalmente se destinam à pesca industrial.

Esta situação não é nova, digamos assim, nas águas que hoje compõem a Zona Económica Exclusiva dos Açores, ou seja, existem experiências internacionais que demonstram claramente esta tese.

Tem sido, no entanto, difícil viabilizá-la na Região por questões de ordem humana, ou seja: pegar nas mesmas tripulações que fazem uma safra altamente pesada durante 5 e 6 meses e forçar essas tripulações por mais 4 ou 5 meses, a mantê-los nessa actividade é de facto complexo.

Estas tripulações têm uma vida extremamente pesada durante esses 5 meses (é de facto um dos trabalhos mais intensos da pesca - muito mais do que a pesca de fundo) e, portanto, esse tem sido um factor limitativo, a par do outro que é a relação - e isto é importante referir - esforço de pesca/rendimento obtido, ou seja, se as quantidades de pescado obtidas aos preços actuais de mercado na Região pagam esse tipo de actividade.

Queria no entanto referir ao Sr. Deputado uma questão, que também já foi referida na Semana das Pescas e que este ano voltará a ser referida,

que é a possibilidade de, mesmo assim, pescar de salto e vara de Inverno, ou seja: temos conhecimento de que a frota espanhola (sobretudo a frota basca) antes do estabelecimento da Zona Económica Exclusiva, pescava nesta altura do ano ao "voador" de salto e vara na nossa Região.

Este é um aspecto que o Sr. Deputado levantou e eu dava-lhe esclarecimento do que é do nosso conhecimento e está, digamos, no plano de trabalhos da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas para fazer face a uma actividade que pode ser rentável nesta Região, para além do facto de aumentar as capturas, que é um dos nossos principais objectivos.

Uma outra questão levantada pelo Sr. Deputado refere-se ao problema, que aqui já foi referido por mim várias vezes, do estudo e análise daquilo que se pode chamar, "lato sensu", os stocks do peixe de fundo. Eu já tive oportunidade de referir que o trabalho do DOP nesta matéria é extremamente importante e já tem possibilidade de fornecer dados extremamente interessantes, todavia necessita de uma maior intensificação deste trabalho, sobretudo uma maior celeridade dos métodos de análise. No entanto, a complexidade desse facto reside em que não existe um stock dessas espécies nos Açores: existem (poderíamos até exagerar) centenas de stocks dessas espécies nos Açores, que estão relacionados com os sítios de pesca. Não são espécies migratórias - como o Sr. Deputado sabe - e daí a dificuldade destes estudos. Aliás, reside aí um outro aspecto que dificulta muito a actividade científica nesta matéria: o "segredo" que os pescadores têm quando pescam nestas zonas, ou seja, o pescador é ao mesmo tempo um indivíduo que, sendo a mola real do desenvolvimento das pescas, é por outro lado, por razões óbvias e que toda a gente conhece, o principal entrave ao conhecimento dos stocks. O Sr. sabe que nenhum pescador revela o seu local de pesca e, quando o revela, não o revela no sítio certo. É isso que também dificulta e é esse o grande problema da análise estatística dos chamados "diários de bordo". Julgo que é importante referir-se este aspecto, porque às vezes o pescador, quando se julga que está a proteger nesta matéria, não está de facto a proteger-se a longo prazo, mas a prejudicar-se, digamos assim.

A intervenção do Sr. Deputado Nogueira de Castro pressupunha alguns comentários, para os quais não há efectivamente muito tempo, de carácter técnico até, já que algumas das questões aqui levantadas parecem suscitar dúvidas que deveriam ser esclarecidas e que de facto estão esclarecidas tecnicamente.

No entanto, eu queria referir um aspecto muito importante, que é, às vezes, a situação de tentar colocar o Pico como uma ilha que tem grandes problemas, uma ilha desfavorecida, uma

ilha afastada dos caminhos do desenvolvimento. Eu julgo que essa análise fatalista da situação tem que ser de uma vez para sempre banida. Considero hoje o Pico uma ilha desenvolvida, ou seja, uma ilha aceleradamente a caminho de um desenvolvimento cada vez maior e, em termos comparativos com outras ilhas da Região, tem hoje uma vantagem comparativa altamente positiva relativamente ao volume de investimento que lá se tem feito.

Ora, se tudo concorre para o desenvolvimento (e permita-me talvez não entrar numa análise muito aprofundada do que é que se entende por desenvolvimento integrado, pois isso levar-nos-ia muito longe), e se estudássemos alguns dos investimentos feitos no Pico, cujos efeitos multiplicadores da economia são enormes e que não estão assim vistos no Plano de Médio Prazo, eu iria referir por exemplo: o caso da instalação de frio na Madalena, que são mais de 400 mil contos de investimento e cujo efeito multiplicador na economia é devastador; o investimento no estaleiro de Santo Amaro, que só em 1988 pressupõe "tombar" dentro daquela zona do Pico mais de 300 mil contos de investimento, ou seja, se somarmos o estaleiro de Santo Amaro à zona de frio, já estamos aqui com um investimento da ordem dos 700 mil contos, mas se tivermos em conta que o único programa integrado que existe na Região é o projecto alemão, teremos, nestes três pólos de desenvolvimento económico, e das verbas que estão destinadas para 1988, mais de um milhão de contos.

No Pico há uma situação interessantíssima: por que é que a inflação no Pico é superior às outras ilhas? É óbvio, Sr. Deputado: mais riqueza, mais dinheiro e mais procura, mais inflação - a inflação do Pico é fundamentalmente a origem do excesso de moeda em circulação.

Estas questões merecem algum esclarecimento, porque, evidentemente, o Pico, como todas as ilhas, tem problemas, mas não podemos ter (que me perdoem a frontalidade) uma análise fatalista da história: as coisas estão lá para se ver e hoje o agricultor e o pescador do Pico são homens que podem e sabem ganhar dinheiro, descontando as zonas marginais desta actividade. Por isso, situaria aqui uma questão que gostaria de ver futuramente discutida: se o despovoamento duma ilha não tem nada a ver, muitas vezes, com o desenvolvimento económico, tem outras causas, algumas delas psicossomáticas até.

Sr. Deputado Decq Mota, vou tentar muito rapidamente responder-lhe. O Sr. levantou algumas questões, as quais julgo que foram respondidas na minha intervenção. E eu chamava-lhe a atenção para uma frase que disse no decurso da minha intervenção, ou seja, que "a economia de mercado tem limites para poder funcionar nos Açores e a agricultura tem limites para aguentar sozinha

a factura do desenvolvimento regional", mas não pode sustentar sempre os rendimentos dos que dela vivem, sem que os restantes sectores, a montante e a jusante, decididamente se voltem para a apoiar, ou seja, a agricultura não aguenta sozinha, sendo ela o sustentáculo de mais de metade da população.

Vou terminar brevemente.

Quando o Sr. Deputado fala nas distribuições dos rendimentos do trabalho da pesca é preciso ter em atenção que estamos a falar de duas coisas diferentes: no caso do atum, o rendimento do trabalho é extremamente bem distribuído; no caso do peixe de fundo, há casos complexos dessa distribuição, mas que não dependem da vontade do Governo embora seja necessário corrigi-los e o Sr. sabe isso tão bem como eu - o caso de Rabo de Peixe, por exemplo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Não havendo mais intervenções, damos por encerrado o debate neste sector da Agricultura, Silvicultura, Pecuária e Pescas.

Antes de entrarmos no sector dos Transportes e Turismo, vamos fazer um intervalo de 15 minutos, que eu agradecia que fosse respeitado.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

(Eram 11,15 horas)

Presidente: Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 11,30 horas)

Dou agora a palavra ao Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo para uma intervenção. Tem a tribuna à sua disposição.

Secretário Regional dos Transportes e Turismo (Tomaz Duarte): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Plano de Médio Prazo para 1985-1988, como expressão orgânica e quantificada das linhas programáticas que instituíram o 3º Governo Regional, apresenta-se agora em 4ª e última prestação de suporte financeiro para efectivação das propostas e acções que lhe estão subjacentes.

De garantia para quantos confiaram num mandato, tornou-se em compromisso perante todos os açorianos representado nesta Câmara, depois de pela mesma aprovado.

Ano após ano se apresentou o quadro possível de realizações, mediante criterioso balanço das prioridades e no limite dos recursos orçamentais.

Quase três etapas volvidas, pelo que já está feito e pelo que agora intentamos levar a cabo, pode concluir-se, sem margem para dúvidas, que os objectivos globais serão amplamente atingidos.

Com efeito, se algum atraso se regista numa ou noutra obra em particular, temos que convir, em contrapartida, que outras se processaram para além das metas previstas e que algumas mais se anteciparam na própria vigência do Plano

Quadrienal.

No que respeita à Secretaria Regional dos Transportes e Turismo como entidade executora, portanto excluídas as estradas, as estimativas em 1984, a preços constantes, apontavam para as seguintes dotações, em milhares de contos:

1985	1986	1987	1988
3 950	4 110	3 810	3 810

mas, na prática, as verbas foram inflacionadas para 4 410 em 86; 5 165 em 87 e 5 690 em 88, o que abona bem significativamente sobre a capacidade de investimento do Governo.

Daqueles montantes inscritos, os coeficientes de aplicação verificados em 85 e 86 foram, respectivamente, de 93,94% e 98,18% e espera-se em 87 resultado semelhante, o que revela elevado empenhamento dos meios envolvidos e da máquina administrativa governamental.

No sector dos Transportes e Comunicações, salientam-se a cargo da Secretaria por que respondemos mais directamente, os Programas 58, 59 e 60, sendo que os dois primeiros dizem respeito às infraestruturas portuárias e aeroportuárias e o último ao apoio ao transporte.

Para os "portos comerciais e protecção da orla marítima" afectaram-se:

1 720 mil contos em 1985	
1 560 " " " 1986	
1 925 " " " 1987	
e 2 210 " " " 1988	

e para os Aeroportos,

1 129 " " " 1985	
1 189 " " " 1986	
1 355 " " " 1987	
1 055 " " " 1988	

Da análise dos números, resulta que tem vindo a decrescer a participação das citadas infraestruturas em relação ao bolo orçamental: 22,05% em 85; 17,16% em 86; 16,45% em 87 e 12,65% em 88, o que traduz a preocupação do Governo em transferir progressivamente o seu esforço de investimento para os sectores ditos produtivos.

Apesar da precedência reconhecida para estas áreas de empreendimentos e de todas as diligências postas no seu desenvolvimento, ainda transitarão a incidir mais na primeira metade do IV Plano de Médio Prazo várias obras de monta, em que avultam as estruturas complementares do Aeroporto de Ponta Delgada, a zona de pescas do Porto da Praia da Vitória, a melhoria operacional de algumas pistas, o acabamento do porto das Flores e de outras a iniciar em 1988.

No que respeita ao Apoio ao Transporte, consignaram-se 650 mil contos em 1985; 1 000 000 de contos em 1986; 919 mil contos em 1987 e 1 130 mil contos em 1988.

Com estas dotações, em que se distingue o crescendo das indemnizações compensatórias à SATA AIR AÇORES (400 mil contos em 85, contra 800 mil em 88), foi possível intensificar a renovação do efectivo rodoviário, lançar duas novas unidades para as ligações marítimas entre as ilhas do Grupo Central, refrescar a frota

da concessionária aérea regional e ajudar a exploração das demais empresas transportadoras.

Para encerrar este sector dos Transportes, refira-se ainda que o Programa 61, destinado à "investigação e estudos", aparece este ano contemplado com 20 mil contos para dar cobertura a dois projectos já encomendados que visam o levantamento dos recursos em areias, quer nas praias, quer submersas, a nível regional e do estudo da linha de costa em todas as ilhas.

Passando agora para o Turismo, ressalta à primeira vista o reforço que se vem atribuindo a este promissor sector da actividade, um dos três principais esteios em que assenta o futuro da Economia Regional.

Os seus três Programas 53, 54 e 55, por esta ordem responsáveis pela "Participação do sector público em empreendimentos turísticos", "apoio à indústria turística" e "Divulgação, promoção e animação turísticas", têm evoluído, no seu conjunto, de forma bastante assinalável:

440 mil contos em 1985	
645 " " " 1986	
950 " " " 1987	
1 260 " " " 1988	

O maior contingente cabe ao apoio à indústria turística, 710 mil contos, dos quais 500 mil serão preenchidos pelos empreendimentos de imediata relevância turística, tais como a conclusão do novo hotel "Atlântico" na avenida marginal de Ponta Delgada, ampliação do "Hotel Fayal" e "Caravelas" e lançamento da Estalagem de Santa Cruz das Flores, com folga para outras iniciativas que entretanto surjam.

Apesar da política de desinvestimento definida pelo Governo, haverá ainda que injectar, por via de aumento de capital, dinheiro fresco em diversas unidades hoteleiras participadas para fazer face ao seu redimensionamento em ordem à sua equilibrada exploração, medida a cargo do Programa 53, no valor de 420 mil contos.

Finalmente, para acções de Divulgação, Promoção e Animação Turística, assegura o Plano de 88 uma parcela de 130 mil contos, substancialmente aumentada em relação a anos anteriores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Os números falam por si e de tão elucidativos dispensariam qualquer comentário.

De resto, não se pretendeu impressionar ninguém com o volume das cifras apresentadas porque todos nós aqui presentes, como que já esquecidos da extrema magreza das despesas de investimento insufladas nesta Região há uma dúzia de anos atrás, nos habituámos de então para cá a ouvir falar de milhões de escudos com toda a naturalidade, quase com indiferença.

Todavia, ao nos acermos do final de mais uma fase da nossa Autonomia, que cada Plano mais enraíza e aperfeiçoa, não poderíamos deixar

de inventariar o ritmo e inscrições de quatro exercícios consecutivos de gestão governativa.

Neste arrumar de contas, indispensável se tornava recorrer à linguagem dos números, sem nos encantarmos com seus atractivos por vezes ilusórios, antes atentarmos na eficácia da sua aplicação, na utilidade dos seus benefícios, no efeito multiplicador da dinâmica que geram.

E também aqui o saldo é francamente positivo.

Será principalmente a esta luz e nesta convicção que o Plano 88 deverá ser apreciado e votado.

Disse.

(Aplausos do PSD e do Governco)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César para pedir esclarecimentos ao Sr. Secretário.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional em exercício, Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo:

É apenas um conjunto de quatro perguntas sobre assuntos que não foram afluídos na intervenção do Sr. Secretário.

O primeiro é, naturalmente, sobre uma das preocupações cimeiras do Partido Socialista nesta área e que tem a ver com a Ilha de Santa Maria e nomeadamente com o Centro de Controlo Aéreo da Ilha de Santa Maria - o Projecto NAV II. As perguntas são naturalmente: - O que é que se passa? Quais as últimas diligências do Governo nesta matéria? O Governo tem ou não ideia de que o Governo da República já decidiu de facto, embora não de direito, pela transferência desse Centro para Lisboa, sendo que um dos últimos passos dados para o efeito foi a mudança para Lisboa do Serviço de Informação Aeronáutica e de todos os seus funcionários.

A segunda questão é, face ao que habitualmente nós temos constatado nesta Câmara e que é a preocupação da generalidade das bancadas e dos partidos aqui representados, sobre o funcionamento de algumas empresas públicas sob tutela do Governo da República: se o Governo Regional tem ou não vontade política para vir a substituir a ANA, E.P. na administração dos aeroportos da responsabilidade daquela empresa, nomeadamente os da Horta, de Santa Maria, de S. Miguel e Lajes, e se, eventualmente, já foram, nestes 12 anos de autonomia, feitas quaisquer diligências oficiais no sentido de se proceder a essa transferência da administração desses aeroportos dos Açores, visto que, em contrapartida, de nada valerá arguir contra uma administração que, na própria perspectiva do Governo, não teve qualquer progresso nesses sectores, se eventualmente o Governo não pretender com isso, mais do que alertar (ao que parece ineficazmente), substituir-se a essa entidade que administra os aeroportos.

A terceira questão é a seguinte: ou eu ouvi mal ou o Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo não se referiu a questões relacionadas com a política aérea. Se eu não ouvi mal, a pergunta é a propósito também do novo Estatuto da SATA e da reestruturação da própria empresa e limita-se a isto: - Que expressão tem essa reestruturação do ponto de vista da frota dessa companhia aérea nomeadamente para o seu movimento inter-ilhas e qual é o ponto da situação sobre a anunciada possibilidade da SATA voar para o exterior e o que é que, sobre essa matéria, acontecerá no decurso do próximo Plano para 1988?

E, finalmente, o último assunto diz respeito à situação de dois hotéis que existem na Ilha de S. Miguel - o "Mont Palace" e o "Bahia Palace". O Governo tem, ao longo dos últimos anos, anunciado episodicamente (talvez até trimestralmente) a abertura de um e a reabertura de outro. Qual é o anúncio para o próximo trimestre em relação ao futuro dessas unidades hoteleiras?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Ramos Dias para pedidos de esclarecimento.

Deputado José Ramos Dias (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governco:

Segui atentamente a intervenção do Sr. Secretário e ouvi falar no acabamento do porto das Flores. Efectivamente eu não percebi bem a frase, mas gostaria que, se fosse possível, o Sr. Secretário me informasse qual o calendário previsto para a execução do porto das Flores e ampliação do aeroporto?

Muito obrigado.

Presidente: Também para pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário dos Transportes e Turismo:

Eu teria neste sector muitas questões a colocar e posições a tomar, mas não tenho tempo. No entanto, não posso deixar de dirigir duas ou três breves perguntas ao Sr. Secretário e marcar uma posição sobre uma questão e acompanhá-la também de uma pergunta:

O Programa 61, que prevê estudos no que toca ao transporte marítimo, tem uma verba de 20 mil contos. Eu gostaria que, sendo possível, o Sr. Secretário desse uma explicação: - que estudos são estes em concreto?

O Projecto 58.2 fala no Cais 8, no porto de Ponta Delgada, ou seja, nas negociações e modificações do Cais 8. Eu gostaria que me fosse dada uma explicação sobre esta obra, articulando-a com a questão da área de pescas do porto de Ponta Delgada, uma vez que todo o projecto foi apresentado em conjunto, com a respectiva

maquete, etc., e, como se sabe, aquilo que não se sabe, acaba o Governo e alguns por saberem mas mais ninguém saber. Eu gostaria de uma explicação muito clara sobre o que efectivamente é para fazer ou para não fazer, ou se é apenas para constar.

Em relação ao programa que diz respeito às infraestruturas aeroportuárias, eu tenho conhecimento que na anteproposta de Plano esteve prevista para o Aeroporto do Pico uma verba de 100 mil contos, com determinados objectivos. Os objectivos são mantidos, mas a Proposta de Plano diminui esses 100 mil contos para 20 mil contos. Eu gostaria que o Sr. Secretário desse uma explicação também clara sobre este assunto.

Tem havido declarações no sentido de que seria intenção do Governo Regional privatizar as participações que a Região dispõe em infraestruturas hoteleiras. Eu verifico que neste Plano estão previstas verbas vultuosas para pôr em andamento ampliações de hotéis e outras estruturas e torná-las devidamente operacionais. Muito dinheiro está a Região a meter nessas empresas. Eu queria marcar aqui a posição do meu partido, segundo a qual estamos em desacordo com essas privatizações. Pensamos que o papel da Região nas estruturas hoteleiras da Região é extremamente importante e é decisivo para que elas possam ser rentabilizadas. Condenamos - se eventualmente for esse o caso - que se dê estas injeções (como se diz agora) de "dinheiro novo" para depois entregar a patrões novos. De qualquer forma, gostava que o Sr. Secretário fizesse qualquer declaração sobre este assunto.

Muito obrigado.

Presidente: Iguamente para pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado António Silveira.

Deputado António Silveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo em exercício, Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo:

Algumas perguntas sobre assuntos relacionados com a ilha de S. Jorge e no âmbito da Secretaria dos Transportes e Turismo.

Considero que é importante este triângulo turístico e a aposta que se tem feito nesta área da Região - Faial, Pico e S. Jorge - em termos turísticos, mas nas infraestruturas vejo crescer o "Hotel Fayal" e a Residencial "Caravela" no Pico. Perguntaria, em relação à Estalagem das Velas: para quando se prevê a sua ampliação, dentro desta perspectiva que eu aceito e concordo, que realmente este triângulo pode ter muito a dar à Região em termos turísticos?

A segunda questão que lhe colocava era quanto ao aumento do porto das Velas. É um dado adquirido: justifica-se plenamente quer pelo tráfego comercial, quer pelo apoio às pescas, quer,

nesta nova e feliz ideia da construção dos "Cruzeiros", pelo movimento que eles geram em termos de passageiros. Existia um projecto para o aumento do porto das Velas; esse projecto era viável. Faz-se actualmente um novo estudo. Quando se prevê realmente que se possa avançar com o aumento do porto das Velas?

Uma terceira e última pergunta, quanto ao arranjo do aeroporto. Não falo aqui em termos de aumento - deixo isso para o próximo Plano de Médio Prazo - mas sim no arranjo das cabeceiras e das bermas desse aeroporto, que me parece que precisavam realmente de um arranjo especial.

E pergunto também quanto aos célebres "papis", que não se prendem só com S. Jorge, prendem-se, evidentemente, com outros aeroportos, como o do Pico e o da Graciosa: para quando se prevê realmente pôr a funcionar isso?

Era só.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa para fazer perguntas.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que aqui foi dito esta manhã dá-me ânimo para, em nome do Partido Socialista, propor uma alteração de reforço de verba para a pista do Pico e espero que, mais uma vez - como já disse de manhã -, não me venham com demagogias. Temos uma justificação; ela está resumidamente escrita e eu vou lê-la rapidamente:

"A actual situação da pista do Pico, com vários cancelamentos, continua a causar enormes transtornos à população da ilha, sendo, além do mais, um entrave em investimentos que pressupõem exportação regular de determinados produtos. É uma situação tremendamente gravosa, tornando-se prioritária uma resolução que lhe ponha cobro.

O Partido Socialista propõe o reforço da dotação do Programa 59, com mais 80 mil contos, na convicção de que os melhoramentos a efectuar na referida estrutura não podem de modo algum sofrer mais delongas".

Evidentemente que poderei acrescentar que este problema é grave. Eu posso ter dinheiro, mas **não posso comprar uma pista!** Aqui é que está o problema. Eu sou pobre porque não tenho água; eu sou pobre porque não tenho uma pista; eu sou pobre porque não tenho luz! Sou pobre por isso! A pobreza também é isto! Portanto, as pessoas têm de compreender que nós, neste aspecto, não podemos tomar outra posição. Aliás (gostaria de acrescentar), quando da visita do Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo à Ilha do Pico, que eu acompanhei desde o primeiro até ao último momento, e depois do anúncio do desbloqueamento de verbas para compra de terrenos, a única conclusão óbvia era que neste Plano estivesse uma verba que contemplasse

o acrescentamento da pista ou qualquer obra que resolvesse esta situação.

Para nós, a pista do Pico é uma calamidade pública!

(Vozes do PS e do Sr. Deputado José Decq Mota (PCP). Muito bem! Muito bem!

Presidente: Para fazer perguntas ao Sr. Secretário, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Teixeira.

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo:

A pergunta que pretendo fazer é, concretamente, sobre o Projecto 59.1 e relativamente ao Aeroporto de S. Miguel.

As obras do prolongamento da pista do Aeroporto de S. Miguel já fazem 3 anos de execução. Nesta altura já se levantava a questão do Plano Director do novo Aeroporto de Ponta Delgada, isto é, da nova pista, uma vez que, efectivamente, o Aeroporto de Ponta Delgada encontrava-se extremamente estrangulado, por todos os lados.

No Projecto 59.1, para este ano, verifica-se que das acções a desenvolver se refere "obras de adaptação na actual aerogare" e depois, mais abaixo, "desenvolvimento de fases prioritárias do Plano Director". A pergunta que eu faço é esta: - Está ou não o Plano Director do Aeroporto de Ponta Delgada concluído? Ou será que esse desenvolvimento das fases prioritárias será desenvolvimento do Plano Director ou das próprias obras que apontam este Plano Director, isto é, se efectivamente o Plano Director já se encontra pronto de forma a se poderem tomar opções das fases a desenvolver deste Plano.

Presidente: Não havendo mais questões a colocar ao Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo, eu dar-lhe-ia a palavra para responder.

Secretário Regional dos Transportes e Turismo (Tomaz Duarte): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu terei que ser necessariamente muito breve na resposta às perguntas, porquanto o tempo que me é reservado é muitíssimo limitado.

Sr. Deputado Carlos César, os quatro pontos que pôs não foram abordados na minha exposição porque nem mesmo indirectamente os vejo muito relacionados com o Plano para o exercício de 1988 - Projecto NAV II; aeroporto; política aérea e situação dos hotéis -, em todo o caso vou tentar ser muito breve e responder.

O Projecto NAV II e o projecto de substituição eventual da administração regional à da ANA nos aeroportos situa-se no mesmo pé da nossa última intervenção e faço esta apreciação em conjunto porque um depende do outro. O protocolo que foi assinado entre o Governo da República e o Governo da Região pedia na altura a execução do NAV II em Santa Maria e uma contrapartida era uma transferência progressiva dos aeroportos

que foram construídos pela ANA para a administração regional. Como o NAV II ainda não avançou, o segundo aspecto continua na sua dependência.

Quanto à política aérea, a renovação da frota da SATA para voar para o exterior passa por pressupostos que ainda não foram conseguidos, que são: haver um entendimento íntimo com a transportadora aérea nacional que detém esse exclusivo e, pelo entendimento do Governo da República, alterar essa política e permitir que a SATA possa efectivamente voar para fora do Arquipélago em voos regulares.

Quanto à situação dos hotéis, o Governo não tem vindo a anunciar a sua abertura: o Governo tem é diligenciado a sua abertura, portanto compete a quem os mandou construir fazer abri-los. Neste momento existe uma Comissão constituída por 3 pessoas (julgo que o Sr. Deputado já conhece) em que estão representados, por cada um dos bancos investidores, um elemento e um terceiro elemento indicado pela Secretaria das Finanças. Houve uma reunião muito recente e as perspectivas são no sentido de que se comecem, tão depressa quanto possível, obras complementares no "Mont Palace" e que o "Bahia Palace" possa reabrir dentro de pouco tempo.

Sr. Deputado do CDS, Ramos Dias, a afirmação que está contida na comunicação é de que no IV Plano de Médio Prazo terãõ que ser consignadas verbas para concluir obras iniciadas neste III Plano, e uma delas é exactamente o porto da Ilha das Flores, que será iniciado no ano de 1988 e espera-se estar pronto no ano de 1990.

Quanto à ampliação do Aeroporto das Flores, o seu projecto será posto a concurso, como já várias vezes foi anunciado, simultaneamente com o do porto. Espera-se que a meados do ano de 1988, esta obra conjunta da construção do porto da Ilha das Flores e a ampliação do seu aeroporto e ainda, agora por acréscimo, ampliação do porto da Casa na Ilha do Corvo, estejam adjudicadas.

Sr. Deputado Decq Mota, do PCP, eu explicitarei exactamente na minha curta intervenção os 20 mil contos do Programa 61: é para se fazer um estudo de levantamento dos recursos da Região em areias, porquanto as obras públicas, quer do Governo, quer as particulares têm vindo a ser prejudicadas, por nalgumas ilhas começar a faltar este material indispensável para as construções. Vai-se fazer um estudo de levantamento de todos os recursos em todas as ilhas, quer nas suas praias, quer submersas, para se poder dar resposta à carência deste material. Outro estudo que está em curso é o estudo de toda a orla marítima, porquanto o mar, na sua acção destruidora permanente, vai criando problemas complicados. Há que definir matéria nesta área; evitar construções em zonas mais vulneráveis.

Portanto, em vez de se atacar, como se tem feito até aqui, aspectos pontuais deste problema, que é permanente, há que fazer um estudo na sua globalidade e encará-lo de frente.

Relativamente ao Cais 8 de Ponta Delgada, por razões de ordem económica e de ordem prática não convém num porto já sobrecarregado, como é o de Ponta Delgada, introduzir obras excessivas que vão necessariamente afectar a sua praticabilidade. Então, foi-se de entendimento que a ampliação do Cais 8 e o lançamento da zona de pescas do porto de Ponta Delgada seria simultânea. Neste momento está a ser remodelado o projecto da zona de pescas, por isso ainda não avançaram as obras do Cais 8, mas vão avançar no ano de 1988 pois estão inscritas verbas para o efeito.

Na primeira versão do Plano esteve inscrita uma verba de 100 mil contos para a ampliação da pista do Pico. Decorre neste momento a fase de expropriação dos terrenos e por razões de cabimento, embora esta obra tenha sido considerada na política de redimensionamento, que também aludi na comunicação, ainda transitarão para o IV Plano de Médio Prazo obras de redimensionamento de várias pistas, uma delas é a do Pico, que está considerada como obra prioritária em seguida à ampliação da das Flores.

Quanto à política de privatização dos hotéis definida pelo Governo, neste momento há já pelo menos duas unidades na Região onde se pode efectivar essa política, porque as mesmas passaram a ter rentabilidade própria, e sempre se anunciou nesta Câmara que o Governo estaria interessado em devolver à iniciativa privada a posição que entretanto teve que tomar. Outras entretanto nós temos que lhe dar a dimensão e rentabilidade próprias, quando não, todos os anos, o Governo tem que suportar é a sua exploração e não o investimento.

Quanto às perguntas do Sr. Deputado do PSD, António Silveira, a Estalagem das Velas, acabada de inaugurar, ainda não tem aquele coeficiente de utilização que recomende a sua ampliação imediata. Em todo o caso, como o mesmo arquitecto que a projectou já previu que no futuro ela poderia vir a ser ampliada até ao máximo do suporte dos seus espaços sociais e vai proceder brevemente ao estudo do arranjo exterior, que passa pela construção dos campos de ténis e da piscina, vai ser encomendado o projecto de ampliação, que ficará em "carteira" para, na tal articulação das três ilhas do triângulo em que o turismo cada vez mais circulará entre elas, quando se justificar ser feita oportunamente.

O aumento do porto das Velas estava previsto há bastante tempo, simplesmente foi política do Governo que, enquanto as ilhas todas não estivessem dotadas de uma infraestrutura própria

portuária adequada às suas necessidades, não se fariam novas ampliações. Todavia, o projecto como é antigo, foi organizado em ordem a uma frota completamente diferente daquela que actualmente opera nos Açores, de maneira que está neste momento a ser revisto à luz da actual frota.

Quanto aos "papis", tem havido atrasos de vária ordem em relação à sua execução. Os da Graciosa e do Pico são os que estão mais avançados. O de S. Jorge é exactamente o que está mais atrasado, porquanto entre os técnicos da Direcção Geral e os técnicos da ANA surgiu uma dúvida de qual o tipo de material a instalar e está-se a diligenciar no sentido de resolver esse assunto.

Sr. Deputado Manuel Serpa, registei o seu ponto de vista; julgo ter-lhe dado resposta antecipada na resposta que tive que dar ao Sr. Deputado Decq Mota.

Quanto ao Sr. Deputado Carlos Teixeira, do PSD, o prolongamento da pista está na fase de acabamento. Existia um Plano Director que à distância se revelou insuficiente, em termos de futuro, e, sem correremos o risco de, daqui a algumas dezenas de anos, considerarmos que o aeroporto, nas suas estruturas de apoio, está ultrapassado, houve necessidade de rever esse Plano Director, o que está neste momento a ser feito. E, das várias obras que inclui o Plano Director - o novo terminal de cargas; o novo hangar para a SATA, etc. -, considera-se que o terminal de passageiros é a obra mais prioritária e está neste momento em estudo, mas, como levará necessariamente alguns anos a construir um terminal para um milhão de passageiros, que terá que ser estudado com todos os cuidados, é indispensável que até lá se façam obras de readaptação da actual aerogare para não correremos o risco do aeroporto ficar totalmente estrangulado.

Obrigado.

Presidente: Está ultrapassado este debate de apresentação de perguntas e de respostas. Tenho inscritos três Srs. Deputados para intervirem neste sector. Assim, dou a palavra ao Sr. Deputado Manuel Ávila. Tem a tribuna à sua disposição.

Deputado Manuel Ávila (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quem por algumas das nove ilhas, que compõem o arquipélago dos Açores, andava, ou era muito corajoso ou então só poderia ser por grande necessidade.

É claro que S. Jorge, a ilha onde vivo, não fugia à regra, aliás no aspecto de poder receber era uma das mais carenciadas em infraestruturas.

Residências nem uma tinha. Dormia-se em casas particulares, umas de amigos, outras faziam

aquilo que hoje chamamos "turismo familiar" ou "turismo rural".

Cenas engraçadíssimas se passavam com alguns turistas que por lá passavam e mesmo com os que lá iam em trabalho. Lembro-me perfeitamente das primeiras visitas de trabalho do Governo Regional, que além de terem viagens que ficarão na memória dos então governantes, tiveram, o Senhor Presidente e Secretários Regionais, de ficar instalados em diversos locais de S. Jorge, porque por mais que se tentasse e pelas maiores boas vontades existentes, não se conseguia alojar o Governo num só local. E comida, meus senhores, era a boa vontade e o saber receber da população Jorgense que preenchiam também essa lacuna. Restaurantes, apenas um em cada Vila e era necessário não haver grande movimento porque, caso contrário, corria-se o risco de não haver comida para todos ou na ementa para a refeição seguinte apenas aparecer escrito, o que naquela altura havia com fartura: **conservas**.

Mas tudo foi evoluindo e para isso é que o Governo Regional apresenta à A.R.A. uma proposta de Plano e Orçamento para o desenvolvimento dos Açores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Hoje, S. Jorge também já deu alguns passos no sector do Turismo. A Estalagem das Velas, obra realizada pelo Governo Regional onde também a iniciativa privada é detentora de algumas acções e, com os apoios concedidos ao abrigo dos Decretos Regulamentares, algumas Residenciais e Restaurantes também foram nascendo, apagando-se assim a lacuna que existia nessa área. O serviço humano destas infraestruturas talvez não seja o ideal mas com o tempo, e também com os cursos agora existentes na Região, é natural que esta ilha também venha a melhorar.

É lógico que não é de um momento para o outro que tudo se resolve, e no Turismo compreendemos que não é fácil, porque as infraestruturas custam muito dinheiro e nós somos uma Região composta por nove ilhas. No entanto há por vezes algumas áreas que poderiam ser ultrapassadas, sem necessidade de se gastar verbas avultadas.

Por exemplo:

A animação ao turista, que este ano tem-se assistido com actuações de alguns grupos estrangeiros e nacionais, e que é um trabalho muito louvável, poderia também ser realizado em todas as ilhas por grupos regionais. Felizmente também temos grupos, com grande qualidade, que deveriam ser aproveitados para dar a conhecer aos turistas a nossa cultura e a maneira como os nossos antepassados viviam e passavam os seus momentos de lazer ou como festejavam as tão tradicionais festas açorianas, diferentes de ilha para ilha e de local para local. Não

seria necessário nem deveriam ser todas as actuações ser realizadas nos hotéis, estalagens, vilas ou cidades. Existem em toda a Região lugares próprios para esse fim e em simultâneo estava-se a promover e divulgar locais que por vezes os turistas não conhecem por falta de um organismo sediado em cada ilha, que tivesse ao seu cuidado a responsabilidade de organizar tais certames.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Dentro de pouco tempo todas as ilhas, das que não têm Museus, terão a funcionar as Casas de Etnografia as quais terão funcionários ligados à cultura e costumes das nossas gentes. Ao turista interessa-lhe principalmente, além das nossas belas paisagens, saber e ver como se vive e como se vivia na nossa Região e é lá nesses pequenos Museus, que encontrarão parte dessas respostas. Por isso, e em minha opinião, as Casas de Etnografia serão por excelência o local próprio para serem criadas as Delegações de Turismo que faltam em algumas ilhas e que de acordo com um programa pré-estabelecido, e funcionários com preparação no sector, teriam a seu cuidado o desenvolvimento turístico da respectiva ilha, enquanto outra solução não fosse encontrada.

Ficaria assim resolvido o problema das pessoas residentes nessas ilhas, e das que as visitam, de não saberem a quem solicitar informações ou então para entrega dos projectos com a finalidade de serem apoiadas ou mesmo para solicitar informações sobre os locais a visitar.

Um grande esforço também terá de ser feito, no que diz respeito a incentivos ao Turismo. Desde o apoio à construção de campos de golfe, de ténis, passando pela caça e pesca, é também urgente que se motive a população para os apoios que podem vir a beneficiar no Turismo-rural, agro-Turismo e ainda na conservação de obras ou conjuntos etnográficos, que ainda são muitos.

Como atrás disse, sabemos que não é de um momento para o outro que se consegue realizar todo um conjunto de obras que são necessárias ao desenvolvimento turístico da nossa Região, mas temos confiança e acreditamos que o Governo Regional continuará a fazer tudo o que estiver ao seu alcance, para que todas as ilhas, que compõem o nosso arquipélago, possam receber qualquer turista sem pôr em causa aquilo de que muito nos orgulhamos: **o saber receber**.

Disse.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Dou agora a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado Carlos Mendonça. Tem a tribuna à sua disposição.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional em exercício, Srs. Secretários Regionais:

Ouvi com extrema atenção a intervenção rápida

que o Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo proferiu no contexto dos trabalhos que nos ocupam já há alguns dias a esta parte.

Não meço nem avalio o que quer que seja pela quantidade, mas sim pela qualidade.

Não vou, de modo nenhum, emitir qualquer juízo de valor em relação às palavras que o Sr. Secretário proferiu, mas não posso, antes de propriamente iniciar esta minha intervenção, deixar de lançar duas preocupações.

V. Exa. disse, a determinado passo que o desenvolvimento regional assenta, dentro dos seus princípios, em três esteios fundamentais, dos quais o turismo é um deles. Eu diria que deveria ser, mas não é! O turismo, como indústria nova e como indústria com grandes capacidades para o desenvolvimento económico desta Região, tem sido, de facto, uma catástrofe!

V. Exa. disse que o turismo tem evoluído de forma satisfatória. Eu digo: o turismo tem regredido de forma triste.

O Sr. Secretário ri. Quem rir no fim, rirá melhor!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os anos sucedem-se e com eles os diversos factos e acontecimentos que marcam e orientam a vida de todos aqueles que a acompanham no decurso do tempo.

A organização e subsequente planificação da estrutura económica, social e cultural da vida de qualquer sociedade, são acontecimentos que não podem nem devem ser elaborados e muito menos executados sem que para tanto exista uma real e efectiva ponderação e equacionamento dos factos que a sustentam.

Ano após ano aqui nos encontramos para discutir o Plano, desta feita o anual, e o Orçamento, documento de suporte financeiro daquele.

Factos há que, decorridos já 11 anos de Órgãos de Governo próprio nesta Região, se repetem sistematicamente, alguns até com a mesma expressão numérica, o que se em certos casos é admissível, noutros parece-nos absurdo, já que a inflação, infelizmente, não atingiu e duvidamos que algum dia atinja, o ponto zero.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos agora procurar abordar alguns aspectos que consideramos de primordial importância para a transformação da situação macro-económica da vida regional numa das duas vertentes fundamentais.

Ouvi proferir estes dias por diversos oradores que me antecederam nesta tribuna palavras já por diversas vezes ditas. Mas se ditas várias vezes o menos que podemos concluir é que elas continuam a ser tudo menos ocas.

Por maiores que sejam os princípios informado-

res da condução da vida de uma comunidade, esta só poderá prosperar se e quando estiver dotada dos mecanismos indispensáveis à sua transformação integrada e harmónica, face às condições endógenas e exógenas que forem susceptíveis de um real e efectivo aproveitamento na óptica do tema que vamos abordar de seguida.

Muitas têm sido as apostas deste Governo Regional em termos de desenvolvimento da economia da Região e do bem-estar do povo desta Terra.

A agricultura; as zonas francas; e tanto mais que o nosso Grupo Parlamentar não deixou de dissecar uma por uma! Onde estão os resultados? Alguns, é certo, mas a conclusão a que nós chegamos é que a mais evidente é a persistência da situação de pobreza declarada.

Pergunto: - Como consegue este Governo ter ainda a coragem de programar ano após ano, aquilo que se deveria assumir pela diferença e acaba traduzindo-se na igualdade?

Para tanto (e infelizmente o tempo não permite que nos enfadonhe com palavras e números) eu pediria que um dia, nas horas do vosso lazer, lessem no Plano para 87, Programa 54 e Plano para 88, Programa 54, concretamente as palavras de um e de outro. Meus senhores, não há mudança de uma vírgula! Foram fotocópias que se fizeram! Mas podíamos ir ao Programa 53, e aí substituí- -se "desenvolvimento" por "melhor prosperidade", e podíamos ir ao 52!... Sinceramente, programar num sector desta natureza, que necessita imperiosamente de mudança, que necessita de inspiração para se modificar aquilo que temos e prosperar no futuro, e escrever o que se escreveu há anos atrás, bem - permitam-me -, a imaginação é pouco fértil!

Mas de entre os sectores económicos que continuam sob aposta por parte do Governo Regional e susceptível de gerar riqueza nos Açores, o turismo é aquele que é apresentado como possível fonte de progresso e desenvolvimento da economia desta parcela de Portugal.

Contudo, o que este Governo nos apresenta, neste contexto, parece-nos pouco e sobretudo muito mau.

Nesse pressuposto vejamos com o que somos confrontados em termos de dotação orçamental:

O sector do Turismo, na sua componente global vem dotado com uma verba de 1 260 000 contos, o que equivale a 4,88% do montante global do Orçamento. Atenhamo-nos tão só a uma breve análise comparativa, em dois outros sectores económicos do Plano, em termos meramente percentuais: As pescas vêm dotadas com 6,42% (1 658 000 contos) e a energia com 7,2% (1 820 000 contos).

Partindo do princípio, credível e desejável, que se pretende continuar a apostar no desenvolvimento da indústria turística nos Açores, como factor de desenvolvimento que terá obrigatoriamente

te de ser integrado e harmónico, como é que se explica que ao fazer-se a análise comparativa dos programas e projectos do Plano de 1987 e 1988 sejamos confrontados com uma mera transposição das mesmas ideias, num espaço temporal de um ano para o outro?

Como é que se governa neste importante sector, que mais do que qualquer outro requer espírito inovador e dinâmico, com fotocópias do que já se fez, quando se tem a consciência que, de facto, há necessidade de mudança? Isto é verdade! Que me contestem! Estão aqui os documentos para quem quiser contestar!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista, tal como em outros sectores, também acabou de entregar na Mesa propostas de alteração para este importantíssimo sector do Plano Regional para 1988. Elas são simples; traduzem-se tão só numa deslocação de verbas de um programa para outro. Deslocou-as para apoio à indústria turística, porque é necessário desenvolver-se essa mesma indústria.

É indiscutível que é necessário construir-se hotéis, mas eu permitia-me tão só ler três linhas de um documento, que considero muito importante e muitíssimo bem elaborado, da Direcção Regional de Turismo, e que diz o seguinte:

"A par desta caracterização importa igualmente ter presente os factores condicionantes do desenvolvimento turístico dos Açores, dos quais se destacam (e eu vou destacar só um):

c) Forte carência na área de animação turística, inviabilizando estadias médias mais significativas". A estadia média neste momento - que também está aqui é de 3 dias. É indiscutível que a animação turística não existe! O Sr. Deputado Manuel Ávila acabou de fazer uma intervenção, muito conseqüente, em que justamente diz isso, enfim, com menos vigor porque é de facto um Deputado da maioria, mas teve a coragem de o dizer e é preciso dizê-lo com vigor para que os açorianos saibam que a Secretaria Regional dos Transportes e Turismo devia de ter mais atenção para o desenvolvimento dos Açores neste importante sector e não se limitar de facto - como se tem limitado - a empregar verbas na construção de hotéis para os mesmos estarem fechados a apodrecer! É preciso dar a volta a isto!

(Apartes inaudíveis do Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo).

O Orador: O Sr. Secretário tem o direito de fazer as observações que quiser, mas estou no uso da palavra para fazer a minha intervenção e certamente ser-lhe-á dado tempo para depois responder.

Mas, Srs. Deputados, mais vale tarde do que

nunca! E tarde fez o Governo chegar a esta Assembleia o documento que tem como epígrafe Plano 88 - **Desagregação Espacial** e no respeitante ao sector do turismo e correspondente aos Programas 53 a 55, daquele documento, onde consta a referida desagregação, nada se desagregou, Srs. Deputados!

Onde está, por exemplo, uma desagregação que permita dar uma execução digna do Decreto Legislativo Regional nº 21/87, aprovado nesta Câmara e que visa a adaptação à Região do Decreto-Lei 256/86, de 27 de Agosto (turismo de habitação, rural e agro-turismo) medida que na sua base teve e tem o nosso apoio? Ficará por certo para o já tão falado saco azul.

E o que é isso de divulgação e animação turística? Quais os projectos concretos?

Não vou ocupar mais tempo.

Oxalá que, ainda no ano que lhe falta para governar, este Governo tenha coragem para dar execução àquilo que ele próprio, nos seus órgãos específicos, disse que é preciso fazer e não fez!

Não devo, por imperativo de consciência e justiça moral, deixar de acrescentar um pormenor que penso que todos nós deveríamos reter. Certamente todos leram o officio nº 672/4 de 22 de Julho do corrente ano, da Câmara Municipal de Velas, que consta dos pareceres e sugestões dos "parceiros sociais" que vieram em anexo ao Plano e ao Orçamento. Após a sua leitura fiquei com a seguinte ideia: que pena não se ter atendido àquilo que possivelmente com muito esforço, alguém conseguiu transmitir: ideias lindas; ideias de repensar; ideias de não descuidar! Eu sou levado a tirar a seguinte conclusão: que, nomeadamente pelo responsável da Secretaria dos Transportes e Turismo, ele foi pura e simplesmente ignorado, ou então - mais grave - que nem tão pouco às sugestões que vêm dos seus correlegionários se dá atendimento.

Esse officio tem uma elaboração e um pensamento dignos de serem realçados e pensamos que se ele não tivesse aplicação no seu âmbito territorial, pelo menos que fosse fonte de inspiração para o âmbito regional, o que não aconteceu!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional em exercício, Srs. Secretários Regionais:

Procurámos deixar algumas reflexões. A nós tão só nos assiste esse direito. Todos os outros que nos são legítimos e que deveriam ser atendíveis são-nos coarctados por esta maioria.

Usem-nas consoante o merecimento que as mesmas tiveram junto de V. Exas.. Amanhã aqui estaremos e saberemos respeitar as que, eventualmente, de terceiros surgirem.

Muito obrigado.

(Aplausos do PS)

Presidente: Para uma intervenção, dou agora a palavra ao Sr. Deputado Pacheco de Almeida.

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de trazer a esta Câmara, que é necessariamente um espaço de reflexão política, mas é também um espaço de compromisso, algumas reflexões que, também já de uma forma habitual, apenas trago aqui na forma de apontamento para que me seja mais fácil tentar enquadrá-las no que aqui fica dito nesta Câmara.

Assim, começo por referir de novo aquilo que já foi aqui largamente salientado, que é o papel que desempenhará, hoje e sempre, no futuro, o conjunto das infraestruturas que pudermos lançar e que possamos vir ainda a melhorar no desenvolvimento económico regional.

Não há sector nenhum da nossa vida - e de modo muito particular aqueles que são de desenvolvimento económico - que não dependa de maneira absoluta do sistema de comunicações e de transportes que formos capazes de ter a funcionar na Região. E eu refiro isto de maneira igual para o transporte marítimo, o transporte aéreo e as comunicações no seu sentido mais geral.

Portanto, sem sistema de transportes e de comunicações não há desenvolvimento económico, não há vida agradável e com qualidade para ninguém nos Açores. Daí que apareçam aqui as mais variadas intervenções sobre a necessidade deste ou daquele porto, deste ou daquele aeroporto, mais comprido ou mais largo, com mais esta ou aquela facilidade.

Falámos hoje aqui largamente nesta Casa de pescas; tem-se falado de agropecuária; falou-se bastante de turismo e falaram-se doutros sectores. Vou centrar-me nestes três.

Falou-se aqui de um conjunto de constrangimentos que ainda se colocam ao desenvolvimento da nossa agropecuária e eu gostaria de deixar aqui sublinhado (é do que ouvi e do que sinto) que isto tem também muito que ver com a posse da terra, com a cultura que infelizmente ainda temos - cultura no seu sentido também mais geral -, que impede e dificulta bastante a modernização deste sector. E eu penso que não é só com "tiradas" de natureza política que se resolve o conjunto das questões de fundo que se prenderão com o desenvolvimento da agropecuária. A sua resolução passará sobretudo pelo empenhamento que tiverem as diferentes forças políticas e responsáveis pela formação de opinião na Região. Se nós apenas fizermos um esforço para centrar, de acordo com a componente política de um ou outro Sr. Deputado ou formador de opinião, as nossas intervenções, nós continuaremos a prestar um péssimo serviço ao desenvolvimento dos Açores e no caso concreto da modernização da agropecuária é indispensável repensar o teor das nossas intervenções. Se nós não formos capazes de encontrar

uma linguagem de modernidade que nos ponha a par da Europa, não valerá a pena trazer aqui discursos políticos de esquerda, do centro ou de direita, pois eles não farão mudar a face dos Açores neste sector.

E se - permitam-me que refira aqui - nas pescas foi bastante mais fácil fazer intervenções que são bem mais visíveis e que transformaram de maneira bem mais saliente a nossa realidade, eu penso que isso tem muito que ver também com o facto de que as pescas não tinham quase nenhuma expressão entre nós - a pesca era uma actividade quase artesanal e ainda se prossegue de maneira muito artesanal nalgumas das nossas ilhas e da Região e de muitos dos nossos portos - e foi possível ao Governo, e na pessoa empenhada do Secretário Regional da Agricultura e Pescas, encontrar um conjunto de políticas que, essas sim, já se inseriam e inserem neste espírito de modernidade que precisamos de trazer aos Açores e que projectaram este sector já com rumo ao futuro. E rumo ao futuro onde - aqui também já hoje se referiu - é necessário colocar o turismo, mas também me parece aqui que não apenas deixando para o Governo Regional ou para o partido que suporta politicamente o Governo a responsabilidade de todas as intervenções.

Por mais cimento que fosse possível "injectar" no desenvolvimento da actividade turística; por mais animação que fosse possível criar, fazendo vir à Região uma outra forma de animação, se a animação não vier de dentro da Região, se nós não nos mudarmos como povo e não nos colocarmos de maneira diferente ao serviço do turismo, a nível das autarquias, das comunidades de ilha e da Região, eu penso que não há Governo que seja capaz de por si só, qualquer que seja o tipo de políticas que queira implementar, transformar esta Região e penso que seria bem mais saudável que nós movessemos muita da nossa energia para ajudar a criar nos Açores também um espírito novo nesta área.

É óbvio que nós precisamos de mais hotéis e precisamos de ampliar algumas das unidades que já existem. Isto é inequívoco e - deixem-me dizer-lhes - parece-me que é inadiável. Eu julgo que, se nós queremos falar do turismo como um sector para o qual se deseja a dimensão de terceiro vector de desenvolvimento, não é com certeza com a dimensão da capacidade hoteleira que temos que nós podemos fazer deste sector uma "bandeira" da Região no sentido de um efectivo desenvolvimento. Não são de facto 2 500 camas que permitem colocar os Açores à venda no mercado estrangeiro de maneira fácil e dando a resposta, que o turismo pode dar, à necessidade de criar postos de trabalho na Região e à necessidade de criar qualidade de vida.

Portanto, há de facto um grande esforço para

fazer aqui, só que eu entendo que este esforço não pode ser de maneira absoluta e só responsabilidade do Governo da Região. Este esforço tem de ser colectivo; tem de ser assumido pela comunidade, que somos nós nos Açores, e não se pode esgotar nas políticas do Governo. Tem que haver mais gente a dar o seu contributo e a assumir responsabilidades.

Penso também que é mau que nós continuemos a pensar e nalguns casos até parece que a desejar que seja o poder político o autor e o fautor de tudo aquilo que é preciso mudar e fazer aparecer nesta nossa Região. Não é possível. Os países que de facto se desenvolvem não dependem exclusivamente das políticas que o governo, desse ou doutro país, tem para o seu desenvolvimento. Os cidadãos têm com certeza, cada um deles, responsabilidades muito grandes, que não podem ser apenas as de criticar: tem de ser também a responsabilidade de construir, em qualquer forma de desenvolvimento.

Portanto, nós estávamos a falar da necessidade absoluta que há de ter uma rede de infraestruturas que sirva de facto o desenvolvimento regional no seu todo e nestes três sectores que aqui vínhamos a referir: uma agropecuária que é preciso modernizar; umas pescas que precisamos de fazer crescer ainda mais e um turismo que tem que ter uma dimensão no futuro que o presente ainda não conhece, não esquecendo os grandes esforços que nesta área têm sido feitos.

Quando falamos aqui na necessidade de complementar este ou aquele porto; este ou aquele aeroporto, eu gostava de deixar aqui o meu contributo.

Eu penso que nós prestaríamos um péssimo serviço aos Açores se apenas fôssemos capazes de reivindicar, ilha por ilha, porto por porto ou aeroporto por aeroporto, aquilo que parece faltar a cada um e que se calhar até falta a todos eles. Eu sempre me habituei (e não queria deixar esta postura) a ver os Açores como um todo, onde o conjunto das necessidades deviam ser examinadas de maneira global, de tal maneira que, se falamos de aeroportos, o importante é que se saiba o que é que falta fazer nos aeroportos e então que apareça no próximo Plano a Médio Prazo um programa global que atenda às muitas necessidades que há no sector dos aeroportos. E permitam-me que vos deixe aqui um apontamento: é muito habitual algumas pessoas - até nalguns casos com grandes responsabilidades - pensarem que, feita a pista, está concluído o aeroporto; feito o molhe, acabou o porto, mas não é de modo nenhum assim e é por isso que o nosso esforço de investimento não se esgotou - tem de continuar - e é por isso que eu subscrevo quem no futuro, para este conjunto de necessidades (falávamos de aeroportos, mas podia ter referido

portos e posso falar do turismo e de outro qualquer sector) tem de haver um plano global e nesse plano global é que têm de cair as intervenções sectoriais. Sempre foi assim! Eu teria dificuldade em entender que fosse agora de maneira diferente.

A Região tem procurado desenvolver-se ao abrigo de programas globais nos seus Planos a Médio Prazo. É óbvio que alguns se atrasaram; é óbvio até que se atrasaram demasiadamente; é óbvio que alguns deles até se atrasaram desnecessariamente, mas por isso é que nós fazemos também a reflexão no sentido crítico daquilo que não foi feito em tempo adequado, e daquilo que é preciso fazer de maneira mais acelerada. Agora o que não me parece é que isso deva depois justificar que nós percamos de vista aquilo que é o objectivo muito global de desenvolver a Região para começar a intervir pontualmente só porque alguém gritou aqui ou vai gritar acolá.

Eu penso que, em termos de desenvolvimento regional, é importante que cada um de nós repense se é ou não indispensável que o objectivo de desenvolvimento seja mais alargado do que o de cada ilha de cada um de nós ou do que a zona onde concretamente estamos agora radicados e a viver.

Portanto, sei e sinto - e aqui reafirmo de novo - que há infraestruturas que deviam já ter sido concluídas, mas também não podemos fazer tudo num dia; há projectos novos que é preciso lançar, inequivocamente, mas penso que também seria da nossa parte um exagero pensar sequer que 11 anos de Governo próprio teriam permitido resolver todos os problemas. É óbvio que quando se está na oposição ou mesmo estando na bancada da maioria e estando fora das responsabilidades governativas é sempre fácil pensar que 11 anos teriam dado tempo para muito mais; é até possível pensar que teriam dado tempo para tudo, mas quando tendo depois a responsabilidade de resolver, muitas vezes verificamos que os dias se esgotam, as semanas passam, os meses desaparecem, os anos também e os projectos não chegaram ao fim, porque as máquinas que trabalham connosco são todas elas feitas por homens; não têm a velocidade de trabalho que às vezes desejaríamos que tivessem; as soluções às vezes não são tão fáceis de encontrar como se pensaria e às vezes a nossa decisão também não chega na altura certa e adequada.

Este espaço é de reflexão. Deixo aqui este apontamento. O importante é que o próximo, que é necessariamente um ano de reflexão e de relançamento de um conjunto muito importante de programas que contenha muitas das coisas que aqui vi referir e muitas que estão ainda por referir aqui e que são também aspiração e absoluta necessidade

da nossa Região.

E permitam-me mais uma incursão ainda aqui, por exemplo no sector do transporte aéreo. É óbvio que este sector não se esgota na construção das pistas e uma coisa de que quase nunca ouço falar aqui é das rádio-ajudas que é preciso ter e elas significam segurança, significam regularidade, mas não existem de maneira absoluta. É verdade que não dependem da Região: dependem da ANA, que já foi hoje aqui citada várias vezes. Sempre que citamos a ANA é para citar uma ausência, mas neste caso é preciso citar a ausência, porque também nós temos a possibilidade e temos o direito, e é uma exigência, de reivindicar que o Estado, que deve ser solidário com o desenvolvimento da Região, não faça solidariedade por omissão, que é o que vem fazendo nos Açores há muitos anos. O Estado Português nos Açores é um Estado omissor nas áreas em que devia ter sido responsável.

Eu estava a citar o programa que se ligaria de maneira muito geral à exploração do nosso espaço aéreo. É preciso que cada aeroporto regional - ou aeródromo, como queiram designá-lo - tenha rádio-ajudas, porque senão daqui a dias o que acontece é isto: se a transportadora regional, com três aviões de Inverno e mais um de Verão, garante o serviço indispensável e básico às diferentes ilhas, com o crescer do desenvolvimento e portanto do número de passageiros transportados e do número de voos, daqui a dias estes aviões não dão, porque os aeroportos abrem às 8 horas da manhã e fecham às 5 horas da tarde, quando chega o pôr do Sol, logo é preciso que o tempo de exploração seja prolongado. Ora, é muito mais barato ter luz nos aeroportos, do que comprar mais aviões, inequivocamente. Eu falei de luz, mas podia ter falado - como já citei - de um conjunto de infraestruturas que é necessário fazer aparecer aqui.

Mas, insisto, a maior parte das coisas que eu referi são da exclusiva responsabilidade do Estado Português, que aqui não se tem assumido como tal. É um Estado pela ausência.

Portanto, é preciso que este conjunto de infraestruturas tenha uma maior operacionalidade e um muito maior espaço de tempo de intervenção.

Nós precisamos de ter aqui, inequivocamente, sistemas de transporte que sejam do século XX, mas a virar para o século XXI e não a pensar no tempo das caravelas ou no tempo da navegação aérea dos aviões de cartolina, quando qualquer pequeno espaço aplanado dava para os aviões, e nalgumas das nossas ilhas ainda é a olho que nós navegamos. Para quem é de S. Jorge, se o dia está muito mau é o meio da encosta que serve de orientação, ou seja, se se vê o meio da encosta - talvez se possa aterrar. Isto não pode ser.

É óbvio que esta solução, que foi transitória, tem de conhecer um desenvolvimento diferente e isto é apenas apontar para o futuro e é também a referência que já deixei aqui clara: de que isto não é possível fazer-se em 10, 11 ou 12 anos, mas a vida não se esgota - para as pessoas é que se esgota; para as Regiões e para os países não se esgota e para as assembleias políticas como esta também não se esgota e o testemunho que hoje deixamos aqui vai ser retomado por alguém: em 88 alguém retomarás uma parte das questões que aqui foram deixadas, não por mim, mas pelo conjunto dos Srs. Deputados. Eu não falei de nada que não tivesse já sido trazido aqui à reflexão de cada um de nós pelo conjunto dos Srs. Deputados.

Tenho aqui uma outra nota que gostaria de deixar referida:

- O NAV II é um projecto dos Açores, não é um projecto dum outro país, nem duma outra região e penso - e já defendi esta posição nesta Câmara - que o Estado Português equivoca-se e a ANA comete um gravíssimo erro político e económico quando, sub-repticiamente, vai fazendo arrastar no tempo a implementação do Projecto NAV II nos Açores, privilegiando a implementação do NAV I, que está concluído numa primeira fase e daqui a meses estará concluído numa segunda fase, para então, de uma maneira - permitam-me que diga - algo manhosa, naturalmente tentar instalar em Lisboa os serviços que agora em Santa Maria seriam aquilo que nós designaríamos por NAV II.

Esta Câmara já se pronunciou repetidamente. O Governo Regional tem assumido repetidamente posições públicas de repúdio desta atitude e de defesa do interesse de Santa Maria e da Região Autónoma dos Açores, mas a verdade é que tudo isto tem, digamos, também ficado esquecido no tempo; os anos têm-se sucedido; o que caminha é de facto o NAV I, que eu já tive ocasião de visitar pessoalmente há poucas semanas e do NAV II apenas se ouve dizer que, enfim, irá ser reflectido um dia.

Gostaria de deixar aqui dito que, na minha opinião pessoal, se passar muito mais tempo sobre este problema do NAV II, não há depois necessidade de falar do NAV II, porque ela já não existirá como possibilidade para os Açores. O tempo de eficácia para que o NAV II possa existir nos Açores está a esgotar-se e está a chegar ao fim e infelizmente é muito possível que esse esgotar do tempo também não permita que fique em Lisboa muito daquilo que ficaria em Santa Maria como serviço a prestar pelo NAV II e penso que cabe a esta Câmara retomar de novo, pelos canais próprios que ela tem (a maneira que for mais conveniente de o encontrar será pensada) mais uma chamada de atenção, que é

política e que tem que ver com o nosso desenvolvimento e com a nossa afirmação como Região.

O espaço aéreo de Santa Maria é um espaço aéreo regional, dado aos Açores para controle de toda a navegação aérea que sobrevoe os Açores e tal como pomos interesse na Zona Económica Exclusiva dos Açores e não abdicamos desse nosso interesse, não abdicamos da nossa terra, mal seria que nos obrigassem a abdicar do controle do ar que nos rodeia.

Obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo.

Secretário Regional dos Transportes e Turismo (Tomaz Duarte): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Uma muita breve resposta, porque o tempo está mesmo a esgotar-se.

Sr. Deputado Manuel Ávila, este ano, pela primeira vez, foi possível dotar o sector da animação turística com uma verba substancial: 50 mil contos.

Todas as ilhas vão ser, proporcionalmente ao seu movimento, contempladas com a animação turística, necessariamente a partir dos elementos locais que a podem prestar aos turistas.

Quanto à possibilidade de uma casa de etnografia poder prestar divulgação turística, uma vez feito o investimento numa instituição destas, é possível sempre que, a funcionar permanentemente, a mesma possa colaborar na área do turismo e que o turismo possa ajudar essa casa nas informações a prestar aos forasteiros.

Sr. Deputado Carlos Mendonça, o que está escrito é que "o turismo é um dos três principais esteios em que assenta o futuro da economia regional". E é, porque nós não podemos fugir à regra. Hoje em dia, a nível mundial, o turismo é a maior indústria e com toda a certeza que os Açores, que, lentamente, mas com segurança, vão desenvolvendo o seu turismo, hão-de contar no futuro com o mesmo como um dos principais esteios da economia regional. E tenho que contrariá-lo, Sr. Deputado, o nosso turismo não tem regredido, tem avançado e os números e os factos estão bem à vista, o Sr. Deputado é que não quer ver.

Quanto à forma como se apresenta o Plano (e sabe a sua urdidura a quem se deve), à Secretaria Regional dos Transportes e Turismo, como entidade executora, interessa-lhe bastante mais as acções do que propriamente a linguagem em que estas mesmas se envolvem e a dotação dessas acções depende, como o Sr. Deputado sabe, dos escassos recursos que apoiam o Orçamento.

Dou-lhe a seguir a resposta também relativamente à animação turística:

- Nós sabemos que a animação é fundamental para reter os turistas, só que, atendendo a esses mesmos recursos, não foi possível até esta data. 1988 é o primeiro ano em que de facto a animação turística pode dispôr de uma verba substancial para desenvolver este sector.

Quanto ao cimento e aos hotéis a apodrecer, julgo que o Sr. Deputado queria referir-se a hotéis erradamente ditos franceses em que o Governo não investiu absolutamente nada.

O documento da Câmara Municipal das Velas foi lido com toda a atenção e, na medida do possível, as acções que se justificam estão a ser postas em andamento.

Obrigado.

Presidente: Parecendo não haver mais intervenções sobre este sector, vamos interromper os nossos trabalhos. Retomá-los-emos às 15 horas com a intervenção inicial do Sr. Secretário Regional das Finanças, nessa qualidade ou na de Presidente do Governo em exercício, sobre a continuação do debate das Propostas de Orçamento e Plano.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

(Eram 13,00 horas)

Presidente: Srs. Deputados, agradecia que retomassem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

(Eram 15,10 horas)

(Pausa)

Presidente: Já temos quórum. Vamos recomeçar os nossos trabalhos e, dentro do que estava estabelecido, na continuação do debate do Orçamento e do Plano para 1988, dou agora a palavra ao Sr. Presidente do Governo Regional em exercício e Secretário Regional das Finanças para uma intervenção. Tem a tribuna à sua disposição.

Secretário Regional das Finanças (Raúl Gomes dos Santos): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

O Orçamento Regional para 1988 atinge um valor global de 46,6 milhões de contos dos quais 19 milhões 554 mil contos se destinam a Despesas Correntes e 27 milhões e vinte mil contos a investimentos.

A primeira observação relevante a fazer, é que a maior parte dos dispêndios que a Administração Regional fará no próximo ano respeitam à execução do seu Plano de Investimento, o qual representa um acréscimo sobre o programado para o corrente ano da ordem dos 29%, contra um moderado aumento das despesas correntes, que não ultrapassa 15%.

Deflacionados esses valores verificar-se-á que o crescimento real do Plano é significativo, do que se conclui estar-se em presença dum orçamento expansionista.

A segunda observação, igualmente relevante, - quer dizer - com interesse para a compreensão da política orçamental do Governo para o próximo ano, é o de que esta Assembleia está a debater um orçamento equilibrado, o que não é vulgar, convenhamos, no nosso País. Talvez nessa matéria não tenhamos muito a aprender com outros orçamentos deste País e, por isso, as nossas contas, mesmo simples, mesmo elementares, e digo isto, dirigindo-me ao Sr. Deputado do CDS, sem qualquer cerimónia, aliás, pouco ganhariam com lições vindas de outras bandas.

A terceira observação é a que respeita às necessidades de financiamento, que este ano ascenderá a 16 milhões cento e vinte e dois mil contos mas, tenhamos em conta, respeitam integralmente a necessidades do Plano, ao propósito, e este é benéfico, de acelerar os investimentos na nossa Região, com vista a garantir o emprego e uma remuneração conveniente.

A parte das necessidades de financiamento, que poderá dar lugar ao endividamento regional pode parecer excessiva, habituados que estamos a não recorrer a empréstimos mas a verdade é que, quando confrontada com a mesma categoria noutros orçamentos deste País, estabelecidas as devidas proporções, evidencia uma relação bem mais favorável para nós, porquanto o recurso ao crédito não ultrapassará 13% do total do Orçamento, e poderá até não chegar a esse limite se o Estado cumprir, como deve, as suas obrigações constitucionais, vidé artigos 81º e 232º da Constituição, que o vinculam a corrigir as assimetrias existentes no País e a cuidar de forma especial, das carências sentidas nesta Região, por via da sua perifericidade ou seja, isolamento, dispersão e dimensão. A Europa da CEE obriga-se, voluntariamente, a essa tarefa e propõe-se aumentar a cota de apoio dos seus Fundos estruturais destinada a regiões periféricas e insulares... Porque é que este País se recusa sistematicamente a não considerar os problemas de desenvolvimento das Ilhas, como específicos e agudos no quadro nacional?

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A quarta observação, tão pertinente quanto as anteriores, respeita à evolução esperada da receita para o próximo ano.

Ela foi prevista de acordo com o conhecimento que temos da economia regional e de acordo também com as expectativas que possuímos da sua evolução. Não seria razoável, soaria até a falso, que a previsão dos diversos componentes da receita fosse em tudo idêntica à que o Governo Central faz.

As economias do Continente e dos Açores são estruturalmente diferentes. Sirva-nos de exemplo o caso da evolução da nova Contribuição Industrial cujo ritmo evolutivo não acompanhou o verificado

no Continente.

É evidente também que a previsão da receita foi efectuada com base na estabilidade do sistema fiscal, porque as alterações que o mesmo possa vir a registar no próximo ano dependem da deliberação da Assembleia da República o que só virá a ocorrer no final do próximo mês de Dezembro.

Profundas alterações, caso venham a acontecer, poderiam, quando muito, determinar uma revisão do Orçamento Regional lá para meados do ano. As únicas sensíveis que se conhecem, por via da análise da proposta do Orçamento de Estado, respeitam ao Imposto de Selo, no sentido de aumentar o seu produto e à eliminação de um rol extenso de isenções fiscais.

Portanto, se outras alterações não forem entretanto determinadas pela Assembleia da República a Região arrecadará mais receita do que aquela que tem prevista, reduzindo-se assim as suas necessidades de financiamento.

Para tranquilidade de todos nós, resta-me dizer que a regra da boa orçamentação foi cumprida, - despesas realisticamente previstas e receitas moderadamente estimadas.

Assim se evitam orçamentos suplementares com alteração do déficite.

Mas, Srs. Deputados, o que não podemos, porque nos falta a varinha mágica, é, a um só tempo, aumentar a despesa que aqui trouxemos, reduzir a receita e reduzir as necessidades de financiamento.

Em termos globais e para observar àqueles Srs. Deputados que pugnam pelo paralelismo entre o Orçamento da Região e o Orçamento do Estado, não sabemos bem em que termos porque, na Região o Orçamento é equilibrado e no Estado não o é; a capitação do investimento será no próximo ano, em relação à Região, de 104 contos, enquanto no Orçamento do Estado ela não ultrapassará, relativamente ao território do Continente, 15 contos.

Antes de finalizar quero informar a Assembleia que - e aqui respondo ao Sr. Deputado do Partido Comunista Português - os elementos constitutivos do Orçamento da Segurança Social foram devidamente coligidos, tendo os mesmos sido já entregues aos Grupos Parlamentares para conhecimento dos Srs. Deputados.

Finalizo agora, afirmando que, em termos globais, o crescimento da receita fiscal que se espera para 1988 não se distingue do crescimento do mesmo tipo de receita do Orçamento do Estado.

Disse.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: O Sr. Deputado Alvarino pede a palavra. É para uma intervenção?

(Afirmativa inaudível do Sr. Deputado Alvarino)

Pinheiro)

Presidente: Tem a tribuna à sua disposição.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aproveitaria a vinda à tribuna para, a um tempo, apresentar algumas propostas da Representação Parlamentar do CDS e fazer alguns comentários, não só ao Orçamento, como inclusivamente à apresentação que o Sr. Secretário Regional das Finanças acabou de fazer.

Em primeiro lugar, gostaríamos de clarificar um aspecto por nós aqui levantado na nossa intervenção global, na generalidade, que o Sr. Secretário Regional das Finanças teve a atenção de retomar aqui na sua apresentação, e que reputamos importante.

O esclarecimento a dar é que efectivamente, sob o nosso ponto de vista, nunca pugnámos por qualquer paralelismo entre o Orçamento Regional e o Orçamento do Estado. Porém - e fizemo-lo com toda a consciência - parecia-nos indispensável, desde logo, denunciar uma pecha grave do Orçamento Regional e que se prende exactamente com aquilo que se entendeu designar como "falta de articulação com aspectos fundamentais do Orçamento do Estado", nomeadamente em matéria de política fiscal. E, digamos, essa denúncia decorre e encontra finalmente inspiração num período do próprio Orçamento Regional e que eu permitia-me reler:

Afirmou, a propósito de orçamentos anteriores, mas repete-se para que se tenha presente as limitações deste, "que o facto da Região Autónoma dos Açores não gerir as receitas fiscais nem sequer conhecer antecipadamente as orientações fixadas no seio dos órgãos de soberania, segundo critérios e pressupostos válidos para a economia nacional, enfraquece significativamente a segurança da previsão das receitas".

Pois, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pode, na base deste período, tecer-se considerações e reflexões indispensáveis àquilo que por um lado seria lógico, normal e até razoável que tivesse acontecido no processo de elaboração do Orçamento Regional, inclusivamente por reconhecimento óbvio de quem o elaborou e o apresentou - do próprio Governo Regional - e até, corrigindo, "segundo critérios e pressupostos válidos para a economia nacional". Pois, com certeza! Só que, e infelizmente é com esses instrumentos que temos que lidar, as repercussões da política fiscal nacional definida nesses critérios fazem-se sentir integralmente na Região e no seu Orçamento e, portanto, o que nós não aceitamos (e até prova em contrário o Governo não nos deu conta de qualquer esforço nesse sentido) é que o Governo nem tenha procurado conhecer antecipadamente as orientações fixadas no seio dos órgãos de soberania. Isso parece-me

indispensável que tivesse ocorrido. E não é a circunstância do Orçamento do Estado vir eventualmente a ser aprovado só no final do ano que impede, ou que no caso impediu, que a Região, a tempo e horas, obtivesse a informação indispensável para melhor prever as suas receitas, a não ser que efectivamente as portas, neste caso, do Governo da República, estejam definitivamente vedadas à administração regional e, se assim é, é bom que esta Câmara tome conhecimento disso para tirar as devidas ilações políticas e assumir a posição que se impõe, em defesa dos interesses da Região. O que entendemos é que essa matéria não pode passar impunemente nesta Assembleia sem uma tomada de posição e, na nossa óptica, o Governo Regional tem que ser responsabilizado por essa falta de articulação e só ele, se assim o entender, é que nos poderá dar as informações suficientes para responsabilizarmos quem, por detrás do Governo Regional, impede que a Região elabore o seu Orçamento em termos correctos, porque felizmente, e para este País, vão longe os tempos em que, ou se governava sem orçamento ou se aprovava o Orçamento do Estado a meados ou nos fins do próprio ano de execução. Felizmente isso está ultrapassado e nós, Região, temos que retirar os benefícios da estabilidade que neste momento, neste e noutros aspectos, se vive a nível nacional.

Outra matéria que já tínhamos abordado no Plenário e que se impõe também reflectir - e relativamente à qual temos total divergência quanto ao processo utilizado pela administração regional - é o tratamento do chamado défice da Região e portanto a estratégia que está subjacente à própria gestão dos recursos financeiros por parte da Região. Consideramos de todo desvantajoso para a Região que, desde logo, no Orçamento Regional, se avance com um pedido de autorização de empréstimo com o limite de 6 milhões de contos.

De resto, essa própria medida está em aparente contradição com afirmações do próprio Orçamento. O documento não está numerado, mas permite-me ler, na penúltima página, o período final, que diz: "como nos anos anteriores, prevê-se que o produto das receitas fiscais e patrimoniais, bem como decorrentes de acordos e tratados internacionais, adicionado à transferência do Estado, seja suficiente para satisfazer todas as despesas orçamentais". Ora bem, o nosso entendimento...

Deputado Carlos Teixeira (PSD): É uma gralha!

O Orador: Há um Sr. Deputado do PSD que realmente informa o Plenário que se trata de uma "galha" do Orçamento.

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Não é preciso!... Basta só ler os documentos para ver que é uma gralha!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu nem sei se valerá a pena continuar a discutir esse documento na base da informação que nos é dada agora. Que ele vinha cheio de gralhas, isso foi a primeira coisa que anotámos. Também anotámos - e já o referimos positivamente - o cuidado e a atenção que, de resto, é norma do Sr. Secretário Regional das Finanças em, dentro do tempo recorde, tentar fornecer a esta Assembleia as diversas - e foram muitas - páginas de correcção - essas sim de gralhas a esse documento, o que nos apraz registar, mas, francamente, não imaginávamos que ainda aparecessem mais e nomeadamente da dimensão desta que o Sr. Deputado da bancada do PSD nos quer fazer crer.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, da leitura desse orçamento ficava-se de facto com a ideia de que a previsão do Governo era no sentido de que as receitas da Região seriam suficientes para satisfazer as despesas orçamentais. Por conseguinte não compreendemos o aparecimento, no articulado do decreto legislativo regional, do pedido de autorização a esta Assembleia para contrair um empréstimo e em que se fixa o montante global já de 6 milhões de contos.

Não temos qualquer espécie de dúvida de que essa aparente transferência de processos só acentua a fragilidade negocial dos Açores. E isto, quando todos nós sabemos que da parte do Governo da República - e como está consagrado no Orçamento do Estado - não há vontade política, não há intenção de efectivamente pôr à disposição da Região os meios financeiros que todos nós aguardávamos. Praticamente, a taxa de crescimento da verba consignada à Região Autónoma é zero. Logo, isto já de si é preocupante. E, quando nós esperávamos da nossa administração regional a adopção de uma estratégia de força, de uma estratégia que em matéria negocial viesse a permitir, ao longo do ano, convencer ou exigir perante o Governo da República o aumento do reforço dessa dotação, nós assistimos, desde logo, a um baixar os braços, a um ceder de imediato e a apresentar a esta Câmara um pedido de autorização de empréstimo até 6 milhões de contos. Repito: parece-nos, franca e honestamente, uma má estratégia, uma estratégia de fraqueza, uma estratégia que não corresponde às palavras e às intenções com que o Governo nos tem convencido nesta Casa, de que está inevitavelmente disposto a defender os interesses da Região contra tudo e contra todos.

Mas parece-nos que essa matéria, para além dessa gravidade política, que não aceitamos, ainda contém outras fragilidades técnicas e eu, desde já, fazia uma pergunta ao Sr. Secretário Regional das Finanças: - Porquê o limite de 6 milhões de contos?

Feita a pergunta, adiantava algumas reflexões:

Aceitando, como parece aceitar o Governo,

a verba inscrita no Orçamento do Estado para a Região, eu pergunto: - E os 3 milhões de contos que faltam no meio desse "buraco"? - Das duas uma: ou o Governo agora anuncia-nos (e aqui citando talvez o que vai no espírito do Sr. Deputado Carlos Teixeira) que não são 6 milhões de contos, mas que agora são pelo menos 9 milhões de contos - mas como ainda estamos em apreciação pode ser que nos apareça essa correcção até ao fim da Sessão -, ou então há aqui, de facto, 3 milhões de contos por cobrir.

Bom, e eu então pergunto: - Que fatia, que programas, que objectivos do Governo Regional é que eventualmente vão ser sacrificados a esses 3 milhões de contos?

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Outra área em que o Governo se esforça por nos convencer que a sua actuação se pauta por eficácia, por parcimónia, enfim, por rigor, é ao nível das despesas correntes mas, como já aqui o dissemos, carece de fundamentação. E carece de fundamentação por falta de elementos comparativos. De qualquer maneira - e deixando aqui à reflexão da Assembleia - o Sr. Secretário teve o cuidado por exemplo de referir que o crescimento previsto para as despesas correntes é da ordem dos 15%. Ora bem, todos nós sabemos que, e uma vez que essa componente da despesa, ou uma componente significativa da despesa regional, é fixada pelos centros de decisão nacionais - o caso das despesas com pessoal com a função pública e outras - e uma vez que é do domínio público que a administração central não está disposta a ceder a valores superiores a 6 ou 7%, eu deixo a interrogação à Assembleia: se a componente de pessoal não evoluirá a uma taxa média superior a 7%. Como a taxa global das despesas correntes é de 15%, eu pergunto se de facto as despesas que não são de pessoal - e é nessas que, sobretudo e neste momento a administração regional poderá pôr em prática a sua pseudo-política de rigor e de eficiência - a que taxa média é que o Governo Regional pensa que irão evoluir as despesas correntes que não são de pessoal.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Até por esse pequeno exemplo se demonstra que efectivamente não há rigor, não há eficiência, não há uma gestão parcimoniosa, da parte do Governo Regional, no seu Orçamento e, felizmente para a Região, há possibilidade de que se possa pôr em prática esse tipo de actuação - pelo menos há cobertura. Os avultados meios financeiros de que dispomos é que permitem que se actue da maneira como se actua em muitos domínios.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu também terei que fazer uso de uma "bengala", que a todos nós é comum, que é a falta de tempo para realmente prosseguir o tratamento de alguns

aspectos que considerávamos importantes para a reflexão que estamos a fazer sobre esses documentos.

A Representação Parlamentar do CDS, para além das propostas de alteração aos programas do Plano Regional e que já foram atempadamente distribuídas e cujo fundamento também nos parece que foi largamente apresentado nesta Assembleia aquando da discussão do chamado "Programa Especial para a Ilha de S. Miguel", apresenta agora mais outras duas propostas, que nos parecem fundamentais e uma delas prende-se com a necessidade de inscrever no decreto regional do Orçamento mais um artigo em que se dê a possibilidade de o Governo tomar as medidas necessárias ao estabelecimento de um acréscimo salarial na Função Pública da Região com o objectivo de atenuar o diferencial da inflação e do custo de vida entre o Continente e a Região Autónoma dos Açores. Essa proposta aparece na sequência lógica das posições que temos assumido ao longo deste debate e inclusivamente em outras instâncias da vida pública e política regional, e somos de opinião que, de uma vez por todas, o Governo Regional tem que ter a coragem de, nesse domínio, alterar profundamente a sua política.

Eu imagino que o Governo tenha alguma relutância em, de imediato, aceitar esta proposta, na medida em que - e ainda não há muito tempo - a bancada governamental afiançava peremptoriamente perante esta Câmara que não haveria alterações de nenhuma espécie na sua política em relação ao funcionalismo regional (isto aconteceu ainda o ano passado e em anos anteriores). Só que, Sr. Presidente e Srs. Deputados, aquilo que na altura resultava de uma análise de um ou dois anos, neste momento já toma outra dimensão, toma outra dinâmica, dado que vem-se tornando crónico, vem-se institucionalizando essa situação de desfavor dos trabalhadores dos Açores em relação aos trabalhadores do resto do País. Isto vai exigir - repito - que o Governo enfrente este problema, porque, e à semelhança do que já aconteceu com medidas como a incentivação e a fixação de pessoal técnico (algumas delas podem não ser perfeitas, mas, sob o nosso ponto de vista, reconhecemos que o Governo fez um esforço para resolver problemas nesse domínio), também o Governo terá que reconhecer agora que é altura de ter uma intervenção relativamente ao funcionalismo regional.

Os dados estão na mesa, são objectivos. As nossas classes trabalhadoras não podem continuar a, anualmente, perderem rendimentos reais na ordem dos 7% ao ano - que é o que vai acontecer este ano. Tem que haver uma alteração profunda por parte do Governo.

E quanto ao impacto dessa medida, estamos certos que a administração regional só iria

beneficiar com a mesma.

Um segundo artigo que também propomos introduzir no decreto legislativo regional, visa também dar condições ou possibilitar que o Governo Regional tome as medidas necessárias a que os bens e serviços prestados pela administração regional, serviços dela dependentes e empresas públicas regionais, não ultrapassem os preços de iguais bens e serviços do Continente Português.

Entendemos que essa medida está altamente correlacionada com a primeira e, no fundo, insere-se naquilo que é obrigação da administração regional: de criar condições para que o custo de vida nos Açores não se agrave ainda mais, aumentando o fosso que já o separa do nível de vida do continente.

A administração não pode continuar de braços cruzados a assistir à degradação do nível de vida nos Açores, como acontece já e é do domínio público - em vários sectores.

Finalmente, e em consonância com as observações que ainda há pouco fizemos relativamente à política e à estratégia financeira do Governo, propomos a eliminação dos artigos 3º e 4º, portanto, matérias relacionadas com o já célebre pedido de empréstimo de 6 milhões de contos, e propomos também alterações ao artigo 5º.

Presidente: Para uma intervenção, tem agora a palavra o Sr. Deputado Dionísio Sousa. Tem a tribuna à sua disposição.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu agradeço o convite do Sr. Presidente para usar a tribuna, mas é uma intervenção de trabalho, em fato de trabalho, ou seja, com muitos papéis na frente, portanto a tribuna não seria possivelmente o melhor, por isso fico por aqui.

Mas eu começaria por sublinhar um aspecto, que foi referido há pouco pelo Sr. Deputado que interveio antes de mim, em relação à falta de articulação entre o Orçamento da Região e o Orçamento do Estado e que me foi recordado ou reavivado, porque eu já o conhecia, mas era natural que me esquecesse. No final dessa proposta, que se refere ao empréstimo, diz-se que "o Governo Regional ficará autorizado, em alternativa com outras coisas, a utilizar os mecanismos de financiamento que para o mesmo efeito vierem a ficar estabelecidos pela lei do Orçamento do Estado para 1988, dentro da programação global do endividamento do sector público".

Curiosamente, acontece que no Orçamento para 87 havia efectivamente - é o nº 7 do artigo 1º, mas se não o for eu posso confirmar - uma disposição que permitia realmente ao Governo da República a obtenção de créditos para a Região num montante, que podia ser utilizado para as duas Regiões, de 15 milhões de contos e, por esta disposição, o endividamento das Regiões

era integrado no endividamento do sector público.

Isto dá a perfeita imagem da desarticulação, do total separatismo financeiro com que o Governo Regional programa receitas e programa despesas. É que esta disposição que existia no Orçamento para 87 não existe na proposta do Orçamento nacional para 88. Apesar disso, o Governo Regional na sua proposta do Orçamento (e agora o PSD retoma noutros termos) parte do pressuposto que este elemento continua a existir, ou seja, que o endividamento da Região está previsto no Orçamento Nacional, de acordo com o endividamento geral do Estado. Não está efectivamente previsto na proposta que está presente na Assembleia da República, de que temos um exemplar, e de que tomamos a liberdade de oferecer ao Governo Regional, se necessitar, uma fotocópia, em 3ª ou 7ª mão (em mão mais que usada!) para que possa tomar conhecimento daquilo que efectivamente está previsto na proposta do Orçamento do Estado.

É a Helena Torres Marques, é o Neves da Silva, é muito mais gente, mas não é nenhum Silva Cavaco (que é do PSD) que não deixa que a Região conheça aquilo que efectivamente necessita de conhecer para programar as receitas, para não induzir em aventuras perfeitamente escusadas - se esta Região, através dos canais próprios, puder entender-se com o Estado. Autonomia não é apenas conflito com o Estado; é entendimento também e é isso que falta ao PSD nacional como vontade, e ao PSD regional como capacidade para conseguir. Talvez o recurso aos pneus de socorro do PS (da Helena Roseta e do Neves da Silva) seja efectivamente uma forma de suprir essa lacuna. É lamentável que seja necessário chamar esses nomes aqui, porque isto significa que o PSD nem consegue encontrar ele próprio os pneus de socorro e precisa de recorrer a outros.

Mas vamos adiante:

Em relação ao Orçamento Regional em discussão, e à parte este entremês cómico introduzido pelo cómico habitual dessas coisas, eu diria que o Orçamento Regional é um Orçamento de chichés, é um Orçamento de narizes de cera, é um Orçamento de contas erradas, é um Orçamento de receitas não justificadas e é um Orçamento, nalguns casos, de despesas que não correspondem às prioridades indicadas no Plano, nomeadamente no Plano a Médio Prazo. Tentarei provar isso com a rapidez possível e com a eficácia ainda permitida por muitas coisas.

Em relação aos chichés, é efectivamente lamentável. Eu sei que há pouco ouvi referir, em relação a um programa em concreto que não interessavam as palavras, mas, sim, as acções. Simplesmente a política faz-se com palavras e a incapacidade de se renovar nas palavras é a prova maior de uma outra incapacidade, de se renovar nas

acções, e o perigo dos Planos e dos Orçamentos do Governo Regional serem fotocópias do último Plano e do último Orçamento.

Isso significa uma atitude mental incapaz de se renovar, incapaz de aprender com os próprios erros e incapaz de servir-se da experiência para com ela introduzir as correcções e superar as deficiências que a acção, ano a ano, tem vindo a revelar.

Isto é claro e já foi desmontado e referido em relação ao Plano, mas pode ser evidenciado em relação ao Orçamento, com coisas que realmente são a degradação e a decadência máxima a que uma maioria e um Governo podem descer; que é pegarem em toda a literatura de cordel do ano de 87 e pespegaram-na "ipsis verbis", literalmente, sem mudança de vírgulas nem de pontos, no Orçamento para 88 quando, muitas vezes, as circunstâncias e os condicionalismos se alteraram.

Eu podia dar dezenas de exemplos desta situação que, como digo, em si mesma não teria grande significado se pudessem ser interpretados fora do restante. Mas não pode! Quem não se consegue renovar por aquilo que diz, por aquilo que escreve, não se consegue renovar naquilo que pensa, não se consegue renovar naquilo que faz, não consegue trazer, não consegue concretizar as promessas de desenvolvimento, de transformação e de modernização que traz a esta terra. Isto é o que efectivamente se pode mostrar. Eu dou apenas dois exemplos, ou talvez um, porque não vale a pena referir o segundo:

Em 87, depois de alguma literatura sobre o conteúdo do Orçamento de 87, dizia-se: "Volvidos que são 10 anos sobre a entrada em funcionamento dos órgãos de Governo próprio, impunha-se os aludidos aperfeiçoamentos que vão muito para além dos simples aspectos formais e destinam-se, em última análise, a aprofundar, em sede de política orçamental, as relações entre os órgãos de Governo próprio com vista à consolidação do regime da Autonomia Democrática que os Açores vivem desde 1976."

Em 1988 dizia-se:

"Após 11 anos (não se enganaram nas contas - enganaram-se noutras contas mas nesta não se enganaram) sobre a entrada em funcionamento dos órgãos de Governo próprio, impunha-se os referidos aperfeiçoamentos que vão muito além dos simples aspectos formais destinados essencialmente a aprofundar, em sede de política orçamental, as relações entre os órgãos de Governo próprio com vista à consolidação do regime da Autonomia Democrática que os Açores vivem desde 1976."

Nisto, como no resto, a diferença é de um ano. O resto é tudo igual.

Efectivamente isto é um pormenor (eu sei que é um pormenor), mas tem um significado e

este pormenor pode ser alargado a todo o Orçamento e aos erros que ele contém porque há coisas que são verdadeiramente surpreendentes em relação ao problema das receitas - que é o que interessa neste momento. E interessa por uma razão muito simples: é que um dos propósitos do Orçamento de 87, bem como dos anteriores, que era não endividar a Região, deixou de ser em 88. Portanto, os cálculos das receitas têm que ser mais cuidados, dada essa perspectiva, porque têm que se justificar este endividamento.

Além disso, acentuam-se, neste Orçamento de 88, coisas que já vêm e que estão referidas nos textos oficiais do Governo sobre a fragilidade, as limitações, as lacunas das previsões de receitas do Governo Regional. Mas, como digo, estas lacunas, anteriormente, podiam aceitar-se, podiam não nos preocupar excessivamente porque apontava-se sempre para uma meta - não vai haver endividamento - portanto, essas fragilidades serão sempre superadas de uma ou de outra forma.

Em relação a este hábito de fazer cálculos errados, mas com consequências novas, diz-se, na apreciação que começa na página 24 sobre as Finanças Públicas, - "Situação Socioeconómica" é o título do DREPA - e em relação às receitas no Orçamento de 86, que "se verificou um desvio negativo dos impostos directos sobre a respectiva previsão. As receitas provenientes do acordo com os Estados Unidos tiveram idêntico comportamento. A comparticipação comunitária para projectos de desenvolvimento ficou abaixo do previsto. Ainda na rubrica Transferências, as provenientes do Orçamento do Estado e destinadas ao financiamento do Investimento do Plano Regional atingiram um montante arrecadado da ordem dos 2,3 milhões de contos, quando inicialmente estava previsto um valor superior em cerca de 4,5 milhões de contos".

Esta é efectivamente uma situação que desde 86 se vem tornando habitual. E vem-se tornando habitual não só por falta do tal paralelismo que há pouco o Sr. Secretário referiu em relação àquilo que foi atribuído a alguns pretendem, ou seja, paralelismo entre o cálculo das receitas no Estado e o cálculo na Região.

Eu posso dizer rapidamente que paralelismo é que pretendíamos. Eu leio só dois parágrafos breves do que na Proposta de Orçamento do Estado se prevê em relação ao cálculo de receitas para a Contribuição Industrial, por exemplo. E diz-se o seguinte:

"A evolução da actividade económica em 87 aponta para um crescimento nominal de 14,5% e, por isso, a receita de 88 não deve ultrapassar tantos milhões. Contudo o esforço que se tem desenvolvido em relação à administração fiscal, permitirá arrecadar mais tantos milhões. Deste

modo se fixa o montante previsto para a Contribuição Industrial em tanto."

Existem aqui elementos que podem ser discutidos ou não: os 14,5% de evolução da actividade económica, aquilo que derivará duma melhor actuação em relação à fraude e à actuação da fiscalidade da administração fiscal. - O que é que nós temos em relação à Região?

O que nós temos é esse panorama que é de pasmar e que é o seguinte:

Em 85, a Contribuição Industrial arrecadada foi de 661 mil contos, em 86 foi de 1 milhão e 31 mil contos.

Esses números indiciam um crescimento. Seria de prever que a receita orçamentada para a Contribuição Industrial fosse num crescendo que teria em conta essa percentagem. Mas não! A orçamentada para 87, em oposição àquilo que se previa de 85 para 86, passou para 850 mil contos, mas efectivamente aquela que se prevê arrecadar até ao fim do ano, está de acordo com a tendência que se podia prever de 85 a 86, ou seja, prevê-se que ela seja de 1 milhão e 370 mil contos.

Este exemplo para a Contribuição Industrial pode estender-se a todos os outros. Comparando as receitas de 85 e 86 e as previsões de 87, deparamo-nos com autênticos mistérios que não têm qualquer explicação. E a regra geral é essa: quando o Governo prevê que desça, a receita sobe; agora, neste momento, para 88, em muitos casos prevê que sobe. Por que é que nós teremos de acreditar que, em vez de subir, efectivamente descerá?

O que acabou de ser referido para a Contribuição Industrial pode demonstrar-se para o Imposto Profissional, para o Imposto de Capitais, para o Imposto Complementar e para os outros impostos. Dou apenas mais um exemplo: a variação do Imposto Profissional entre 85 e 86 foi de 11,1%, ou seja, passou de 1 milhão e 226 mil contos para 1 milhão e 257 mil contos; a receita prevista para 87 foi de 1 milhão e 650 mil contos, mas aquilo que será arrecadada será 1 milhão e 350 mil contos; aquilo que se prevê para 88 será igual (haverá um crescimento zero) ao de 87.

Portanto, o Governo Regional não consegue fundamentar nem justificar a taxa de crescimento para esses diferentes impostos. São esses elementos que nos mostram que o Orçamento Regional é feito de receitas não justificadas e misteriosamente avançadas nas previsões e na orçamentação.

Em relação ao que se disse para as despesas, e apesar de toda a discussão que já houve a propósito do Plano, lembraria aquilo que se pode verificar facilmente, porque isso talvez não tenha ficado muito salientado apesar de toda a discussão que houve, que no quadro XV que existe no Orçamento Regional sobre as despesas

do Plano, se verifica que nos sectores que foram considerados prioritários, ou seja, agricultura, pescas e turismo, o quadro presente mostramos que de 85 para 86 a evolução das despesas na agricultura foi apenas positiva no sentido de aumentar 2,9% e que nas pescas, ao contrário do que seria de esperar, ao contrário do que talvez as pessoas estivessem convencidas, foi de uma evolução negativa, ou seja, desceu 2,1%.

Este último aspecto mostra que nem as despesas correspondem às prioridades efectivamente apontadas, nem as receitas se justificam, nem o Orçamento Regional consegue o mínimo de renovação necessária para corresponder aos desafios e às necessidades da Região.

Presidente: Para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado José Decq Mota. Tem a tribuna à sua disposição.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando debatemos estes documentos na generalidade, na 2ª intervenção que fiz levantei algumas questões relativas ao Orçamento e levantei alguns problemas nessa altura, que não vou repetir agora, mas que penso que permanecem com toda a actualidade.

A intervenção proferida, há pouco, pelo Sr. Secretário Regional das Finanças dá parciais respostas - algumas directas outras indirectas - a alguns dos problemas, a outros não, e, portanto, procurarei abordar, com maior profundidade agora, uma ou outra dessas questões.

Em primeiro lugar, gostaria de referir o problema de ter sido aqui informado (e registar isso) de que vão ser fornecidos aos Grupos Parlamentares e aos partidos os dados do Orçamento da Segurança Social. Ainda não pude confrontar esses dados, não me congratulo com a informação e explico a razão: penso que o Governo está a fazer a sua obrigação, penso que foi oportuna a insistência de, em 4 intervenções, ter referido essa situação, e só não me congratulo porque temos uma experiência não muito positiva, ou seja, o Sr. Secretário Regional das Finanças, com a cordialidade que sempre o anima, prometeu-nos em Setembro, os Orçamentos dos Fundos Autónomos e de facto entregou, só que entregou as capas dos Orçamentos e essas capas têm receitas, têm despesas e têm saldos, mas não têm mais nada - teve a gentileza de nos entregar as capas, nós tivemos o trabalho de as ler, mas continuámos sempre sem ter acesso à verdadeira movimentação (a título informativo é claro!) desses fundos autónomos. Espero que os elementos que nos sejam fornecidos sobre a Segurança Social não sejam as capas.

Posta assim esta questão, gostaria de, sistematicamente, abordar dois ou três problemas.

Quanto ao problema do empréstimo, como todos sabemos e reparámos, o Governo Regional não

propõe um empréstimo para cobrir parte das necessidades de financiamento: propõe, no articulado do Orçamento, a eventualidade de um empréstimo como caminho alternativo a seguir. É um caminho alternativo que, desde logo, deve ter feito pensar qualquer um dos deputados que está aqui dentro e que leram o Orçamento, porquê esta alternativa, porquê esta forma que é posta este ano neste montante.

O problema, como todos os outros, é um problema político e, como tal, tem que ser encarado. Já o disse e repito: para nós esta alternativa é legítima, só que, se for necessário ir a essa alternativa no montante até de 9 milhões de contos, como o Sr. Deputado Alvarino colocou a hipótese (e feitas as contas é um montante que pode vir a ser necessário), mas, dizia, se é necessário pôr estas alternativas, falhou o que está previsto, em termos de receitas, de tal modo e por razões políticas que essas mesmas razões políticas têm que ser discutidas, têm que ser vistas, têm que ser ponderadas, têm que ser analisadas.

Dá que, não negando a legitimidade de abrir essa via alternativa para financiamento, na opinião do PCP deve ser um montante bem menor porque, se for necessário ir a esse montante, há problemas de tal ordem que torna-se de facto necessário que isso seja discutido por esta Assembleia no plano político.

É esta a razão da proposta de alteração que já entregámos, segundo a qual substituímos o montante de endividamento possível (de 6 milhões para 2,5 milhões de contos) com a ideia de que, tudo o que seja para além disto, põe em causa os pressupostos deste Orçamento, no que respeita a receitas, e tem que ser repensado e visto em termos políticos, não só pelo Governo porque nessa altura é um problema financeiro de tal forma grave e que necessita, no plano formal desta Assembleia (mas não só!), de ser discutido e precisam ser encontrados os tais tão falados consensos que, só em alturas de aperto, é que o Governo se lembra que são necessários encontrar.

Também já fizemos entrega de uma proposta relativa à consagração da possibilidade de um acréscimo salarial para o funcionalismo regional.

Eu recorro aos Srs. Deputados e aos Srs. Membros do Governo que o PCP, nesta tribuna, ao longo do tempo, tem tomado posição a este respeito de duas maneiras complementares: chamando a atenção para o facto do custo de vida aqui ser diferente do do Continente e o seu crescimento estar a ser mais acelerado, e chamando a atenção para o facto de serem possíveis e necessárias políticas para combater essa situação.

Constatámos ao longo do tempo que não são esboçadas essas políticas; constatamos agora que, neste Plano e neste Orçamento, não estão

contidas essas políticas que, por falta de tempo, não vou agora desenvolver e mencionar. Ora, não estando contidas essas políticas, achamos, como medida de recurso e numa perspectiva de conjuntura, que tem que se compensar essa situação, criando a possibilidade de um acréscimo que possa diminuir esta situação porque não podem ser aqueles que vivem do seu trabalho a pagar por políticas omissas, erradas, incompletas, que são feitas nesta área. A nossa perspectiva de um acréscimo salarial é uma perspectiva de conjuntura, é uma perspectiva de uma decisão anual, de uma decisão a ser tomada em função da situação económica e financeira que se vive e em função das diferenças de crescimento do custo de vida.

Esta medida obriga, por outro lado, a ponderar-se seriamente na necessidade de ir-se a políticas económicas de fundo que corrijam tendencialmente esta situação deste fosso que se está a cavar em relação aos níveis do custo de vida e ao seu crescimento.

Para além do acréscimo salarial, pensamos que o decreto legislativo do Orçamento deve conter outras medidas relativas à valorização dos recursos humanos. No relatório que acompanha o Orçamento vem enunciada toda uma política relativa a recursos humanos - minuciosamente e com algum desenvolvimento. No articulado do decreto não há reflexos dessas intenções, dessas acções ou dessas medidas. Pensamos que em sede do decreto do Orçamento pode dar-se um passo para resolver cabalmente as questões relativas aos tarefeiros e pode dar-se um passo para desbloquear questões de acesso das carreiras de desenvolvimento normal que tem estado bloqueado. Propusemos também, nesse sentido, pontos que são considerados necessários.

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, há pouco, colocou um problema muito importante, e eu gostaria de me associar à forma como ele colocou esse problema: o problema do custo de bens e serviços prestados por empresas públicas.

Não vou repetir o que ele disse, mas gostava de colocar um ponto especial sobre isso e que tem a ver com o preço da electricidade nesta Região.

Recordo que, não há muito tempo, o Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria, quando se falou em diminuição dos preços de combustível, anunciou, como possível, uma diminuição do preço da electricidade ao consumidor, ou fazer os preços de forma a beneficiar o consumidor. Até à data isso não aconteceu e pensamos que, dentro desta política que foi aqui defendida, de não encarecer bens e serviços prestados por empresas públicas, a questão da electricidade deve ser prioritariamente encarada.

Antes de terminar gostava de voltar ao problema do acréscimo salarial para colocar uma questão:

Tenho conhecimento de que, em departamentos governamentais, se tem estado a estudar a possibilidade de vir a ser introduzido na Região um novo regime de ajudas de custo, e tem-se estado a estudar isso com o argumento de que as actuais ajudas de custo, que vigoram a nível nacional, são insuficientes para a Região Autónoma dos Açores.

Não vou tomar posição sobre isto agora, mas não me custa a admitir que, de facto, sejam insuficientes. No entanto, se se faz este raciocínio das ajudas de custo para o funcionalismo, que abrange essencialmente titulares de cargos políticos e funcionalismo superior, tem que se fazer um raciocínio análogo para a generalidade do funcionalismo.

Penso que não pode ser tomado como argumento decisivo a questão que um Sr. Deputado há pouco, em conversa particular, me colocou sobre a situação da Administração Local e da Administração Central. É uma questão; é um problema! A esta Assembleia compete resolver a situação dos funcionários e agentes que dependem da Região. O Governo Regional e esta Assembleia podem tomar medidas e iniciativas no sentido de levar a que a situação seja de facto resolvida para todos os funcionários públicos - como deve ser, aliás, para todos os funcionários públicos.

Pensamos que o Governo Regional, a maioria, todos os partidos aqui representados têm a obrigação de ponderar muito bem, sem precipitações nem teimosias políticas, esta questão, porque é uma questão de inteira justiça, de inteira oportunidade e é a única forma possível de corrigir as graves distorções que estão introduzidas por políticas erradas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cruz para uma intervenção.

Deputado Jorge Cruz (PSD): Sr. presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria participar nos debates sobre algumas questões que foram aqui colocadas. E começava pelo Sr. Deputado Dionísio de Sousa que, com alguma excitação destemperada, face a algumas intervenções puramente adjectivadas, mais não pretende do que brilhar mas, quando vai às questões concretas, espalha-se, e do balanço total entre o pretender brilhar e as questões concretas em que de facto se espalha, fica claro que o Partido Socialista (e o Sr. Deputado Dionísio de Sousa) continua na sombra donde, aliás, nunca saíu.

E vamos às questões concretas, Sr. Deputado Dionísio de Sousa! O Sr. Deputado Dionísio de Sousa acusa e revelou aqui algumas questões de incapacidade e de fragilidade de previsões, enfim, adjectivos...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): E números!

O Orador: ...e pegou em dois impostos sobre

os quais o Governo Regional não tem qualquer incidência em fazê-los alterar, quer no seu valor, quer noutros mecanismos, como o mecanismo de incentivos e outros.

Mas se formos àquele passado histórico a que o Sr. Deputado Dionísio de Sousa quis recorrer nos seus números, vemos uma coisa completamente diferente da sua, ou seja, nas tais receitas correntes em 83, em 84, em 85 e em 86 os desvios entre aquilo que foi orçamentado e aquilo que foi realizado vão entre 2,8% e 7,1%. - É ou não isso uma boa base orçamental? É sim senhor!

Vamos às receitas de capital. O mesmo se passa!

Vamos à questão dos impostos, Sr. Deputado, e àquilo que chama os "impostos directos" e os "impostos indirectos".

Os impostos directos tiveram um desvio entre 86 e 85 de menos quase 4,4%!

E vamos à questão de um dos impostos. O Governo Regional toma particular incidência onde ele pode efectivamente trabalhar e vê-se que o orçamentado condiz com o realizado - o caso do imposto do tabaco, por exemplo - em que apenas há um desvio de 1%.

Vamos ao caso em que não há alterações por parte do Governo da República em relação a esses impostos - caso do imposto sobre veículos - em que o desvio é apenas de 7%.

Isto vem, realmente, desconfirmar aquilo que disse o Sr. Deputado que, quando agarra nas questões no concreto, espalha-se efectivamente.

Em relação às questões mais sérias aqui colocadas pelo Sr. Deputado do CDS e pelo Sr. Deputado Decq Mota quanto à questão do aumento do funcionalismo público tomando em consideração a taxa de inflação e o custo de vida, vou separar a minha intervenção em duas questões, embora a primeira fosse nitidamente uma questão para ser analisada em especialidade em Comissão, onde o trabalho de aprofundamento dessas questões tem outro tratamento e, aí sim, nós estamos mais aptos a esmiuçar as questões.

A taxa de inflação e o custo de vida, para já são duas coisas perfeitamente distintas. A taxa de inflação é um indicador perfeitamente, a meu ver, desactualizado, uma vez que o inquérito ao agregado familiar é de 72. Eu não quero dizer com isso que o custo de vida nos Açores não seja superior ao do Continente; digo apenas que são questões a pensar!

Uma coisa é o custo de vida e outra coisa é o custo de vida do funcionário público na Região. E vamos ver porquê: o custo de vida do funcionário público na Região quando comparado com o custo de vida do funcionário público no Continente, não tem, quer a montante quer a jusante, factores apenas de preços de bens, mas tem outros factores que precisam ser pondera-

dos - factores de transporte, factores de qualidade de vida, preços de colégios, preços de creches, etc., etc. - e aí, se calhar, chegaríamos a conclusões perfeitamente diferentes.

Em relação à questão política - esquecendo as questões técnicas uma vez que essas, como disse na introdução inicial, deveriam ser muito mais bem discutidas em termos de Comissão - eu direi que, na perspectiva do Grupo Parlamentar do PSD e numa perspectiva nacional, o mecanismo de contratação não é só a nível da função pública mas a todos os níveis, e esse mecanismo é, e sempre foi, um mecanismo puramente negocial. Nunca foi, neste país, nem nunca há-de ser, um mecanismo de indexação, isto é, os trabalhadores assalariados hão-de ganhar e hão-de corrigir os seus salários de acordo com a taxa de inflação! Não nos iludamos!

Mas vamos a outra questão: a função pública regional e a função pública nacional foi sempre arrastada, nesses sucessivos Governos do PSD, do PS e do CDS, etc., para a perda dos salários reais inferiores (é a verdade!) mas nunca cobriram a taxa de inflação. Agora, vêm-nos para aqui pedir que se corrija um mecanismo, que é chamado "diferencial de insularidade", sem ter em conta que nem sequer a taxa de inflação tem a respectiva correcção!

Para o PSD, além disto, há questões prioritárias a ter em conta, e as questões prioritárias têm a ver com aquilo que a oposição chamou de "falta de lógica das despesas de investimento e das despesas correntes". Pretende-se, por um lado, conter as despesas correntes e vem-se pedir que se aumentem as despesas correntes. E em detrimento de quê? De despesas de investimento! - Onde está o raciocínio e a lógica, a meu ver? Está naquilo que é a política de concertação social e que os próprios trabalhadores deste país aceitaram! E aceitaram da seguinte maneira: aceitaram prejudicar o crescimento dos salários reais em detrimento da produtividade a favor das próprias classes trabalhadoras, isto é, a favor de despesas de investimento. E com o objectivo de quê? De criar investimento e de criar emprego! É isso que a Região está a fazer, ou seja, canalizar as suas despesas para as despesas de investimento no sentido de criar investimento e de criar emprego!

Foi aqui falado na política de rendimentos e preços. Falar em política de rendimento quando se fala apenas em política salarial e política de correcção salarial, é pura demagogia! Política de rendimentos tem a ver com pilares completamente diferentes da política salarial; tem a ver com política cambial, tem a ver com política fiscal, tem a ver com política de concertação social e tem a ver com uma coisa que aqui não se falou e que é muito importante: expectativas anti-

-inflacionistas, que é o que aconteceu no Continente e que ainda não esperamos na Região. Mas um dia há-de vir. E à custa de quê? Do investimento no sector privado!

Quanto a outra questão que foi colocada pelo Sr. Deputado do CDS em relação às despesas com o pessoal e à tal ilógica dos 15%, devo dizer que o Sr. Deputado é realmente um homem hábil...

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Muito obrigado!

O Orador: ...mas a sua habilidade consiste em só ler o primeiro parágrafo da página em relação aos 15% do aumento das despesas com o pessoal.

O Sr. Deputado sabe tão bem como eu que as despesas de pessoal têm um contributo nas despesas correntes de X% (e que são 41%) e o resto são outras despesas que não são apenas despesas com o pessoal. Quando o Sr. Deputado fala na ilógica entre os 15% e o restante, tem que ter em consideração os outros parágrafos que estão muito bem explicados e que eu não posso deixar de ler aqui nesta Câmara:

"As despesas com o pessoal pertence a responsabilidade maior na estrutura das despesas correntes (o que corresponde a 41,6%). Por outro lado, as transferências para o sector público ascendem a 5 milhões de contos das quais 4 milhões e 700 mil contos foram afectas ao Serviço Regional de Saúde (35% das despesas correntes).

Deverá igualmente deduzir-se que a regionalização dos serviços que se prendem com a Educação e Saúde representaram, em 86, 9 milhões e 268 milhares de contos (78,3% das despesas correntes), o que evidencia claramente a racionalidade da estrutura das despesas correntes realizadas na Região".

Disse. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional em exercício.

Presidente do Governo Regional em exercício: (Raúl Gomes dos Santos): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Era para responder a algumas perguntas que aqui foram postas.

Começaria por dizer ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro que fiquei satisfeito por saber que tinha feito o paralelismo entre o Orçamento do Estado e o da Região. E fiquei satisfeito porque, se tivéssemos comparado o Orçamento de 87 com base para a elaboração do Orçamento de 88, encontraríamos erros de palmatória nas previsões que foram feitas e que tiveram erros, ou por defeito ou por excesso, muito substanciais.

A articulação com o Orçamento do Estado procurou sempre ser feita desde o I Governo. Eu tive responsabilidade nessa matéria durante bastante tempo, e sei que o meu sucessor também procurou fazer essa articulação. Só que foi sempre muito

diffcil porque as datas de elaboração e de aprovação dos Orçamentos tiveram sempre um desfasamento muito grande e não foi nunca possível saber atempadamente quais eram as orientações do Estado em relação aos orçamentos anuais.

Este ano deu-se a circunstância de haver uma maior proximidade nessas datas e eu supus que era fácil procurar articular, de certo modo, o nosso Orçamento com o Orçamento do Estado, mas não o consegui, porque a resposta que recebi do Estado é que havia apenas grandes orientações quanto ao Orçamento, na altura em que era crucial saber-se quais eram os dados objectivos do Orçamento do Estado para podermos elaborar o nosso Orçamento, e que essas grandes orientações, ao fim e ao cabo, se circunscreviam a uma única, que era a contenção do consumo por todos os meios e, portanto, a informação que obtive era que o Orçamento e o Plano iam ser fortemente contraccionistas.

Era uma opção que não nos convinha. E não nos convinha como viemos a demonstrar com o Orçamento e com o Plano que apresentámos nesta Assembleia.

Quanto ao pretense lapso, que referiu, no Orçamento, devo dizer que não foi lapso. A afirmação está correcta porque, uma vez que apresentamos um Orçamento equilibrado, o financiamento dos investimentos tem obrigatoriamente, e é imperativo da Constituição, que seja feito pelo Estado. Portanto, o somatório das receitas fiscais, das receitas patrimoniais, da transferência do Estado e das receitas provenientes de tratados e acordos internacionais são suficientes para financiar totalmente o nosso Orçamento, e se aqui indicámos, prevendo uma recorrência ao crédito até ao valor de 6 milhões de contos, era na presunção, não numa posição derrotista, mas na presunção de que o Estado, mais uma vez, iria fugir a essa responsabilidade, como tem fugido sistematicamente desde o primeiro dia de instalação dos órgãos de governo próprio da Região.

Deputado Carlos César (PS): Nem sempre!

O Orador: Sempre, Sr. Deputado, e algumas vezes pior do que agora!

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Com o Cavaco continuou para pior ou melhor?

O Orador: Para melhor, não!

Acontece que, tendo como base a transferência do Estado do ano findo, adicionada a um reforço que está pedido e que suponho que vai chegar atempadamente, nós prevemos um crescimento normal e que atira com a transferência do Estado para um valor perto dos 10 milhões de contos.

Assim não acontece, mas devo dizer que este dado não é definitivo porque os 7 milhões de contos fazem parte de uma proposta de Orçamento que está em discussão na Assembleia da República

e cuja votação final só se fará em finais do mês de Dezembro. Até lá muita coisa pode acontecer, porque se trata de uma proposta. Não obstante, mesmo durante o decorrer do ano económico, é possível negociar com o Estado um reforço dessa transferência. Portanto, não é um dado adquirido, não é um dado definitivo que a transferência do Estado se circunscreva unicamente aos 7 milhões. Nós vamos partir do princípio de que a transferência do Estado será possível de negociar até um nível mais elevado. Mas se não fosse, mesmo que ficasse nos 7 milhões, eu chamo a atenção para uma inovação no Orçamento do Estado, quando inscreve no orçamento das despesas uma dotação concorrencial com valor negativo e com influência no défice.

Nós não introduzimos essa inovação porque, na prática, vai acontecer isso. O ideal na execução de um orçamento será sempre a execução a 100%, mas esse ideal é inatingível porque, circunstâncias várias e imprevistas, impedem que os dispêndios se realizem na medida em que se deseja no Orçamento. Portanto, na prática, o que existe sempre é uma quebra da execução orçamental, mas que não é imposta pela dotação concorrencial que tem efeitos perversos na medida em que pode privilegiar determinados sectores em prejuízo doutros.

Assim, contamos com uma quebra (a quebra natural) na execução orçamental que suponhamos que chegará a 5 ou 6% - é recomendável que o Orçamento tenha uma execução muito inferior a 94 ou 95% - e isso bastará para cobrir a maior parte dessa verba que fica a descoberto, ficando portanto só 6 milhões de contos como importância eventual para recorrência ao crédito.

Quanto ao Sr. Deputado Dionísio de Sousa, o Sr. Deputado Castanheira Cruz já teve ocasião de lhe responder em parte, mas eu devo-lhe confessar que me perdi completamente no emaranhado da sua explanação, ou seja, não consegui prender nenhum elemento concreto da sua explanação, excepto quando comparou a similitude dos textos dos dois orçamentos pareceu-me ver na sua expressão uma sensação de gozo, gozo esse que era afinal talvez devido a estar a rever-se nessa similitude porque, ao fim e ao cabo, o Sr. Deputado repete-se incessantemente, quer na forma, quer na substância das suas intervenções.

Quanto ao Sr. Deputado Decq Mota, e à parte do financiamento, eu já lhe expliquei que não compreendo por que é que se poriam razões de ordem política pelo facto de se aumentar ou diminuir o endividamento ou a recorrência ao crédito.

Eu já expliquei e posso demonstrar que o plafond que nós indicámos como recorrência ao crédito, está perfeitamente dentro da capacidade de endividamento da Região e não complica absolu-

tamente nada os futuros orçamentos, nem o serviço da dívida, quanto a esse endividamento, se for necessário fazê-lo. Portanto, não vejo que haja realmente implicações políticas para se situar num eventual empréstimo de 6 milhões, 5 milhões, ou 2 milhões de contos, conforme aconselha o Partido Comunista.

Suponho que respondi a tudo.

Muito obrigado.

Presidente: Eu tinha uma inscrição do Sr. Deputado Pacheco de Almeida para uma intervenção. Entretanto, o Sr. Deputado Dionísio de Sousa, o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro e agora o Sr. Deputado Decq Mota, sucessivamente pediram a palavra. Pergunto se é para uma intervenção ou se é para perguntas ao Sr. Secretário.

Devo lembrar, aliás já sabem, que os vossos tempos estão, nalguns casos, a esgotar-se - caso do Sr. Deputado Decq Mota que tem 2 minutos.

Deputado Decq Mota (PCP): Deixe-me esgotá-los!

(Risos da Câmara)

Presidente: Pode esgotá-lo já e, depois, fica calado para o resto.

O Sr. Deputado Dionísio de Sousa pede a palavra para?...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): É para um protesto.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É apenas para um breve protesto - não sei se terei problemas de tempo, mas julgo que não - em relação a algumas coisas que foram referidas, e não ao protesto dos números que eu não me dei ao trabalho de citar, embora os tivesse aqui. Referi apenas um exemplo, mas posso esgotar esses exemplos para todas as rubricas que aqui existem no mapa das receitas.

Vou dar agora dois ou três exemplos (e não apenas um) que desfazem por completo a ideia de desvios entre o orçamentado e as receitas efectivas de 2 ou 4% (ou dessa margem mínima de variação) e que foram referidos, genericamente, pelo Sr. Deputado Castanheira Cruz.

Eu refiro dois exemplos tirados do quadro XI (que tenho aqui com alguma numeração à mão), página 63 do Orçamento, em que a Contribuição Industrial aparece, em 87, com uma orçamentação de 850 mil contos e uma receita previsível arrecadada de 1 milhão e 370 mil contos, ou seja uma diferença de 61% que, em relação ao orçamentado para 87 e o orçamentado para 88, refere uma diferença que é da ordem dos 95%.

Iguais números podem ser repetidos para o Imposto de Capitais, por exemplo, em que a diferença entre o orçamentado em 87 e o arrecadado, é de 37% negativos.

Em relação ao Imposto de Tabaco que foi aqui

referido como um modelo perfeito de previsibilidade e de eficácia das previsões do Governo Regional, a diferença entre o orçamentado em 87 e o arrecadado neste mesmo ano de 87, é apenas de 69%, ou seja, de 530 mil e de 896 mil contos.

Deputado Jorge Cruz (PSD): No fim do ano!

O Orador: Então, se há o problema de não ter acabado o ano, de que é que nos servem os números que aqui estão?! É tudo imprevisível, quer aquilo que se prevê actualmente a um mês do fim do ano de 87, quer a diferença entre o orçamentado para 88 e o que esteve orçamentado para 87, no caso concreto do Imposto sobre o tabaco que é de apenas 107,5%.

Curiosamente, este mapa omite uma coluna (quem quiser tem que acrescentá-la à mão) que é precisamente a diferença - e é o que dá efectivamente a medida da segurança das previsões de quem nos apresenta esse orçamento - entre aquilo que foi orçamentado em 87 e que está a ser orçamentado em 88. As diferenças são, em muitos casos, da ordem de mais de 100% - 104% e 107,5% é a diferença para este imposto que foi apresentado pelo Sr. Deputado Jorge Castanheira como modelo para aquilo que o Governo Regional fazia quando era ele o único a ter domínio sobre esse tipo de imposto.

Está aqui um exemplo: as diferenças, volto a repetir, são de 69% em 87 e são de 107% entre o orçamentado para 87 e o orçamentado para 88. Se querem mais números, eu posso citá-los, mas suponho que me dispensam a citação dos números completos.

Podia também repetir (as contas estão aqui feitas) o que resulta da comparação entre as receitas arrecadadas para cada um dos impostos em 85 e 86 e aquilo para que a variação entre um ano e outro apontaria para 87 e que, nas previsões, naquilo que foi orçamentado em 87, o Governo Regional desafiou as previsões dessas receitas arrecadadas - e que não sei como é que lhe hei-de chamar porque os Srs. Deputados reclamam quanto ao facto de eu assim chamar a esta coluna que aqui está como "receita de realização previsível". Mas os exemplos aqui estão e eu posso citar um ou dois:

Em relação ao Imposto Profissional a variação de 85 para 86 foi de 11,1%; na previsão para 87 o Governo Regional apontou para uma variação de mais 31,2%. Aquilo que efectivamente acaba por ser realizável é de 8%, ou seja, a realidade acabou por meter na ordem a previsão perfeitamente insegura, perfeitamente aleatória do Governo Regional.

O que se disse para esses exemplos, que julgo que já são suficientes, significa que o cálculo das receitas do Governo Regional é algo que é feito sem ter em conta, não só a articulação - exactamente porque o Governo Regional não

tem nenhum domínio sobre a política fiscal, mas para poder fazer esses cálculos deveria ter essa informação prévia - mas também, como pode ser demonstrado tendo em conta os dados de 85 e de 86, nem sequer aquilo que resulta da própria experiência de cada um desses anos. Portanto, não há a menor fiabilidade nessas receitas e, assim, quando o Orçamento aponta para um déficit, é necessário desmontar este esquema imperfeito, cheio de lacunas e cheio de insuficiências.

Creio que isso fica demonstrado e que não é necessário, suponho eu, recorrer a todos os exemplos, mas há mais, se for necessário.

Presidente: O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro pede a palavra para?...

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, é relativamente à intervenção do Sr. Secretário Regional das Finanças.

Presidente: Para um protesto?

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Não, Sr. Presidente, é para esclarecimentos.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional das Finanças:

Agradecendo as informações que o Sr. Secretário prestou, permitir-me-ia pôr os seguintes pormenores:

Em primeiro lugar referir que não concordamos com a interpretação dada pelo Sr. Secretário de que, relativamente à eventual necessidade de recurso ao empréstimo de 6 milhões, o Estado não cumpre com as suas obrigações ou não as assume sistematicamente.

Eu remetia a Câmara exactamente para o tal período que se confirma que não há gralhas (um período assumido pelo Governo) e que começa assim:

"Como nos anos anteriores, prevê-se que seja suficiente para satisfazer todas as despesas orçamentadas."

De resto, todos nós sabemos, e isso é uma matéria que o próprio Governo, quando necessita, chama a si como mérito e que nós próprios não temos nenhuma dúvida aqui em o aceitar como tal, mas o facto é que só, processionalmente, em 81 a Região teve necessidade de recorrer a empréstimos para cobrir o seu déficit, e temos que ligar esse 81 aquando Sua Excelência o Sr. Professor Cavaco Silva era, na altura, Ministro das Finanças e, agora, é Primeiro Ministro. Enfim, ondas negras para a Região!...

Mas isto é só para dizer que, segundo o que o Governo diz aqui, o Estado, nos anos anteriores, assumiu sempre. E eu pergunto: - Por que é que este ano não há-de assumir?

Quanto à circunstância de, na nossa óptica, não haver necessidade de, desde já, pedir autori-

zação para os 6 milhões de contos, o Sr. Secretário coloca os pontos de vista do Governo, estamos entendidos nisso: é uma questão de estratégia!

Oxalá que, com o tempo, não tenhamos que admitir que realmente o nosso ponto de vista era o ponto de vista correcto.

Queria também congratular-me com a transferência e a forma sincera, aberta, como o Sr. Secretário admitiu, perante esta Câmara, as dificuldades com que se debate o Governo Regional, em matéria de evidente interesse regional, perante o Governo da República. As portas do Governo da República vão-se, de facto, fechando para a Administração Regional, o que nos parece muito grave e que, na altura própria, teremos que tirar todos a ilação política desta situação que se confirma.

Permitia-me ainda, relativamente ao Sr. Deputado Castanheira Cruz e agradecendo-lhe também as palavras amáveis que teve para comigo, dizer o seguinte:

Em primeiro lugar, quanto ao problema do crescimento das despesas correntes em 15%, aqui citado pelo Sr. Secretário Regional das Finanças - nem recorri ao texto em si do diploma mas, sim, à intervenção do Sr. Secretário Regional das Finanças - parece-me que a demonstração está lógica. Eu compreendo a posição do Sr. Deputado Castanheira Cruz e a necessidade de remeter transferências para o Serviço de Saúde e para uma série de serviços. Eu diria sempre - e permitam-me aqui esse aparte - que quando um alcoólico chega ao fim do mês e eventualmente não tem dinheiro para o seu vício, geralmente, quando vai pedir dinheiro, nunca diz que é para álcool: diz sempre que é para pão!

(Risos do PS e do PCP)

Aqui, salvaguardando as distâncias, julgo que se pode também fazer idêntico raciocínio: o Governo diz que vai fazer transferências para o sector da saúde e não para os outros que não interessa aqui citar.

De qualquer maneira, e só a título de exemplo, lembro que logo no I Departamento - Presidência do Governo - relativamente ao executado em 85 e ao previsto para 88, o crescimento é de 100%, ou seja, para uma cobertura de 3 anos assiste-se a um crescimento superior a 100%.

Concordo com o Sr. Deputado Castanheira Cruz quando diz que isso merecia tratamento aprofundado, julgo que o local indicado para isso será nas Comissões, julgo que todos nós estamos a fazer uma experiência este ano e, de resto, há já sugestões no sentido de se alterar legislação para que algumas matérias - e esta é uma delas - possam ser tratadas, à semelhança da Assembleia da República, a nível de Comissão.

Como o tempo é pouco, queria só congratular-me com outras duas análises feitas pelo Sr.

Deputado Jorge Castanheira Cruz.

A primeira - e isso, infelizmente, é uma matéria que já há alguns anos tenho aqui tratado e, na altura, sem grande eco por parte do Sr. Secretário das Finanças cessante, mas que hoje me sinto um pouco feliz de vê-lo aqui consagrado - é o reconhecimento de que a taxa de inflação nos Açores é um indicador desactualizado, na medida em que se fundamenta num cabaz de compras que está, ele próprio, desfasado dos hábitos de consumo da nossa população.

Isto é um facto! É preocupante! Ainda bem que foi posto aqui pelo Sr. Deputado, tem um significado importante porque vem da bancada da maioria e, portanto, isso leva-nos a pensar que a inflação real nos Açores é, de facto, bem mais grave do que aquela que por aí se anuncia.

Desde já perguntava ao Sr. Secretário Regional das Finanças se quando se diz algures no documento, "de qualquer modo, **a quebra da inflação esperada** para 88 deverá ter como efeito uma execução orçamental efectiva e inferior", qual é a inflação esperada para os Açores. Julgo que era útil para todos nós.

Ainda relativamente ao Sr. Deputado Castanheira Cruz, queria referir um outro ponto, que é também de congratulação, e que é o facto de ter referido que, para definir uma política de rendimentos e preços, "é indispensável o acesso a políticas como: monetária, cambial e de concertação social".

Eu acho que é fundamental que se traga a esta Câmara uma leitura menos simplista de fenómenos como esse - de distribuição de rendimentos. Nós estamos há anos assistindo a expressões desse tipo, utilizadas aos mais diversos pretextos, sobre a concertação e sobre a política de rendimentos e preços do Governo Regional.

Eu partilho da análise feita pelo Sr. Deputado, parece-me objectiva, tem alguma componente técnica, mas infelizmente a nossa Região não tem os instrumentos fundamentais para fazer uma política de distribuição de rendimentos - e é bom constatar isso para que a gente, amanhã, não aceite, pacificamente, declarações do Governo em matéria de política de rendimentos e preços. Estamos todos alertados para isso.

Todavia, há áreas em que o Governo podia fazer um esforço nesse sentido, como seja, por exemplo, a área da concertação social e, aí sim, não nos venham dizer que é preciso Lisboa dar recado para nos Açores haver diálogo e haver iniciativas no domínio da concertação social - pelo menos naquilo que é da nossa competência.

Mais uma vez se deixa aqui uma recomendação ao Governo: que no conjunto da sua política, e política não é só programas nem só milhões de contos e o Governo, e nós próprios, nesta Casa, caímos na tentação de nos preocuparmos

muito com os milhões - já vimos que milhões são muitos e que o Governo tem mais de 2 milhões de contos para gastar por mês em matéria de investimento e em despesas correntes mais ou a mesma quantia - mas, dizia, esses 4 milhões de contos que o Governo gasta, ou pode gastar, por mês, é uma quantia importante e tudo isso nos preocupa, mas também nos preocupam iniciativas que não requerem verbas mas, sim, imaginação e vontade política e, aí, parece-nos que o Governo podia fazer muito mais do que faz, e uma dessas áreas era a da concertação social.

Presidente: Há vários Srs. Deputados que pretendem intervir sobre esta matéria, além do Sr. Secretário Regional das Finanças e Presidente do Governo Regional em exercício.

Para que não tenha que cortar a meio alguma intervenção mais acalorada, permitia-me indicar os tempos que os Srs. Deputados têm disponíveis:

- o Sr. Deputado do PCP tem 2 minutos;
- os Srs. Deputados do CDS têm 6 minutos;
- o Governo tem 6 minutos;
- o PS tem 10 minutos;
- o PSD tem 2 horas.

Posto isto, dou a palavra ao Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou esgotar o meu tempo e só voltarão a ouvir-me a voz aquando da declaração de voto final.

Queria aqui, no seguimento do debate que tem havido, colocar uma questão e prestar um esclarecimento, em certo sentido.

Há pouco, quando falava em complicações políticas derivadas da necessidade de recorrer ao endividamento até 6 milhões de contos, estava obviamente a referir-me, não aos efeitos que a dívida possa ter para o futuro, mas às razões políticas exteriores que levam a que a dívida tenha que ser feita.

Ora, as razões políticas exteriores que levam a que a dívida tenha que ser feita, são necessariamente a situação (como alguém disse) de "torniquete financeiro" que o actual Governo da República e outras esferas responsáveis não evitam impôr à volta da Região e, portanto, havendo esse "torniquete financeiro", isto é uma situação política que pode não ser de conjuntura mas de tal forma grave, que obrigará à discussão, ao debate e ao empenhamento diversificado das forças políticas regionais no sentido da sua resolução.

É neste sentido que eu coloco o problema de que, se for necessário este endividamento, podemos estar face a uma situação política nova, que tem a ver com o financiamento da Região e que é extremamente complicada.

Há pouco, nos apartes, estava-se a tentar saber se sempre (ou se não sempre) os Governos

da República tinham prejudicado a Região e qual é que prejudicava mais ou prejudicava menos.

Independentemente desse debate, que me parece espúrio ou de interesse perfeitamente lateral, há um problema real que é o seguinte: nenhum Governo da República como o actual Governo do Professor Cavaco Silva tem dado indicativos de pretender, de querer e de realizar essa política de "torniquete financeiro". Portanto, nós não podemos fugir a essa situação, que tem que ser observada e que tem que ser ponderada e que pode levar a que haja discussões.

Não venham depois apelar a consensos! Há que fazer os consensos, mas na altura própria: agora!

Muito obrigado.

Presidente: Dentro deste consenso, esgotou o seu tempo o Sr. Deputado do PCP.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Castanheira Cruz.

Deputado Jorge Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O meu pedido de esclarecimento está, de certa maneira, prejudicado pela parte final da intervenção do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

De qualquer modo, não queria deixar de o fazer ao Sr. Deputado Dionísio de Sousa, na sequência do seu protesto sobre números.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Agora tem número a mais?!

O Orador: O pedido de esclarecimento é o seguinte, Sr. Deputado:

- Qual foi a colaboração que o Partido Socialista deu, na Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros, para essa questão ser devidamente analisada?

Deputado Carlos César (PS): A gente só aprendeu depois!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A figura regimental de que tenho de me servir para esta intervenção, pois podia intervir no debate, desde logo, porque é um direito e o meu partido tem feito uma sábia administração do tempo...

(Risos do PS e do CDS)

...mas, da intervenção do Sr. Deputado Dionísio de Sousa, ficaram-me algumas dúvidas sobre a sua justeza.

O Sr. Deputado Dionísio de Sousa é exímio em avançar dois passos, recuar um, para ficar, se calhar, no mesmo sítio.

Quando o Sr. Deputado Dionísio de Sousa se refere à estimativa das receitas feitas pelo Governo Regional, esquece-se, ou pelo menos faz por esquecer, alguns elementos que são,

nesta matéria, preponderantes:

O Governo da República mesmo que dê algumas indicações à época em que é elaborado o Orçamento do Governo Regional, fá-lo na altura em que ele próprio terá que submeter a sua estimativa de receitas à Assembleia da República.

Lembraria ao Sr. Deputado Dionísio de Sousa os tratos de polé que levou o ano passado o Orçamento Geral do Estado em termos de receitas: quantos impostos foram diminuídos, quantas taxas foram aumentadas, quais os impostos em que isso teve maior incidência, quais são as receitas que estão no Orçamento do Governo que o Sr. Deputado, agora, com os números da realização de anos anteriores pode jogar, mas efectivamente neste momento, lembro-lhe que ainda está pendente na Assembleia da República o Orçamento Geral do Estado que, eventualmente, poderá trazer, nesta matéria, algumas alterações das taxas, dos montantes e até dos escalões das diversas contribuições e impostos que constituem as receitas da Região.

Penso que este é um elemento a ter em consideração; dá-me ideia de que ao Sr. Deputado também lhe convinha fazer essa leitura, mas penso que podemos também trazer isso, de alguma forma, à verdade.

Uma outra situação e uma outra circunstância que me parece que também deve merecer algum reparo, prende-se com a parte final da intervenção do Sr. Deputado José Decq Mota - e sinceramente não falo agora por já não ter direito ao tempo, mas porque me parece que é bom referir.

Todos nós sabemos que, desde sempre, não tem sido fácil, em nenhuma circunstância, inscrever, desde o início, desde a sua apresentação, no Orçamento Geral do Estado, as verbas destinadas à cobertura do déficit da Região - da parte que diz respeito aos investimentos - conforme está estabelecido na Constituição e no Estatuto.

Todos nós nos lembramos que, ao longo dos anos, tem sido o esforço dos deputados da Região à Assembleia da República - nomeadamente dos deputados do meu partido - que tem conseguido, pela sua insistência, pela sua reclamação e pela persistência com que põem o problema, fazer crescer, às vezes, mais de milhão e meio nas verbas que estavam destinadas à Região.

Isto vem corroborar a afirmação há pouco aqui feita pelo Sr. Secretário Regional das Finanças e Presidente do Governo em exercício, no sentido de que a verba, ou a indicação que neste momento está presente na proposta de Orçamento do Estado na Assembleia da República (e assim o estimo e assim o estimamos nós todos, nomeadamente o meu partido) que não seja uma verba definitiva, que ela seja possível de ser alterada a favor dos nossos interesses (dos interesses da Região!) por forma a minorarmos,

por um lado o déficit e, por outro lado, necessariamente, as necessidades de recurso a crédito.

Penso que esta é uma situação que conviria deixar claro para não se ficar com a ideia de que só este ano é que se encontram dificuldades ou que se encontra uma verba relativamente mais pequena do que aquela que seria de desejar porque, em anos anteriores, com partidos, com governos das mais diversas coligações partidárias, sempre tem havido alguma dificuldade em negociar estas questões e tem sido o empenhamento dos nossos deputados na Assembleia da República que tem conseguido...

Deputado Carlos César (PS): Não só!

O Orador: Eu estou a dizer "dos nossos deputados"!

Deputado Carlos César (PS): Todos, ou seja, os do PS também?!

O Orador: Também! Eu não excluí!

Mas, dizia, tem sido o esforço dos nossos deputados que tem feito e que tem conseguido aumentar essa verba destinada à Região.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: O Sr. Secretário Regional das Finanças quer responder a alguma questão.

Secretário Regional das Finanças (Raúl Gomes dos Santos): Era para prestar um esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Secretário Regional das Finanças (Raúl Gomes dos Santos): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Era apenas para, em relação à intervenção do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, fazer duas precisões e citar uma informação.

Uma dessas precisões relaciona-se com aquele texto que é citado pela 3ª vez, ou seja, "**como nos anos anteriores**", está correcto: se o Estado cumprir as suas obrigações, nós não temos necessidade de recorrer ao empréstimo!

Por outro lado, o Sr. Deputado referiu-se às dificuldades de relacionamento com o Governo Central.

Eu não referi isso. O que eu disse é que a informação que tinha recebido era imprecisa, o Orçamento estava incipiente e, na altura, apenas se sabia que a grande opção, a grande linha de orientação, era a contenção do consumo e que era um Orçamento contraccionário, nada mais do que isso!

A informação é a de que a taxa de inflação estava em 14,6% em meados do ano; em Setembro estava em 12,9%; em Outubro estava em 12,2%, o que permite prever uma taxa de inflação à volta de 11% no final do ano, e o que permite ainda antever uma taxa de inflação inferior a 10% no próximo ano.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Carlos César pede a palavra para?...

Deputado Carlos César (PS): Para prestar

um esclarecimento na sequência da intervenção do Sr. Secretário Regional das Finanças.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É apenas a propósito da discussão que aqui se tem travado e algumas observações em relação àquilo que disse o Sr. Secretário Regional das Finanças e o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PSD.

É apenas para aclarar a posição que o Partido Socialista tem vindo a manter, ao longo do paralelismo que tem sido possível fazer entre o Orçamento do Estado e o Orçamento Regional.

É preciso que fique absolutamente claro que, quando o Partido Socialista fala desse aspecto do Planeamento Regional, o PS não entende que o Planeamento Regional se deva subordinar ao Planeamento Nacional ou ao Orçamento do Estado! O Partido Socialista entende, apenas, que é indispensável uma articulação que funcione nos dois sentidos entre o Orçamento do Estado e o Orçamento Regional. Mas o que nos parece inteiramente lamentável é que, coincidindo a fase de preparação do Orçamento do Estado com a fase de preparação do Orçamento Regional, dois partidos que ocupam o poder, nos Açores e no Continente, se não entendam quanto a essa articulação e que a proposta do Orçamento Regional se torne uma espécie de instrumento de negociação em relação ao Orçamento do Estado e que não espelhe uma verdade, do ponto de vista das receitas, após uma negociação prévia com o Governo da República. Isso é que é lamentável!

Ora, o que se passa é que, na vigência deste Governo da República e na vigência deste Governo Regional, o PSD dos Açores não se entende com o PSD do Continente, porque o PSD são três partidos regionais que lutam na base de aspirações regionais que parecem totalmente diversas e até antagónicas.

Isso é que é lamentável, e a responsabilidade deste Governo, em relação aos Açores, não é transformar o Parlamento num instrumento de pressão contra o Dr. Cavaco Silva mas, sim, resolverem eles próprios, depois de fazerem campanhas entusiásticas para a Assembleia da República, depois de gritarem por todas as estradas dos Açores "Viva Cavaco", e negociarem com Cavaco as razões pelas quais lhe deram viva.

Naturalmente que não admito que V. Exas. se possam empenhar numa campanha para a Assembleia da República para defender um partido e um governo que, mais tarde, lhes não dê os instrumentos de que necessitam para governar os Açores.

Este é que é o lamentável aspecto da questão! Esta é que é a questão que está no cerne das nossas preocupações em relação ao Orçamento

do Estado e em relação ao Orçamento Regional!

Muito obrigado.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional em exercício.

Presidente do Governo Regional em exercício (Raúl Gomes dos Santos): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Decididamente, ou estamos a falar em comprimentos de onda diferentes, ou estamos num diálogo de surdos.

A verdade é que não houve coincidência na elaboração dos dois Orçamentos. Eu já disse e estou a repetir que nós entregámos a proposta de Orçamento nesta Assembleia no dia 25 de Outubro e a proposta de Orçamento do Estado foi entregue na Assembleia da República a 18 de Novembro. Na altura que nós entregámos aqui a proposta ainda se desconheciam as grandes directivas do Orçamento do Estado. Foi isso que eu disse há bocadinho!

Deputado Carlos César (PS): Não tem telefone um Governo de maioria absoluta?!

O Orador: Não há dúvida: é um diálogo de surdos! Não há dúvida nenhuma!

Deputado Carlos César (PS): Entre o Governo Regional e o Governo da República!

O Orador: Não é! É entre mim e o Sr. Deputado! Eu estou a dizer ao Sr. Deputado que na altura em que entregámos aqui a proposta de Orçamento desconheciam-se ainda as directivas do Orçamento do Estado.

Deputado Carlos César (PS): Desconheciam até que existe o Governo da República!

Presidente: Dou agora a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado Pacheco de Almeida.

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em parte a intervenção que aqui quero trazer ficaria talvez prejudicada, ou enriquecida, por um conjunto de subsídios que foram caindo aqui nas últimas intervenções das bancadas da oposição:

E, com dois apartes, permitam-me referir que o Partido Socialista passou da fase da prova de matemática sobre percentagens para a fase de "anti-Cavaquismo" aqui trazida. Ficámos, pelo menos, a saber que, para além, dos exercícios de matemática, também se faziam algumas provas de "anti-Cavaquismo". Ótimo!

Deputado Carlos César (PS): É preciso é saber matemática!

O Orador: Por parte do PCP, que abandonou a discussão numa altura conveniente para naturalmente comunicar ou receber alguma última instrução que já não poderá ser aqui trazida, retive duas notas interessantes - e essas são construtivas:

falava da necessidade, caso viessemos a considerar a possibilidade de contrair empréstimos para a Região para suportar o nosso Plano de Investimentos, de ser necessário fazer aqui a descrição política dessas necessidades.

Assim, eu perguntar-lhe-ia: - O que nós temos estado a fazer aqui não é a descrição política do nosso Plano de Investimentos e do nosso Orçamento? O que é que iríamos fazer de novo: discutir o que estamos aqui a discutir, ou era discutir o que agora discutimos aqui com referência ao que o futuro há-de dizer depois?

Estamos a fazer, nesta Câmara, em tempo oportuno, a discussão útil daquilo que é o Plano de Investimentos da Região e o Orçamento que o há-de suportar.

Dizia o Sr. Deputado Carlos César (e bem!) que o nosso Plano de Investimentos - e por natureza o Orçamento - não devia ter nada que ver com as conjecturas que, sobre ele, viesse a fazer o Governo da República.

Eu subscrevo e estou consigo nessa posição, mas por estar consigo e por subscrever essa posição é que não posso, depois, ficar à espera, na Região, de que lá fora se pense o que é que se vai fazer para depois se pensar aqui. Não! Nós temos ideias claras (ou procuramos tê-las) em relação e em referência àquilo que é importante para nós como Região a desenvolver, e é na sequência dessas ideias claras, que procuramos ter, que apresentamos aqui um Plano de Investimentos e que trazemos, como suporte a esses investimentos, necessidades de tesouraria, traduzidas num Orçamento, que nem sempre tem sido suficiente para acolher as nossas necessidades.

O meu colega de bancada e companheiro de jornada, Madruga da Costa, já disse de como, em anos anteriores, foi sempre assim, embora os montantes pudessem ser diferentes. Nós nunca tivemos, em Lisboa - e é preciso que se entenda, que se diga e que se assuma - com o Partido Socialista e com coligações das mais variadas e agora com o Partido Social Democrata (e não tenho a ilusão de que algum dia venhamos a ter) a compreensão destas realidades regionais.

Nós defendemos aqui - e fizemo-lo atempadamente, logo no início da vida desta Assembleia - que a insularidade era um dado objectivo com que havia que contar no medir o esforço do investimento que é necessário fazer nos Açores. Mas esta nossa realidade, que ficou traduzida no nosso Estatuto e na Constituição, não tem sido assumida e, ano após ano, nós temos de lutar em Lisboa - e fora de Lisboa ou até onde chega a nossa capacidade de intervenção - para que este princípio, nunca assumido, seja, pelo menos em parte, respeitado.

As dificuldades têm sido sempre muito grandes. Até - e é da área do meu partido - se inventou, depois, uma coisa para contrapor a esta que

eram os "custos de interioridade", como se fosse exactamente a mesma coisa rasgar estradas ou manter navios e aviões a circular para os Açores - e foi no meu partido que apareceu esta ideia, que é de ter em conta. Também há, de facto, fenómenos de interioridade (e gravíssimos!) em Portugal Continental, mas é diferente, e têm de ser assumidos pelos Governos da República que têm responsabilidades, nunca traduzidas ainda na prática, de desenvolver o interior do país. Mas isso não tem nada que ver, como contrapartida, com o desenvolvimento dos Açores ou da Madeira - e outras regiões insulares se as houvesse no nosso país.

Nós queremos andar depressa, mas, depois, vemo-nos confrontados com duas medidas: é a medida do "é preciso fazer" e depois "retiram-nos os meios para fazer".

Nós trazemos aqui um Plano de Investimentos que nunca é suficiente. É verdade que nunca é suficiente - ainda hoje foi aqui referido. Nós nunca trazemos aqui um conjunto de propostas que resolva tudo, mas, depois, somos acusados de trazermos despesas a mais. Pelo que já foi referido, o que cresce mais neste nosso Plano de Investimentos não são as despesas correntes - que crescem de acordo com aquilo que era esperado e normal que acontecesse: o que cresce mais é o esforço de investimento.

- Mas, então, estamos a ser condenados é por investirmos mais, é por darmos mais resposta, é por querermos andar e fazer mais depressa aquilo que se espera que possa ser feito?!

Vamos a ver se estas duas medidas, um dia, passam a ser objectivamente apresentadas aqui no sentido do interesse dos Açores.

Esta tribuna, e esta Câmara no seu conjunto, não deviam servir nunca para tratar doutros interesses que não fossem os reais interesses dos Açores!

Em Lisboa, em Trás-os-Montes, ou onde quer que seja, há pessoas que estão carecidas do nosso respeito, da nossa solidariedade, da nossa compreensão política; mas a nossa responsabilidade política só cabe aqui, porque até nos negam outras capacidades de intervenção. Portanto, vamos aproveitar este nosso espaço para, sobre ele, fazer o que for conveniente.

Tenho ainda algumas notas que têm que ver com outro teor de intervenções que aqui chegaram.

Nós sabemos, Srs. Deputados, que a inflação que chega aos Açores é, em boa parte, uma inflação importada. Uma Região de 250 mil habitantes, com os escassos quilómetros quadrados que temos de superfície e cujo subdesenvolvimento leva a que se importe quase tudo (e sobretudo importa), desde os bens de equipamento, até a uma data de outras coisas indispensáveis, não vai poder nunca (não tenhamos ilusões!) ter um espaço económico tão próspero e tão separado do espaço

económico português do Continente e da Madeira, e do Europeu, que possamos estar para aqui a dizer que "vamos nós próprios controlar, com todo o rigor, uma inflação, de maneira que ela possa ser medida ao milímetro" - como seria desejável que pudesse ser.

Temos é de pensar - e hoje nesta Câmara já ficou o alerta dado nesse sentido - e parece-me que começam também a construir-se, aqui, algumas consciências no sentido de se avançar de maneira diferente: é necessário que se tratem esses problemas de maneira global!

Eu tinha aqui uma nota que dizia mais ou menos isto: é simplista (e quando o Sr. Deputado, julgo que do CDS, empregou esse termo eu já o tinha escrito) pensar que com uma medida, trazida aqui pelo Sr. Deputado do Partido Comunista, de aumentar apenas e em relação à função pública, ou um quantitativo anual, ou todos os vencimentos, se resolvem os problemas de fundo da sociedade açoriana que tem carências graves neste sentido! Os problemas são muito mais vastos!

Deputado Decq Mota (PCP): Não foi isso que eu disse!

O Orador: É o que fica registado!

Mas, dizia, é uma medida certamente interessante (trazida aqui, eu não quero crer, só com um objectivo de intervenção) mas seria uma medida coxa, inadequada, insuficiente e que apenas faria entrar mais dinheiro na circulação, para um determinado tipo de funcionários (e ainda são bastantes), não resolvendo nenhum dos problemas de fundo: insularidade, inflação importada e um conjunto de outras medidas que é necessário, com certeza, reflectir na Região e aqui também, há que tê-las em conta.

Nós somos uma Região extremamente vulnerável! Não é por não termos sequer fronteiras mas, pela nossa dimensão e pela nossa dependência externa, não faz sentido (penso eu) pensar isto de maneira diferente!

E deixem-me dizer mais qualquer coisa que penso que é importante voltar a reflectir: o tempo do desenvolvimento regional já chegou! As regiões periféricas já têm voz e têm direitos! Nós não podemos assumir, como uma condescendência do poder de Lisboa ou de Bruxelas, pensar nos Açores! É um desafio que as ilhas e as regiões periféricas colocaram: há regiões mais desenvolvidas, ao longo dos grandes centros urbanos, que fizeram avançar mais rapidamente as populações! Nós temos o mesmo direito de exigir para os Açores a qualidade de vida que pedem os Bretões, ou que pedem os indivíduos do Norte, do Centro ou do Sul da França! Nós não somos diferentes; também pensamos, e a comunicação, que hoje é suficientemente abundante, traz à casa de cada açoriano o que é o retrato da vida nesses outros

países, e nós não vamos pedir para aqui uma sociedade do terceiro mundo, nem nos podem censurar por aqui pedirmos níveis de desenvolvimento que são europeus... e são portugueses!

Penso que seria um erro trágico se nós não apanhássemos este comboio do desenvolvimento e, apenas, pedissemos aquilo que é primário, porque nós desejamos mais.

E, meus amigos, se nós não fossemos capazes de dar a resposta, se não fossemos capazes de sensibilizar o nosso País e a Europa, a resposta dão-na os que continuam a emigrar, e emigrariam ainda mais, porque nós não podemos estar a alimentar as pessoas, a educá-las, a fazê-las conhecer o mundo e, depois, esperar que fiquem nos Açores a ver passar os comboios!

Isso é um tempo que já passou! Hoje as pessoas não vão por aí!

Na minha intervenção quero deixar um testemunho que (este sim!) quero que seja entendido tal como ele pretende significar: nós, no Partido Social Democrata, ainda não aceitámos que a participação do Orçamento Geral do Estado para a Região se deva cifrar a 7 milhões de contos. De forma nenhuma! Podem-nos impor aquilo que já foi hoje referido aqui: uma expressão que está a fazer moda (e bem empregue!) que é a do "torniquete financeiro", mas como se ele apenas existisse este ano - no ano de Cavaco. Não! Desde que há Governo em Lisboa e desde que a Autonomia se procura confirmar nos Açores, sempre houve "torniquete financeiro"! Nunca houve boa vontade para os Açores!. Nunca houve compreensão! O que nós temos tido é mais ou menos capacidade de "sacar" de Lisboa (o termo é mesmo esse) e de retirar aquilo a que temos direito, o que permite ter ou não no Orçamento as verbas de que precisamos. E nós precisamos da vossa ajuda porque os partidos da oposição têm responsabilidades regionais para com o eleitorado que os fez trazer aqui, senão estaríamos aqui sozinhos (o que seria péssimo!) e não teríamos hesitações sobre os direitos que temos. Portanto, os partidos da oposição também não podem ter hesitações naquilo que são os direitos dos Açorianos, isto é, terem aqui no seu Orçamento a cobertura financeira que precisam para dar resposta a tantos desafios de desenvolvimento que nos foram deixados em casa através dos séculos e, agora, já nas décadas mais recentes, da mesma maneira.

Não se pode esperar investir nos Açores apenas proporcionalmente ao investimento per capita do Continente e, depois, esperar ter aqui uma sociedade realizada! Nós temos muitos mais problemas por resolver e temos uma multiplicação de problemas porque cada ilha é um mundo. Cada ilha precisa ter o porto, o hospital, a escola, a estrada e tudo o mais que os Srs. Deputados

sabem melhor do que eu - aquela lista exaustiva que nunca mais chega ao fim.

Nós não somos Almada (como alguns dizem), nem somos Setúbal, nem Coimbra, nem Braga, mas podemos ter menos população! Agora, os nossos habitantes têm o mesmo direito de acesso à cultura, a uma vida digna, que é possível ter em países de expressão geográfica como Portugal, com muito menor custo de investimento.

Vamos reivindicar, com todo o sentido de justiça, e na certeza de que, quando aqui trazemos propostas que significam um investimento per capita superior nos Açores àquele que se faz no Continente, temos o direito de o fazer. Mais: temos a obrigação de agir assim porque só dessa forma é que representamos, de acordo com as expectativas de cada Açoriano, o eleitorado que aqui nos colocou, não para que aqui viessemos fazer discursos mais simpáticos ou menos simpáticos, mais de esquerda, centro ou de direita, mas para que aqui fossemos capazes de trazer, com rigor, com verdade e com o sentido de que temos o direito de fazer avançar esta Região, aquilo que são as nossas principais propostas de desenvolvimento!

Muito obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Parecendo não haver mais intervenções, a Mesa dá por concluídos os debates, na especialidade, sobre as propostas do Orçamento e Plano.

Vamos fazer um intervalo. Pedia aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares e aos Representantes dos partidos para se reunirem comigo às 17,30 horas, na sala de reuniões da Mesa. Os nossos trabalhos recomeçam às 18,00 horas.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

(Eram 17,15 horas)

Presidente: Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 18,20 horas)

Vamos passar agora à votação da Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre o Orçamento e a Proposta de Resolução sobre o Plano.

Vamos votar, em primeiro lugar, o Capítulo I que é a "Aprovação do Orçamento".

De acordo com o que foi combinado entre a Mesa e os Presidentes dos Grupos Parlamentares e Representantes dos partidos, ficou assente que iríamos votar o que se refere à alínea b), do artigo 1º, ou seja, "os Programas do Plano para 1988, constantes do Mapa V".

Também se assentou que se dispensava o que determina o Regimento nestas votações na especialidade e votar-se-á programa por programa.

Como são bastantes as propostas de alteração, de substituição e de aditamento, pode acontecer

que a Mesa não tenha isto tudo devidamente ordenado. Pedia aos Srs. Deputados que, nalgum lapso, advertissem a Mesa do facto.

Assim, começaríamos pelo Mapa V da Proposta de Orçamento.

No Sector da Educação temos o Programa 1 - Instalações para o ensino primário - cuja proposta do Governo é de 375 mil contos.

O Partido Socialista propõe, para este Programa 1, o seguinte:

"P.1 - Instalações para a Educação Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico ...278".

Está à votação. Votamos, em primeiro lugar, a proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta do Partido Socialista foi rejeitada com 19 votos contra do PSD, registou 11 votos a favor do PS, 2 abstenções do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Votamos agora a proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta do Governo foi aprovada com 19 votos a favor do PSD, registou 11 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP e 2 abstenções do CDS.

Presidente: Passamos ao Programa 2 - Instalações para os ensinos preparatório e secundário - cuja proposta do Governo é de 900 mil contos.

Temos propostas de alteração do PS e do PCP. A proposta do PS é do seguinte teor:

"P.2 - Instalações para os 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário-950".

A proposta de alteração apresentada pelo PCP diz o seguinte:

"P.2 - Instalações para os ensinos preparatório e secundário930".

Vamos votar, em primeiro lugar, a proposta do Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta do Partido Socialista façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 19 votos contra do PSD, registou 2 abstenções do CDS e 1 do PCP e registou ainda 11 votos a favor do Partido Socialista.

Presidente: Votamos agora a proposta de alteração apresentada pelo Partido Comunista.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta do PCP foi rejeitada com 19 votos contra do PSD, registou 11 abstenções do PS e 2 do CDS e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Votamos agora a proposta apresentada pelo Governo para o Programa 2.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada com 19 votos a favor do PSD, registou 11 votos contra do PS e 1 do PCP e 2 abstenções do CDS.

Presidente: Programa 3 - Instalações para o ensino superior -cuja proposta é de 175 mil contos.

A proposta de alteração, apresentada pelo Partido Socialista, é do seguinte teor:

"P.3 - Instalações para o Ensino Superior.....190".

Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que com ela concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 20 votos contra do PSD, registou 11 votos a favor do PS, 2 abstenções do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Votamos agora a proposta do Governo para o Programa 3.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada com 20 votos a favor do PSD, registou 11 votos contra do PS, 2 abstenções do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Programa 4 - Conservação do património escolar e residências de estudantes -cuja

proposta é de 150 mil contos.

A proposta de alteração, do PS, é do seguinte teor:

"P.4 - Conservação do Património Escolar e Residências de Estudantes125".

A proposta do PCP, com a mesma epígrafe, diz o seguinte:

"P.4 - Conservação do Património Escolar e Residências de Estudantes 155".

Votaremos, em primeiro lugar, a proposta do Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que com ela concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 20 votos contra do PSD, registou 11 votos a favor do PS, 2 abstenções do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Votamos agora a proposta do PCP.

Os Srs. Deputados que com ela concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 20 votos contra do PSD, registou 11 abstenções do PS e 2 do CDS e registou ainda 1 voto favorável do PCP.

Presidente: Votamos agora a proposta do Governo para o Programa 4.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada com 20 votos a favor do PSD, registou 11 votos contra do PS e 1 do PCP e registou ainda 2 abstenções do CDS.

Presidente: Programa 5 - Aquisição de equipamento para estabelecimentos de ensino - com a verba de 83 mil contos.

A proposta de alteração do Partido Socialista diz o seguinte:

"P.5 - Aquisição de equipamento para estabelecimentos de ensino93".

Votaremos, em primeiro lugar, a proposta do Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que com ela concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 20 votos contra do PSD, registou 11 votos a favor do PS e 1 do PCP e registou ainda 2 abstenções do CDS.

Presidente: Votamos agora a proposta do Governo para o Programa 5.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada com 20 votos a favor do PSD, registou 11 votos contra do PS e 1 do PCP e registou ainda 2 abstenções do CDS.

Presidente: Programa 6 - Instalações e actividades desportivas - com 120 mil contos.

Há uma proposta de alteração, apresentada pelo Partido Socialista, que diz o seguinte:

"P.6 - Instalações e actividades desportivas.....75".

Votaremos, em primeiro lugar, a proposta do Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que com ela concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 20 votos contra do PSD, registou 11 votos a favor do PS e 1 do PCP e registou ainda 2 abstenções do CDS.

Presidente: Votamos agora a proposta do Governo para o Programa 6.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada com 20 votos a favor do PSD, registou 11 votos contra do PS e 1 do PCP e registou ainda 2 abstenções do CDS.

Presidente: O Partido Socialista propõe o aditamento de um Programa 6-A, do seguinte teor:

"P.6-A - Plano Regional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos22".

O Partido Comunista também propõe o seguinte aditamento.

"P.6-A - Plano Regional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos20".

Por ordem de apresentação, vamos votar a proposta de aditamento, para a criação de um programa 6-A, do Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 20 votos contra do PSD e registou 11 votos favoráveis do PS, 2 do CDS e 1 do PCP.

Presidente: Votamos agora a proposta do PCP.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta do PCP foi rejeitada com 20 votos contra do PSD, registou 11 abstenções do PS, 2 votos a favor do CDS e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Votamos agora o Programa 6-B, apresentado pelo Partido Comunista, e que é do seguinte teor:

"P.6-B - Programa para a cobertura regional oficial e integral da educação pré-escolar.....-....20".

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 20 votos contra do PSD, registou 11 abstenções do PS, 2 votos a favor do CDS e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para uma declaração de voto.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS tem necessidade de fazer uma curta declaração de voto sobre os programas contidos neste primeiro sector.

Em primeiro lugar para justificar o sentido da nossa abstenção. Como tivemos oportunidade de referir ao longo da discussão, o nosso entendimento é o de que, para o tratamento adequado das questões da especialidade, nomeadamente no que respeita a alterações, é indispensável um trabalho técnico que só a nível de Comissão poderá ser feito.

Daf que não estejamos em condições de poder subscrever propostas de alteração, nomeadamente porque não temos elementos que nos habilitem a tomar consciência da razoabilidade das verbas propostas. Entendemos que isso passa por uma componente técnica e conhecimento de fichas de projecto que só é possível, com rigor, através dos instrumentos de que o Executivo dispõe ou através de Comissão com acesso a esses mesmos instrumentos.

Estamos também concordantes com algumas das críticas aqui feitas nesta Assembleia, partindo até do Partido Socialista, e que põem em causa a razoabilidade dos valores contidos nos programas do Governo. Aceitando embora essa razão de ser, é esse o sentido da nossa abstenção em relação às propostas do Governo apesar de concordarmos com muito do programado pelo Governo.

A nossa abstenção relativamente às propostas do Partido Socialista e de algumas propostas do Partido Comunista Português, é também dentro dessa base. Embora concordando com os objectivos visados, apenas não subscrevemos as verbas pelas razões expostas.

Relativamente às duas propostas de aditamento, quer do PS, quer do PCP, a nossa aprovação foi no sentido inverso, isto é, parece-nos positivo e concordamos com as sugestões que aqui são feitas, nomeadamente a criação do Plano Regional de Alfabetização e do programa para a cobertura regional e integral da educação pré-escolar, etc. O facto de termos votado a favor, deixa também explícito que não subscrevemos a verba propriamente dita. Entendemos que foi uma necessidade que os subscritores tiveram, de apresentar um valor, mas subscrevemos sobretudo o conteúdo e o nosso entendimento é de que, se isso tivesse sido aprovado, caberia ao Governo, com os seus instrumentos como Executivo, levar por diante esses projectos e conseguir as verbas de acordo com as regras de tratamento do Orçamento.

Muito obrigado.

Presidente: Ainda relacionado com a eventual criação de novos programas nesta área, temos um Programa 6-C, apresentado pelo Partido Comunista, e que é do seguinte teor:

"P.6-C - Programa Especial de aprofundamento e consolidação do Ensino Especial20".

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 20 votos contra do PSD, registou 11 abstenções do PS, 2 votos a favor do CDS e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Programa 7 - Defesa e valorização do património cultural - cuja dotação é de 172 mil contos.

Há três propostas de alteração para este programa.

A proposta do Partido Socialista é do seguinte teor:

"P.7 - Defesa e valorização do património cultural187".

O Centro Democrático Social propõe o seguinte: "P.7 - Defesa e valorização do património cultural272".

A proposta do Partido Comunista é do seguinte teor:

"P.7 - Defesa e valorização do património cultural202".

Pela ordem com que foram lidas, vão estas propostas de alteração ser votadas.

Votamos, em primeiro lugar, a proposta do Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que com ela concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, registou 11 votos a favor do PS e 2 do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Votamos agora a proposta do CDS para o Programa 7.

Os Srs. Deputados que com ela concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, registou 11 abstenções do PS e 1 do PCP e registou ainda 2 votos a favor do CDS.

Presidente: Agora votamos a proposta do PCP.

Os Srs. Deputados que com ela concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, registando 11 abstenções do PS, 2 do CDS e 1 do PCP.

Presidente: Votamos agora a proposta do Governo para este Programa 7.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada com 21 votos a favor do PSD, registou 11 votos contra do PS e 1 do PCP e registou ainda 2 abstenções do CDS.

Presidente: Programa 8 - Apoio à comunicação social - dotado com 248 mil contos.

Há duas propostas de alteração: uma do PS e outra do PCP.

O PS propõe o seguinte:

"P.8 - Apoio à Comunicação Social 258".

A proposta do PCP é do seguinte teor:

"P.8 - Apoio à Comunicação Social258".

Votamos, em primeiro lugar, a proposta do Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 20 votos contra do PSD, registando 11 votos do PS, 2 do CDS e 1 do PCP a favor.

Presidente: Não teria havido inconveniente em votarmos em conjunto, uma vez que a verba inscrita é a mesma, mas já agora vamos votar a proposta de alteração apresentada pelo Partido Comunista.

Os Srs. Deputados que com ela concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, registou 11 abstenções do PS, 2 votos a favor do CDS e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Votamos agora a proposta do Governo para o Programa 8.

Os Srs. Deputados que com ela concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada com 21 votos a favor do PSD, registou 11 votos contra do PS e 1 do PCP, registando ainda 2 abstenções do CDS.

Presidente: Passamos ao Programa 9 - Construção de instalações para unidades de saúde - cuja verba inscrita é de 610 mil contos.

O Partido Socialista apresenta a seguinte proposta de alteração:

"P.9 - Construção de instalações para unidades de saúde660".

Vamos votar, em primeiro lugar, a proposta do Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que com ela concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, registou 11 votos favoráveis do PS, 2 abstenções do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Votamos agora a proposta do Gover-

no.

Os Srs. Deputados que com ela concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada com 21 votos a favor do PSD, registou 11 votos contra do PS e 1 do PCP e registou ainda 2 abstenções do CDS.

Presidente: Para os Programas 10, 11, e 12 não existem propostas de alteração. Se não vissem inconveniente, votaríamos em conjunto estes 3 programas.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Queríamos a votação do 12 em separado.

Presidente: Votamos então o 10 e o 11 na proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam com os Programas 10 e 11 da proposta do Governo façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: As propostas foram aprovadas com 21 votos do PSD e 11 do PS a favor e registou 2 abstenções do CDS e 1 do PCP.

Presidente: Votamos agora o Programa 12 - Apoio à fixação de pessoal de saúde-cuja dotação é de 25 mil contos, e para o qual não há propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

O Sr. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada com 21 votos do PSD, 11 do PS e 2 do CDS a favor e registou 1 abstenção do PCP.

Presidente: Programa 13 - Investigação e estudos na saúde - com a verba de 3 mil contos.

O PS apresenta a seguinte proposta de alteração:

"P.13 - Investigação e Estudos na Saúde15".

Votamos, em primeiro lugar, a proposta do Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que com ela concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 11 votos a favor do PS e registou 2 abstenções do CDS e 1 do PCP.

Presidente: Votamos agora a proposta do Governo:

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor

de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada com 21 votos a favor do PSD, registou 11 votos contra do PS, 2 abstenções do CDS e ainda 1 abstenção do PCP.

Presidente: O Partido Socialista propõe a criação eventual de um Programa 13-A, intitulado "Educação para a Saúde", com a verba de 50 mil contos.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de aditamento façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, registando 11 votos do PS a favor, 2 do CDS e 1 do PCP.

Presidente: Para o Programa 14 - Apoio à infância e juventude - dotado com 137 mil contos, não temos propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta do Governo façam o favor de permanecer como se encontram.

Secretário: A proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Programa 15 - Apoio a idosos - com 123 mil contos.

Há uma propopsta de alteração, do Partido Comunista, que é do seguinte teor:

"P.15 - Apoio a idosos133".

É esta proposta que ponho à votação em primeiro lugar.

Os Srs. Deputados que com ela concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, registou 11 abstenções do PS, 2 votos a favor do CDS e ainda 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Votamos agora, para este Programa 15, a proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada com 21 votos do PSD, 11 do PS e 2 do CDS a favor e registou 1 abstenção do PCP.

Presidente: Para os Programas 16 e 17 - "Apoio à Comunidade" com 197 mil contos e "Apoio Finan-

ceiros aos Serviços Sociais" com 24 mil contos - não existem propostas de alteração.

Se não vissem inconveniente, votaríamos em conjunto estes dois programas.

Os Srs. Deputados que concordam com os Programas 16 e 17 na proposta do Governo façam o favor de permanecer como se encontram.

Secretário: Foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Programa 18 - Centro de Formação Profissional dos Açores - cuja verba inscrita é de 82 mil contos.

Não há propostas de alteração. Está o mesmo à votação.

Os Srs. Deputados que com ele concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 18 foi aprovado com 21 votos do PSD, 11 do PS e 1 do PCP a favor e registou 2 abstenções do CDS.

Presidente: Programa 19 - Outras acções de formação profissional - dotado com 125 mil contos na proposta do Governo.

O Partido Socialista apresenta a seguinte proposta de alteração:

"P.19 - Outras acções de formação profissional205

1.
2.
3.
4. Formação profissional na Saúde50
5.
6.
7.
8.
9.
10.
11.
12.
13. Formação profissional na Educação50".

A proposta do Partido Comunista é do seguinte teor:

"P.19 - Outras acções de formação profissional140".

Votaremos, em primeiro lugar, a proposta do Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que com ela concordam façam o favor de permanecer como se encontram

Os Srs. Depütados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, registando 11 votos do PS, 2 do CDS e 1 do PCP a favor.

Presidente: Votamos agora a proposta apresentada pelo Partido Comunista para o Programa 19.

Os Srs. Deputados que com ela concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, registou 11 abstenções do PS, 2 votos a favor do CDS e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Votamos agora a proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada com 21 votos do PSD e 2 do CDS a favor, registando 11 votos contra do PS e 1 do PCP.

Presidente: Programa 20 - Apoio à construção no sector habitacional - dotado com 2 195 mil contos.

O Centro Democrático Social propõe que essa verba seja de 2 395 mil contos.

Votamos, em primeiro lugar, a proposta apresentada pelo CDS.

Os Srs. Deputados que com ela concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, registou 11 abstenções do PS e 1 do PCP e registou ainda 2 votos a favor do CDS.

Presidente: Votamos agora o Programa 20 na proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada com 21 votos a favor do PSD, registou 11 abstenções do PS, 2 votos contra do CDS e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Programa 21 - Urbanismo e Ambiente - cuja verba inscrita é de 140 mil contos.

O Partido Socialista apresenta a seguinte proposta de alteração:

"P.21 - Urbanismo e Ambiente240".

Votaremos esta proposta em primeiro lugar.

Os Srs. Deputados que com ela concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, registou 11 votos a favor do PS e registou ainda 2 abstenções do CDS e 1 do PCP.

Presidente: Votamos agora a proposta do Gover-

no.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada com 21 votos a favor do PSD, registou 11 votos contra do PS e 1 do PCP e registou ainda 2 abstenções do CDS.

Presidente: Para o Programa 22 - Defesa dos recursos hídricos - dotado com 30 mil contos, não há qualquer proposta de alteração.

Está à votação. Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Secretário: Foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Programa 23 - Obras e equipamento urbano - cuja verba inscrita é de 485 mil contos.

Há propostas de alteração do Partido Socialista e do Partido Comunista Português.

A proposta do Partido Socialista é do seguinte teor:

"P.23 - Obras e equipamento urbano685".

O Partido Comunista propõe o seguinte:

"P.23 - Obras e equipamento urbano985".

Votaremos, em primeiro lugar, a proposta apresentada pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que com ela concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, registou 11 votos a favor do PS e 2 do CDS e registou ainda 1 abstenção do PCP.

Presidente: Agora votamos a proposta do Partido Comunista.

Os Srs. Deputados que com ela concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, registou 11 abstenções do PS e registou ainda 2 votos a favor do CDS e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Votamos agora a proposta do Governo para o Programa 23.

Os Srs. Deputados que com ela concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada com 21 votos a favor do PSD, e registou 11 votos contra do PS, 2 do CDS e 1 do PCP.

Presidente: Para os Programas 24, 25, 26 e 27 não há quaisquer propostas de alteração.

Se os Srs. Deputados não virem inconveniente, votaremos em conjunto estes programas na proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que com eles concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Secretário: Foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Programa 28 - Informação estatística - dotado com a verba de 70 mil contos.

O Partido Socialista apresenta a seguinte proposta de alteração.

"P.28 - Informação estatística75".

É esta proposta que votaremos em primeiro lugar.

Os Srs. Deputados que com ela concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, registando 11 votos do PS, 1 do CDS e 1 do PCP a favor.

Presidente: Votamos agora a proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que com ela concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada com 21 votos do PSD e 1 do CDS a favor, registou 11 votos contra do PS e ainda registou 1 abstenção do PCP.

Presidente: Programa 29 - Modernização das estruturas agrícolas - dotado com 641,8 mil contos.

O Partido Socialista apresenta a seguinte proposta de alteração:

"P.29 - Modernização das estruturas agrícolas781,8".

Os Srs. Deputados que com ela concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, registando 11 votos do PS, 1 do CDS e 1 do PCP a favor.

Presidente: Votamos agora a proposta do Governo para o Programa 29.

Os Srs. Deputados que com ela concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada com 21 votos a favor do PSD, registou 11 votos contra do PS e 1 do PCP e registou ainda 1 abstenção

do CDS.

Presidente: Programa 30 - Infraestruturas - dotado com a verba de 1 071,2 mil contos.

Há três propostas de alteração para este programa.

O Partido Socialista propõe o seguinte:

"P.30 - Infraestruturas1 211,2".

O CDS propõe que essa verba seja de 1 571,2 mil contos.

O PCP apresenta a seguinte proposta de alteração:

"P.30 - Infraestruturas1 571,2".

Votamos, em primeiro lugar, a proposta apresentada pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que com ela concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, registou 11 votos a favor do PS, 2 abstenções do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Votamos agora a proposta do CDS.

Os Srs. Deputados que com ela concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, registou 2 votos a favor do CDS e 1 do PCP e registou ainda 11 abstenções do PS.

Presidente: Agora votamos a proposta do PCP para o Programa 30.

Os Srs. Deputados que com ela concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, registou 2 votos a favor do CDS e 1 do PCP e registou ainda 11 abstenções do PS.

Presidente: Votaremos agora a proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que com ela concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada com 21 votos a favor do PSD, registou 11 votos contra do PS e 1 do PCP e registou ainda 2 abstenções do CDS.

Presidente: Para o Programa 31 - Desenvolvimento agropecuário da Ilha do Pico - cuja verba inscrita é de 207 mil contos, não há propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que com ele concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Foi aprovado com 21 votos do PSD, 11 do PS e 2 do CDS a favor e registou 1 abstenção do PCP.

Presidente: Programa 32 - Produção agrícola - dotado com a verba de 279 mil contos.

O Partido Socialista apresenta a seguinte proposta de alteração:

"P.32 - Produção agrícola179".

Votamos, em primeiro lugar, a proposta do PS.

Os Srs. Deputados que com ela concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, registou 11 votos a favor do PS, 2 abstenções do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Agora votamos a proposta do Governo para o mesmo programa.

Os Srs. Deputados que com ela concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada com 21 votos a favor do PSD, registou 11 votos contra do PS, 2 abstenções do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Para os Programas 33, 34, 35, 36, 36-A, 37 e 38 não existem quaisquer propostas de alteração. Se não virem inconveniente, poderemos votá-los em conjunto.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, eu pedia que fossem votados em separado o 34 e o 36-A.

Presidente: Então votaremos o 33, o 35, o 36, o 37 e o 38.

Os Srs. Deputados que com eles concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Secretário: Foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votaremos agora o Programa 34 - produção e melhoramento animal - com a verba de 92 mil contos.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Secretário: Foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Programa 36-A - Financiamento da política sócio-estrutural comunitária - com a verba inscrita de 600 mil contos.

Os Srs. Deputados que com ele concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: Foi aprovado com 21 votos do PSD, 11 do PS e 2 do CDS a favor e registou 1 abstenção do PCP.

Presidente: Programa 39 - Investimento e apoio à produção, transformação e comercialização dos produtos de pesca - dotado com a verba de 150 mil contos.

O Partido Socialista apresenta a seguinte proposta de alteração:

"P.39 - Investigação e Apoio à Produção, Transformação e Comercialização dos Produtos da Pesca190".

É esta proposta de alteração que votaremos em primeiro lugar.

Os Srs. Deputados que com ela concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 21 votos contra do PSD e registou 11 votos do PS, 2 do CDS e 1 do PCP a favor.

Presidente: Votamos agora o Programa 39 na proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada com 21 votos do PSD e 2 do CDS a favor e registou 11 votos contra do PS e 1 do PCP.

Presidente: Programa 40 - Promoção do investimento - dotado com a verba de 305 mil contos.

O Partido Socialista apresenta a seguinte proposta de alteração:

"P.40 - Promoção do Investimento345".

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, registou 11 votos a favor do PS e 2 do CDS e registou ainda 1 voto contra do PCP.

Presidente: Votamos agora a proposta do Governo para o mesmo programa.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada com 21

votos do PSD e 2 do CDS a favor e registou 11 votos contra do PS e 1 do PCP.

Presidente: Programa 41 - Apoio a unidades existentes - dotado com a verba de 175 mil contos.

A proposta de alteração, apresentada pelo Partido Socialista, é do seguinte teor:

"P.41 - Apoio a unidades existentes-...135".

É esta proposta que votaremos em primeiro lugar.

Os Srs. Deputados que com ela concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, registou 11 votos a favor do PS e 1 do PCP e registou ainda 2 abstenções do CDS.

Presidente: Votamos agora a proposta do Governo para o Programa 41.

Os Srs. Deputados que com ela concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada com 21 votos a favor do PSD, registou 11 votos contra do PS e 1 do PCP e registou ainda 2 abstenções do CDS.

Presidente: Programa 42 - Instalações para abastecimento de bens essenciais - com a verba de 5 mil contos.

O Partido Socialista propõe a seguinte alteração:

"P.42 - Instalações para abastecimento de bens essenciais10".

É esta proposta de alteração que votaremos em primeiro lugar.

Os Srs. Deputados que com ela concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, registou 11 votos a favor do PS e 1 do PCP e registou ainda 2 abstenções do CDS.

Presidente: Votamos agora a proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que com ela concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada com 21 votos a favor do PSD, registou 11 votos contra do PS e 1 do PCP e registou ainda 2 abstenções do CDS.

Presidente: Programa 43 - Apoio ao artesanato - com a dotação de 25 mil contos.

O Partido Socialista propõe a seguinte alteração:

"P.43 - Apoio ao artesanato20".

É esta proposta que votaremos em primeiro lugar.

Os Srs. Deputados que com ela concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, registou 11 votos a favor do PS e registou ainda 2 abstenções do CDS e 1 do PCP.

Presidente: Votamos agora a proposta do Governo para o Programa 43.

Os Srs. Deputados que com ela concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se absteve também se pode sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada com 21 votos do PSD e 2 do CDS a favor, registou 11 votos contra do PS e registou ainda 1 abstenção do PCP.

Presidente: Para os Programas 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52 e 53 não existem quaisquer propostas de alteração.

Pergunto se vêem inconveniente em que os mesmos sejam votados em conjunto ou se pretendem que se vote algum em separado.

Deputado Decq Mota (PCP): Eu desejava que se votasse em separado o 49 e o 53.

Presidente: Então votaremos em conjunto os Programas 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51 e 52.

Os Srs. Deputados que com eles concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Secretário: Foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o Programa 49 - Geotermia - cuja verba inscrita é de 55 mil contos.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Foi aprovado com 21 votos do PSD e 11 do PS a favor, registou 1 voto contra do PCP e registou ainda 2 abstenções do CDS.

Presidente: Programa 53 - Participação do

sector público em empreendimentos turfsticos - cuja verba é de 420 mil contos.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Foi aprovada com 21 votos do PSD e 11 do PS a favor, registou 2 abstenções do CDS e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Programa 54 - Apoio à indústria turfstica - com a verba de 710 mil contos.

O Partido Socialista apresenta a seguinte proposta de alteração:

"P.54 - Apoio à indústria turfstica-...610".

É esta proposta que votaremos em primeiro lugar.

Os Srs. Deputados que com ela concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, registou 11 votos a favor do PS, 2 abstenções do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Votamos agora a proposta do Governo para o Programa 54.

Os Srs. Deputados que com ela concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada com 21 votos a favor do PSD, registou 11 votos contra do PS, 2 abstenções do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Programa 55 - Divulgação, promoção e animação turística - com a verba de 130 mil contos.

O Partido Socialista apresenta uma proposta de alteração do seguinte teor:

"P.55 - Divulgação, promoção e animação turística230".

É esta proposta que votamos em primeiro lugar.

Os Srs. Deputados que com ela concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, registando 11 votos do PS, 2 do CDS e 1 do PCP a favor.

Presidente: Votaremos agora a proposta do Governo para o Programa 55.

Os Srs. Deputados que com ela concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor

de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada com 21 votos do PSD e 2 do CDS a favor, registando 11 votos contra do PS e 1 do PCP.

Presidente: Programa 56 - Estradas Regionais - cuja verba inscrita é de 1 800 mil contos.

O Partido Socialista apresenta a seguinte proposta de alteração:

"P.56 - Estradas Regionais2 300".

O Partido Comunista e o CDS propõem a mesma verba de 2 300 mil contos para o Programa 56. Portanto, a verba proposta pelos três partidos da oposição é igual em todas as propostas. Se não vissem inconveniente votávamos em conjunto estas propostas.

Uma vez que não há inconveniente, vamos votar as propostas do PS, CDS e PCP para o Programa 56.

Os Srs. Deputados que com elas concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: As propostas foram rejeitadas com 21 votos contra do PSD, registando 11 votos do PS, 2 do CDS e 1 do PCP a favor.

Presidente: Votamos agora a proposta do Governo para o Programa 56.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada com 21 votos a favor do PSD, registando 11 votos contra do PS, 2 do CDS e 1 do PCP.

Presidente: Programa 57 - Calamidades e estragos - com a verba de 200 mil contos.

O Partido Socialista apresenta a seguinte proposta de alteração:

"P.57 - Calamidades e estragos258".

É esta proposta que votamos em primeiro lugar.

Os Srs. Deputados que com ela concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, registando 11 votos do PS, 2 do CDS e 1 do PCP a favor.

Presidente: Votamos agora a proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se absteve também se pode sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada com 21 votos do PSD e 2 do CDS a favor, 11 votos contra do PS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Programa 58 - Portos comerciais

e protecção da orla marítima - com a verba de 2 210 mil contos.

Não há propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Secretário: Foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Programa 59 - Infraestruturas aeroportuárias - com a verba de 1 055 mil contos.

O PS propõe a seguinte alteração:

"P.59 - Infraestruturas aeroportuárias- ...1 135".

A proposta do Partido Comunista é igual à do Partido Socialista.

Como são iguais, penso que não serão inconveniente em que as mesmas sejam votadas em conjunto.

Os Srs. Deputados que concordam com as propostas de alteração, apresentadas pelo PS e pelo PCP para o Programa 59, façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: As propostas foram rejeitadas com 21 votos contra do PSD, registando 11 votos do PS, 2 do CDS e 1 do PCP a favor.

Presidente: Votamos agora a proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada com 21 votos do PSD e 2 do CDS a favor, registando 11 votos contra do PS e 1 do PCP.

Presidente: Programa 60 - Apoio ao transporte - com a verba de 1 130 mil contos.

Não há propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada com 21 votos do PSD e 11 do PS a favor, registando 2 abstenções do CDS e 1 do PCP.

Presidente: Programa 61 - Investigação e estudos dos transportes - com a verba de 20 mil contos.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

O Sr. Deputado que se absteve também se pode sentar.

Secretário: Foi aprovado com 21 votos do PSD, 11 do PS e 2 do CDS a favor e registou 1 abstenção do PCP.

Presidente: Programa 62 - Cooperação técnica e financeira com a administração local - com a verba de 850 mil contos.

A proposta de alteração, apresentada pelo

PS, é do seguinte teor:

"P.62 - Cooperação técnica e financeira com a administração local1 160".

O CDS propõe o seguinte:

"P.62 - Cooperação técnica e financeira com a administração local1 050".

Votamos, em primeiro lugar, a proposta do Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que com ela concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, registou 11 votos do PS e 1 do PCP a favor e registou ainda 2 abstenções do CDS.

Presidente: Votamos agora a proposta do CDS.

Os Srs. Deputados que com ela concordam façam o favor de se permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, registou 2 votos a favor, do CDS e registou ainda 11 abstenções do PS e 1 do PCP.

Presidente: Votaremos agora a proposta do Governo para o Programa 62.

Os Srs. Deputados que com ela concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada com 21 votos a favor do PSD, 11 votos contra do PS e 1 do PCP e registou ainda 2 abstenções do CDS.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para uma declaração de voto.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo em exercício, Srs. Secretários Regionais:

Com esta votação, a Câmara impediu que o conjunto de propostas do Grupo Parlamentar do CDS, no sentido de desagregar algum do conteúdo do chamado "Programa Especial para S. Miguel" e distribuí-lo pelos respectivos sectores, dando-lhe o carácter normal que julgo que conseguimos demonstrar nesta Câmara, não fosse aceite.

Sob esse ponto de vista, o Grupo Parlamentar do CDS entende que a lógica que predominou, assumida pela Assembleia, foi aquela que foi aqui expandida pelo Governo e que visa, nomeadamente, acelerar a execução de projectos fundamentais para o desenvolvimento da Ilha de S. Miguel.

O nosso entendimento é o de que, para além desses projectos, fundamentais de facto para o desenvolvimento da Ilha de S. Miguel, existem projectos, também eles fundamentais, para o desenvolvimento das restantes ilhas da Região e que, como aqui foi demonstrado, por motivos que têm que ser imputados ao Governo, tal como no caso de S. Miguel, até agora não foram executados.

Daf que, em coerência com o que esta Câmara acabou por consagrar, nós não podemos deixar de apresentar à Assembleia Regional um conjunto de propostas que visam, adicionalmente, a criação doutros tantos programas especiais para acelerar a execução dos projectos indispensáveis ao desenvolvimento, começando - e isso para nós tem um significado simbólico importante - pelo caso da Ilha das Flores, que parece ser ponto assente o reconhecimento desta Câmara relativamente ao abandono, à marginalização de que tem sido alvo por parte do Executivo Regional, e seguindo-se, sucessivamente, em relação a cada uma das ilhas.

Queremos também referir que, a circunstância de incluirmos alguns aspectos justificativos, tem (e só!) o carácter de recomendação, porque aqui queremos também fazer notar - tal como dissemos na nossa primeira declaração de voto - que a nossa intenção não é sobrepormo-nos ao Governo (temos perfeita noção do nosso papel nesta Assembleia e da nossa pequenez), forçando e amarrando o Governo à execução de determinados projectos mas, sim, à laia de recomendação, de lembrança, que até nos parece desnecessário, já que o Governo, melhor que ninguém, sabe quais são os projectos que estão em condições e que podem avançar, porque também temos consciência de que alguns dos projectos podem não estar nas condições físicas e técnicas de poder avançar.

Presidente: O seu tempo chegou ao fim há um minuto.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente!

Lamentavelmente não podemos dar mais esclarecimentos.

Presidente: Para os Programas 63, 64 e 65, relacionados com a reconstrução, não existem quaisquer propostas de alteração. Se não virem inconveniente, votaremos estes programas em conjunto.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Secretário: Os programas propostos foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Era para, no uso do direito regimental, pedir uma interrupção dos trabalhos por 15 minutos.

Presidente: Está concedido.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

(Eram 19,30 horas)

Presidente: Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 20,00 horas)

Seguindo a ordem que tínhamos previamente estabelecido, surgem agora 7 propostas de aditamento, apresentadas pelo CDS, que eu passo a ler:

"Programa 65-A - Programa Especial para aceleração da execução de obras indispensáveis ao desenvolvimento da Ilha das Flores e dos Açores200 mil contos".

Eu suponho que os Grupos Parlamentares já têm estas fotocópias e, assim sendo, dispenso-me de ler todo este enquadramento porque isto está tudo ligado.

Se estiverem de acordo, votaremos o Programa 65-A, acabado de ler, proposto pelo CDS.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 65-A foi rejeitado com 21 votos contra do PSD, 8 do PS e 1 do PCP e registou 2 votos a favor do CDS.

Presidente: Se não virem inconveniente, eu lerei só as verbas e votaremos tudo em conjunto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Era para uma declaração de voto sobre a votação do Partido Socialista em relação a esta proposta de aditamento apresentada pelo Grupo Parlamentar do CDS, declaração de voto que, de resto, será extensiva ou servirá de enquadramento à compreensão das nossas votações que se seguirão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo em exercício, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista votou contra esta proposta do Grupo Parlamentar do CDS, como votará, igualmente, contra todas as propostas do Grupo Parlamentar do CDS que criam programas especiais que, segundo a designação dada pelo CDS, se destinam à aceleração da execução de obras indispensáveis ao desenvolvimento da respectiva ilha dos Açores, pelas razões seguintes:

Em primeiro lugar, porque ao votar, como irá votar, a favor, o Programa 66 para a Ilha de S. Miguel, fá-lo-á sem prejuízo de antes ter proposto a desagregação dessas obras indispensáveis por outros sectores do Planeamento Regional e por entender que esse Programa Especial para S. Miguel vale, sobretudo, pela sua componente financeira, que se dedica ao problema da resolução das bolsas de pobreza e dos desequilíbrios sociais, agravados pela ausência de uma política

integrada do Governo Regional, no que diz respeito à Ilha de S. Miguel. E fá-lo porque não poderia votar contra o reconhecimento de que essa situação existe com maior acuidade, com maior especificidade e com aspectos por vezes gritantes no espaço da Ilha de S. Miguel.

É essa a filosofia através da qual o Partido Socialista vota esse Programa 66, agora segundo a proposta do Plano Regional!

No entanto, para o PS, o reconhecimento dessa situação especificamente negativa na Ilha de S. Miguel e que tem a ver com as bolsas de pobreza, não o pode introduzir a um raciocínio, em termos de planeamento, a uma filosofia de Plano que, na essência, constituirá (e se fossem aprovadas as propostas do Grupo Parlamentar do CDS) uma autêntica operação de subversão do Planeamento Regional porque, ao caminharmos segundo este tipo de desagregação espacial, nós, em breve, teríamos de reconhecer que mais útil seria termos 9 Planos Regionais do que um único Plano Regional.

Trata-se, infelizmente, da parte do Grupo Parlamentar do CDS de tentar contrapor a um mal menor um mal maior; trata-se da pior via para desmistificar a operação eleitoral que foi movida pelo Governo e pelo PSD em relação aos problemas de S. Miguel, porque se trata de multiplicar por 9 uma operação que é negativa e que é politicamente desonesta, e é muito grave e inesperado, na parte que nos diz respeito, que seja o Grupo Parlamentar do CDS a tomar esta atitude aqui no Parlamento.

Trata-se também, e finalmente, de uma operação de tal ordem que desacredita todas as críticas que o Partido Socialista ouviu do Grupo Parlamentar do CDS em relação à Proposta de Plano do Governo. E desacredita-as na medida em que parece animar essa propositura de um desejo de, se o Governo formulou mal uma proposta para dividir algumas ilhas, então que se dividam todas que eu ajudo também!

Essa filosofia do CDS é condenável e demonstra que o CDS não é nem tem vocação para ser um partido de dimensão regional!

Muito obrigado.

Vozes do PS, PSD e Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS e do Governo)

Presidente: O Sr. Deputado Madruga da Costa pede a palavra para?...

Deputado Madruga da Costa (PSD): Para uma declaração de voto.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu teria guardado para o final do programa esta declaração de voto, mas penso que, por uma ordenação dos trabalhos, poderei fazê-la

agora, e aquilo que direi a respeito do programa que acabámos de votar, valerá igualmente para todos os outros programas.

A apresentação deste conjunto de propostas pelos Deputados do CDS significa, antes de mais, um sinal, ou de desespero, ou de desesperança. E significa que, jamais, um agrupamento parlamentar e um partido que aqui se faz representar deste modo e ao apresentar este tipo de propostas está, ou poderá estar, ou poderá ter o que quer que seja a ver com esta Região!

Deputado Alvarino Pinheiro: (CDS): Não apoiado!

O Orador: Levadas às últimas consequências, estas propostas significam, não a desagregação do Plano, não a credibilidade dos argumentos aduzidos durante este debate pelos Srs. Deputados do CDS, mas significa, antes de tudo e sobretudo, a desagregação de uma Região.

Levámos 11 anos a construir o princípio que nos é mais caro, que melhor tem sido defendido nesta Casa: que é o princípio da solidariedade.

A introdução deste tipo de propostas é a negação deste princípio, é postergar 11 anos de esforços feitos nos Açores no sentido de que todos juntos é que conseguimos construir uma Região.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Este princípio, a procura da divisão por esta forma, é nitidamente negar, pôr de parte, pôr de lado, esquecer o que ao longo destes anos aqui se construiu.

Julgo que a não aprovação destes programas, apresentados pelo CDS, significa a posição desta Casa, da maioria dos seus deputados face a esta questão que me parece fundamental, e penso que não é por esta via que nós, alguma vez, poderemos, na Assembleia Regional, prestigiar o Parlamento, dar força a esta Região no seu diálogo com outras instituições, nomeadamente com os órgãos de soberania.

Temos que nos pôr de acordo sobre os princípios básicos, e estamos (graças a Deus!) de acordo com isso, e a prova está na votação que foi feita nesta Casa relativamente ao Programa 65-A.

Muito obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Se os Srs. Deputados não vissem inconveniente, eu leria os Programas de 65-B a 65-H e, depois, votá-los-íamos todos em conjunto.

Há inconveniente por parte do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

"Programa 65-B - Programa Especial para aceleração da execução de obras indispensáveis ao desenvolvimento da Ilha Terceira e dos Açores600 mil contos".

Está à votação.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: Foi rejeitado com 21 votos contra do PSD, 8 do PS e 1 do PCP e registou 2 votos a favor do CDS.

Presidente: Programa 65-C - Programa Especial para aceleração da execução de obras indispensáveis ao desenvolvimento da Ilha de S. Jorge e dos Açores200 mil contos".

Está à votação.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: Foi rejeitado com 21 votos contra do PSD, 8 do PS e 1 do PCP e registou 2 votos a favor do CDS.

Presidente: Programa 65-D - Programa Especial para aceleração da execução de obras indispensáveis ao desenvolvimento da Ilha do Pico e dos Açores200 mil contos".

Está à votação.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: Foi rejeitado com 21 votos contra do PSD, 8 do PS e 1 do PCP e registou 2 votos a favor do CDS.

Presidente: "Programa 65-E - Programa Especial para aceleração da execução de obras indispensáveis ao desenvolvimento da Ilha de Santa Maria100 mil contos".

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): É para interpelar a Mesa.

Eu queria pedir desculpa à Assembleia e dizer à Mesa que, nos 4 Programas que faltam, houve uma gralha que retirou daqui a designação "e dos Açores". Portanto, além da ilha, vem sempre a designação "e dos Açores".

Presidente: Fica registada no gravador e a gente continua.

Portanto, será ".....da Ilha de Santa Maria e dos Açores100 mil contos".

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: Foi rejeitado com 21 votos contra do PSD, 8 do PS e 1 do PCP e registou 2 votos a favor do CDS.

Presidente: "Programa 65-F - Programa Especial para aceleração da execução de obras indispensáveis ao desenvolvimento da Ilha de Faial e dos Açores100 mil contos".

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor

de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: Foi rejeitado com 21 votos contra do PSD, 8 do PS e 1 do PCP e registou 2 votos a favor do CDS.

Presidente: "Programa 65-G - Programa Especial para aceleração da execução de obras indispensáveis ao desenvolvimento da Ilha da Graciosa e dos Açores100 mil contos".

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O programa foi rejeitado com 21 votos contra do PSD, 8 do PS e 1 do PCP e registou 2 votos a favor do CDS.

Presidente: "Programa 65-H - Programa Especial para aceleração da execução de obras indispensáveis ao desenvolvimento da Ilha do Corvo e dos Açores15 mil contos".

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: Foi rejeitado com 21 votos contra do PSD, 8 do PS e 1 do PCP e registou 2 votos a favor do CDS.

Presidente: Passamos ao Programa 66 - Programa Especial para aceleração da resolução de problemas de particular gravidade na Ilha de S. Miguel - com a verba de 1 500 mil contos na proposta do Governo.

A proposta de alteração, apresentada pelo PS, é do seguinte teor:

P.66 - Plano Integrado de Apoio Comunitário em S. Miguel300".

O PCP propõe o seguinte:

"P.66 - Programa urgente para resolução de graves problemas habitacionais em S. Miguel300".

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, era para retirar a proposta do PS em relação ao Programa 66 porque ela só teria sentido com as que foram rejeitadas anteriormente.

Presidente: O PS retira a sua proposta em relação ao Programa 66.

O PCP acaba que me comunicar que também retira a sua proposta de alteração.

Assim, votaremos o Programa 66 na proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Secretário: O Programa 66 foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, não acabámos

de forma alguma os nossos trabalhos. Chegámos ao fim do Mapa V que, no fundo, são os programas do Plano para 88.

Vamos fazer uma interrupção dos nossos trabalhos, retomando os mesmos às 22,00 horas para continuação da votação da Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre o Orçamento e sobre os três processos de urgência que temos em carteira, para amanhã podermos prosseguir os nossos trabalhos às 10,00 horas.

Estão suspensos os nossos trabalhos até às 22,00 horas.

(Eram 20,20 horas)

Presidente: Srs. Deputados vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 22,00 horas)

Ainda dentro do artigo 1º da Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre o Orçamento, a Mesa não tem quaisquer propostas de alteração relativamente à alínea a) que diz respeito aos Mapas I a IV e, segundo foi entendido e parece lógico, nós vamos votá-lo do seguinte modo: votaremos os Mapas II, III e IV e, depois votaremos o Mapa I.

Pergunto aos Grupos e às Representações Parlamentares se têm alguma proposta de alteração. Não têm.

Pergunto também se se pode votar o Mapa II em conjunto, ou se desejam que se faça com alterações. O Mapa II são "Despesas por Departamentos da R.A.A. e Capítulos".

(Pausa)

O silêncio parece ser de concordância. Então, se não veem inconveniente, passamos à votação do Mapa II da proposta de Orçamento.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Foi aprovado com 17 votos a favor do PSD, 11 votos contra do PS e 1 do PCP e registou 2 abstenções do CDS.

Presidente: Passamos ao Mapa III - Resumo das despesas por grandes agrupamentos económicos.

Pode-se votar em conjunto? Parece que sim.

Está à votação o Mapa III.

Os Srs. Deputados que com ele concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Foi aprovado com 17 votos a favor do PSD, 11 votos contra do PS e 1 do PCP e regis-

tou 2 abstenções do CDS.

Presidente: Passamos ao Mapa IV - Classificação funcional das despesas públicas.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Foi aprovado com 17 votos a favor do PSD, 11 votos contra do PS e 1 do PCP e registou 2 abstenções do CDS.

Presidente: Passamos ao Mapa I - Receita da R.A.A..

Pergunto se se pode votar todo o Mapa I, ou se algum partido ou Representação Parlamentar deseja que seja desdobrada a votação.

Parecendo não haver sugestões para qualquer alteração ou desdobramento, passamos à votação do Mapa I na sua globalidade.

Os Srs. Deputados que com ele concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Foi aprovado com 17 votos a favor do PSD, 11 votos contra do PS e 1 do PCP e registou 2 abstenções do CDS.

Presidente: A partir de agora, penso que não é preciso votação porque acabámos de votar o artigo 1º. nas suas alíneas a) e b), mas se entenderem que é necessário também podemos pô-lo à votação.

(Pausa)

Uma vez que há concordância em relação à votação deste artigo, passamos ao artigo 2º que o Sr. Secretário vai fazer o favor de ler.

Secretário: Artigo 2º.

(Foi lido)

Presidente: Não há quaisquer propostas de alteração para este artigo. Se não veem inconveniente, podemos votar o artigo 2º. nos seus 3 números.

Está à votação o artigo 2º nos seus 3 números.

Os Srs. Deputados que com ele concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Secretário: O artigo 2º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 3º.

Secretário: Artigo 3º.

(Foi lido)

Presidente: Para este artigo a Mesa tem duas propostas de eliminação, providas do Partido Socialista e do CDS, e uma proposta de alteração apresentada pelo Partido Social Democrata. Vou ler a proposta de alteração do Partido Social Democrata, já que as outras são de eliminação.

"Proposta de Alteração

Capítulo II

Empréstimos

Artigo 3º. (Empréstimos)

Esgotados os recursos entregues pelo Estado à Região Autónoma dos Açores, com base nas disposições dos artigos 93º e 98º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e bem assim os recursos financeiros provenientes dos fundos estruturais da CEE, fica o Governo Regional autorizado, nos termos da alínea n) do artigo 32º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, a contrair empréstimos, incluindo créditos bancários, inscrevendo a verba correspondente ao valor do empréstimo, para fazer face exclusivamente ao défice do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, ou a utilizar os mecanismos de financiamento que para o mesmo efeito vierem a ficar estabelecidos pela Lei do Orçamento do Estado para 1988, dentro da programação global do endividamento do sector público."

As duas propostas de eliminação e esta proposta de alteração estão à discussão.

Não havendo intervenções, vamos votar. Votaremos conjuntamente as propostas de eliminação deste artigo 3º apresentadas pelo Partido Socialista e pelo CDS.

Os Srs. Deputados que concordam com estas propostas de eliminação façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: As propostas de eliminação foram rejeitadas, com 18 votos do PSD e 1 do PCP contra, 11 votos do PS e 2 do CDS a favor.

Presidente: Votaremos agora a proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Os Srs. Deputados que com ela concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 18 votos do PSD e 1 do PCP a favor; 11 votos do PS e 2 do CDS contra.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Sousa para uma declaração de voto.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta de eliminação apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista significa que esta Assembleia, na opinião do PS, não devia abdicar da consideração concreta e pormenorizada das situações que aqui são postas condicionalmente

em relação ao recurso aos empréstimos.

Entendemos que a esta Assembleia vêm alterações por vezes de pormenor, por vezes sem grande significado, em relação ao Orçamento Regional.

Entendemos que, concretamente, quando ocorrer a situação aqui prevista e que é inevitável pelos dados que temos - pela incerteza das receitas para a Região, derivada de todos os aspectos referidos na discussão dos mapas que acabaram de ser aprovados e todos esses elementos indicam-nos que essa situação ocorrerá - então esta Assembleia não deve ser privada de apreciar concretamente a situação e de sobre ela decidir.

Neste momento, porém, o recurso a um empréstimo, dado um pouco arbitrariamente e um pouco às cegas, tal como resulta da formulação original do Governo ou como resulta também, num aspecto puramente formal, da proposta de alteração apresentada pelo PSD e que efectivamente vem suprir uma lacuna que o Governo deixava, ou seja, a inscrição no Orçamento deste mesmo empréstimo, não deve ser aprovado, uma vez que esta Assembleia não deve aprovar empréstimos no condicional.

É isso que nós pretendemos ao propor a eliminação deste artigo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa para uma declaração de voto.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Pensamos que, relativamente ao artigo 3º, essa questão é perfeitamente linear para o nosso Grupo Parlamentar, uma vez que fazemos confiança na capacidade de decisão do Governo nesta matéria, em termos de acudir às necessidades de financiamento da Região, necessidades essas que podem não ser necessariamente coincidentes com o funcionamento da Assembleia.

Por outro lado, o Governo tem o cuidado, na sua proposta de Orçamento, de no artigo 4º explicitar as condições e os limites em que os empréstimos serão feitos. Todavia, restará sempre a esta Assembleia, dentro das suas competências, a possibilidade de questionar, por diversas formas, quer pelas perguntas directas quer pelos requerimentos apresentados, a utilização desses empréstimos, com a certeza porém de que os empréstimos, a fazerem-se, de acordo com a alínea b) do artigo 4º, serão para efeitos de financiamento de plano de investimentos.

Portanto, está perfeitamente claro o objectivo dos empréstimos, o seu enquadramento e os seus limites.

Presidente: Não havendo mais declarações de voto passamos ao artigo 4º.

Secretário: Artigo 4º.

(Foi lido)

Presidente: Para este artigo o Partido Socialista e o Centro Democrático Social apresentam

propostas de eliminação. O Partido Comunista apresenta uma nova redacção para a alínea a).

Está aberta a discussão.

Não havendo intervenções, vamos votar. Votaremos primeiro as duas propostas de eliminação deste artigo apresentadas pelo PS e pelo CDS.

Os Srs. Deputados que concordam com esta eliminação façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: As propostas foram rejeitadas com 18 votos do PSD e 1 do PCP contra, 11 votos do PS e 2 do CDS a favor.

Presidente: Para a alínea a) do artigo 4º o Partido Comunista Português apresenta a seguinte proposta de alteração:

"a) Não ultrapassar o montante global de dois milhões e meio de contos".

Está à discussão.

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com esta alínea a) façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 18 votos do PSD, 11 do PS e 2 do CDS contra e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Se não vissem inconveniente votáramos agora as alíneas b), c) e d) do artigo 4º.

Os Srs. Deputados que com elas concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada com 18 votos do PSD e 1 do PCP a favor e registou 11 votos do PS e 2 do CDS contra.

Presidente: Tem a palavra, para uma declaração de voto, o Sr. Deputado Dionísio Sousa.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É óbvio que estamos no domínio da ficção financeira. Existem vários tipos de ficção. Esta é uma ficção financeira: é para o PSD 6 milhões e para o PCP 2 milhões e meio. Nós não embarcamos neste domínio.

Efectivamente, é necessário analisar as condições concretas em que haverá a necessidade de recurso ao empréstimo.

Portanto, rejeitamos a ficção e, em nome do realismo, temos que dizer que deve ficar em suspenso este problema até ele poder ser resolvido, analisado e decidido por esta Assembleia.

Chegará a hora. Já foi antecipada pela decisão da maioria, mas não podemos aceitar nem o voto

nos 6 milhões nem nos 2 milhões e meio. Fiquemos no zero, que é a situação em que estamos neste momento em relação ao futuro, em relação ao futurível do empréstimo que será necessário esta Região contrair.

Presidente: Antes de prosseguirmos, é com pena que o digo, mas o Grupo Parlamentar do Partido Socialista acabou de esgotar o seu tempo.

Prosseguindo os nossos trabalhos, temos agora um aditamento de um artigo 4º-A proposto pelo Partido Comunista Português e que é do seguinte teor:

Artigo 4º-A.

(Informação à Assembleia Regional dos Açores)

O Governo Regional informará trimestralmente a Assembleia Regional dos Açores acerca do montante, entidade financiadora e utilização de todos os empréstimos contraídos ao abrigo e nos termos dos artigos anteriores."

Está à discussão este artigo 4º-A.

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que com ele concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 19 votos contra do PSD; 2 abstenções do CDS e registou 11 votos do PS e 1 do PCP a favor.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cruz.

Deputado Jorge Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É apenas para uma pequena declaração de voto em relação a este artigo e que servirá também para outro artigo sobre matéria idêntica, que é a proposta do Partido Comunista Português de um artigo 7º-A.

O Grupo Parlamentar do PSD vota contra este artigo e votará contra o próximo por apenas achar que a matéria consignada neste artigo ficará muito melhor enquadrada na lei de enquadramento orçamental.

Presidente: Passamos ao artigo 5º da Proposta de Decreto Legislativo Regional, que o Sr. Secretário fará o favor de ler.

Secretário: Artigo 5º.

(Foi lido)

Presidente: Relativamente a este artigo o Partido Socialista propõe a sua eliminação e o CDS apresenta uma proposta de alteração do seguinte teor:

"Artigo 5º.

Nº 1 - O actual número 2

Nº 2 - Eliminação do nº 1 da Proposta".

Presidente: Está aberta a discussão.

Não havendo intervenções, vamos votar. Votaremos a proposta de eliminação de todo o artigo,

provida do Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que com ela concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário. A proposta foi rejeitada com 19 votos do PSD e 2 do CDS contra e registou 11 votos a favor do PS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Ponho agora à votação a proposta de eliminação do nº 1 do artigo 5º, apresentada pelo CDS.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 19 votos contra do PSD e registou 11 votos do PS, 2 do CDS e 1 do PCP a favor.

Presidente: Assim sendo, ponho à votação os números 1 e 2 da Proposta de Decreto Legislativo Regional em apreciação.

Os Srs. Deputados que com ela concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada com 19 votos a favor do PSD e registou 11 votos do PS, 2 do CDS e 1 do PCP contra.

Presidente: Passamos ao artigo 6º. O Sr. Secretário vai fazer o favor de lê-lo.

Secretário: Artigo 6º.

(Foi lido)

Presidente: Não há propostas de alteração.

Vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Secretário: Foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O CDS e o PCP propõem respectivamente, o aditamento de um artigo 6º-A. A proposta de aditamento apresentada pelo CDS é do seguinte teor:

"Artigo 6º-A

O Governo tomará as medidas necessárias ao estabelecimento de um acréscimo salarial na Função Pública da Região com o objectivo de atenuar o diferencial da inflação e do custo de vida, entre o Continente e a Região Autónoma dos Açores."

A proposta de aditamento do PCP é a seguinte:

"Artigo 6º-A

(Valorização dos recursos humanos)

1. O Governo Regional tomará as medidas necessárias ao estabelecimento de um acréscimo salarial ao funcionalismo da Região, no sentido de minorar as diferenças do custo de vida e inflação existen-

tes na presente conjuntura.

2. O acréscimo salarial estabelecido no ponto anterior será de montante igual para todos os funcionários e agentes da administração regional.

3. O Governo Regional desenvolverá as diligências necessárias para que o acréscimo salarial definido no ponto 1 tenha aplicabilidade aos funcionários das administrações central e local que prestam serviço na Região.

4. O Governo Regional tomará as disposições adequadas à regularização da situação do pessoal que, embora designado por tarefeiro, reúna os requisitos exigidos pela lei geral para a integração ou admissão na Administração Pública, provendo a sua integração através de recursos a concursos internos, abertos para o efeito.

5. No ano de 1988, o Governo Regional, para o preenchimento das vagas existentes nos quadros de pessoal da Administração Pública, promoverá a abertura de concursos de acesso, de forma a garantir aos funcionários e agentes que reúnem os requisitos previstos na lei a normal progressão na carreira".

Estão à discussão estas duas propostas de aditamento de um artigo 6º-A.

Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Sr. Presidente, era só para uma interpelação à Mesa, por uma questão de processo.

Eu tenho algumas dúvidas sobre se, depois da votação do Mapa II, que diz respeito às despesas por departamentos e capítulos, as propostas que estão na Mesa não estarão prejudicadas.

Efectivamente, uma vez votadas as despesas da Região Autónoma dos Açores, parece que não deverão ter cabimento quaisquer propostas que, por alguma forma, alterem a votação que foi feita pela Assembleia.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, posso interpelar a Mesa?

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A interpelação que queria fazer não era neste sentido, nem vou entrar por este caminho, portanto, não vou dar opinião sobre o que o Sr. Deputado Madruga da Costa está a pôr.

O que eu queria lembrar era que, ou por via de interpelações com mais ou menos conteúdo ou por outra via qualquer, nós o que tínhamos combinado entre os grupos parlamentares e os partidos era que a discussão estava toda ela feita e que agora se tratava portanto de votar e a única possibilidade de se usar da palavra era através de declaração de voto, para o caso dos partidos que ainda dispusessem de tempo para isso.

Eu tenho reparado que o Sr. Presidente, desde

que entrou no articulado, tem dito sempre que "está à discussão". Ora, no meu entendimento, trata-se de uma interpretação defeituosa do acordo que foi estabelecido.

Era isto que queria lembrar à Mesa.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado lembrou e se calhar lembrou com toda a razão (a minha memória não é de "elefante"), mas o que fiquei ciente na reunião foi de que os partidos administrariam o seu tempo da forma que quisessem. Não me recordava que isotivesse ficado assente, mas aceito perfeitamente e reconheço o meu lapso.

Portanto, não há discussão - foi isso que se assentou - mas há votação e a partir de agora só quem pode fazer declarações de voto é o PSD, pois os outros partidos já esgotaram o seu tempo.

Está à votação a proposta de aditamento de um artigo 6º-A, provinda do Centro Democrático Social.

Os Srs. Deputados que com ela concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 19 votos contra do PSD e registou 10 votos do PS, 2 do CDS e 1 do PCP a favor.

Presidente: Não sei se os Srs. Deputados vêem inconveniente em que o artigo 6º-A - com cinco números - proposto pelo PCP seja votado no seu conjunto.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Excepto o nº 2.

Presidente: Assim sendo, vamos votar na proposta de aditamento de um artigo 6º-A, do PCP, os nºs. 1, 3, 4 e 5.

Os Srs. Deputados que com eles concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 19 votos contra do PSD e registou 10 votos do PS, 2 do CDS e 1 do PCP a favor.

Presidente: Votaremos agora o nº2 do artigo 6º-A, proposto pelo PCP.

Os Srs. Deputados que concordam com este nº 2 façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 19 votos do PSD e 2 do CDS contra e registou 10 votos do PS e 1 do PCP a favor.

Presidente: O Centro Democrático Social propõe o aditamento de um artigo 6º-B, que eu passo a ler:

"Artigo 6º-B.

O Governo Regional tomará as medidas necessá-

rias a que os bens e serviços prestados pela Administração Regional, Serviços dela dependentes e Empresas Públicas Regionais não ultrapassem os preços de iguais bens e serviços no Continente Português."

Está à votação esta proposta de aditamento.

Os Srs. Deputados que com ela concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 19 votos contra do PSD e registou 10 votos do PS, 2 do CDS e 1 do PCP a favor.

Presidente: Passamos ao artigo 7º. O Sr. Secretário vai fazer o favor de lê-lo.

Secretário: Artigo 7º.

(Foi lido)

Presidente: Relativamente a este artigo o Partido Socialista apresenta a seguinte proposta de aditamento:

"Capítulo III

Execução e Alterações Orçamentais

Artigo 7º.

(Alterações orçamentais)

3. A dotação provisional referida no nº 1 conterà uma verba no montante de 80.000 contos para fazer face à atribuição de um subsídio de fixação, nos termos da alínea d) do nº 2 do artigo 1º do Decreto Legislativo Regional nº 2/84/A, de 13 de Janeiro, aos docentes da Educação Pré-Escolar, 1º Ciclo do Ensino Básico e CPTV, colocados até 31 de Outubro, nas Ilhas de Santa Maria, Graciosa, S. Jorge, Pico, Flores e Corvo, Concelhos de Nordeste e Povoação, e nas localidades de Sete Cidades e Pico do Maфра do Concelho de Ponta Delgada, em percentagens correspondentes às do artigo 4º da Resolução nº 120/86, de 8 de Julho.

4. O Governo Regional regulamentará, por Resolução, o subsídio previsto no número anterior, a aplicar a partir de 1 de Janeiro de 1988."

Se não vissem inconveniente votaríamos conjuntamente os nºs. 1 e 2 do artigo 7º. uma vez que não há propostas de alteração para os mesmos.

Assim sendo, estão à votação os nºs. 1 e 2 do artigo 7º na proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que com eles concordam façam a favor de permanecer como se encontram.

Secretário: Foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votaremos agora conjuntamente os nºs. 3 e 4 da proposta de aditamento para o artigo 7º formulada pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com

19 votos contra do PSD e registou 11 votos do PS, 2 do CDS e 1 do PCP a favor.

Presidente: O Partido Comunista Português apresenta uma proposta de aditamento de um artigo 7º-A que é do seguinte teor:

"Artigo 7º-A.

(Execução do Plano de Investimentos)

O Governo Regional informará trimestralmente a Assembleia Regional dos Açores sobre o grau de execução e sobre as alterações realizadas dentro dos limites das classificações orgânicas, económicas e funcionais".

Está à votação esta proposta de aditamento de um artigo 7º-A.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 19 votos contra do PSD e registou 11 abstenções do PS e 2 do CDS e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Artigo 8º.

Secretário: Artigo 8º.

(Foi lido)

Presidente: Vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com este artigo façam o favor de permanecer como se encontram.

Secretário: O artigo 8º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O Partido Socialista apresenta uma proposta de aditamento de um artigo 8º-A, que é do seguinte teor:

"Capítulo III

Execução e Alterações Orçamentais

Artigo 8º-A.

1. As despesas efectuadas pelos serviços públicos regionais, incluindo os dotados de autonomia administrativa e financeira, com obras ou aquisições de bens e serviços devem efectuar-se mediante concurso ou ajuste directo.

2. O concurso pode ser público ou limitado. É público quando possam concorrer todos aqueles que se encontrem nas condições gerais estabelecidas pela legislação aplicável; é limitado quando se realiza apenas entre determinado número de entidades, o qual, em princípio, deverá ser igual ou superior a 3.

3. O ajuste directo deverá ser precedido, sempre que possível, de consulta a, pelo menos, três entidades, sendo a consulta obrigatória para a realização de despesas superiores a 500 contos."

Está à votação este artigo 8º-A nos seus nºs. 1, 2 e 3.

Os Srs. Deputados que com ele concordam façam

o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 19 votos contra do PSD e registou 11 votos do PS, 2 do CDS e 1 do PCP a favor.

Presidente: Temos agora uma proposta de aditamento de um artigo 8º-A, apresentada igualmente pelo Partido Socialista e que é do seguinte teor:

"Capítulo III

Execução e Alterações Orçamentais

Artigo 8º-A.

(Realização e dispensa de concurso)

1. O concurso é obrigatório quando:

a) As obras forem de importância superior a 1.000 contos;

b) A aquisição de bens e serviços for de importância superior a 750 contos;

2. O concurso será obrigatoriamente público, sem prejuízo do disposto nos números 3 e 4 deste artigo, quando:

a) As obras forem de importância superior a 5.000 contos;

b) As aquisições de bens e serviços forem de importância superior a 1.000 contos.

3. A abertura de concurso público ou limitado respeitante à realização de obras ou à aquisição de bens de equipamento que envolva despesas superiores a 5.000 contos carece de aprovação do Conselho do Governo Regional.

4. Poderá ser dispensada a realização de concurso público ou limitado quando, verificada a conveniência do interesse para a Região Autónoma dos Açores, ocorrerem quaisquer das circunstâncias seguintes:

a) Quando a obra ou fornecimento só possam ser feitos convenientemente por determinada entidade, em consequência de exclusivo legalmente concedido, patente de invenção, contrato anterior com a Região Autónoma dos Açores ou aptidão especialmente comprovada em obras ou fornecimentos de que os novos sejam complemento;

b) Quando se trate de fornecimento de artigos com preço tabelado pelas autoridades competentes;

c) Quando o último concurso público aberto para o mesmo fim e pelo mesmo organismo tenha ficado deserto ou quando através dele só tenham sido recebidas propostas consideradas inaceitáveis;

d) Quando se trate de encomenda ou obtenção de estudos.

5. Se for dispensado o concurso público, deverá ser penalizado concurso limitado, salvo se esse for também dispensado, mas nesse caso será obrigatório a consulta, com excepção dos casos previstos nas alíneas a) e b) do número

anterior e na alínea d), no que respeita à obtenção de estudos".

Está à votação esta proposta de aditamento.

Os Srs. Deputados que com ela concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 19 votos contra do PSD e registou 10 votos do PS, 2 do CDS e 1 do PCP a favor.

Presidente: Ainda do Partido Socialista, há uma proposta de aditamento de um artigo 8º-B, que é do seguinte teor:

"Artigo 8º-B.

(Requisito para a dispensa de concurso)

1. A dispensa de concurso, público ou limitado, só poderá ser concedida mediante proposta fundamentada do organismo por onde a despesa deve ser liquidada.

2. Nos serviços autónomos a proposta terá de ser informada favoravelmente pelo chefe de repartição ou dos serviços privativos de contabilidade e resolvida pelo órgão colegial de gestão ou pelo conselho administrativo, conforme o regulamento do serviço estabelecer."

Está à votação esta proposta de aditamento.

Os Srs. Deputados que com ela concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 19 votos contra do PSD e registou 10 votos do PS, 2 do CDS e 1 do PCP a favor.

Presidente: Também do Partido Socialista, uma proposta de aditamento de um artigo 8º-C, que passo a ler:

"Artigo 8º-C.

(Celebração de contrato escrito)

1. A celebração de contrato escrito será obrigatória quando:

a) As obras forem de importância superior a 1.000 contos;

b) As aquisições de bens e serviços forem de importância superior a 750 contos;

c) A execução da obra deva demorar mais de 120 dias ou o fornecimento deva exceder 90 dias, salvo quando houver motivo imperioso que justifique a dispensa.

2. A celebração de contrato escrito não é exigida quando:

a) Ocorrer o caso previsto na alínea b) do nº 4 do artigo 19º;

b) Se trate de artigos que estejam prontos a ser entregues imediatamente e as relações contratuais se extinguam com a entrega."

Está à votação esta proposta de aditamento.

Os Srs. Deputados que com ela concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 19 votos contra do PSD e registou 10 votos do PS, 2 do CDS e 1 do PCP a favor.

Presidente: Há uma outra proposta de aditamento do Partido Socialista para um artigo 8º-D e que é do seguinte teor:

"Artigo 8º-D.

(Competência para dispensa de concurso e contrato escrito)

Não competentes para autorizar a dispensa de realização de concurso, público ou limitado, e da celebração de contrato escrito:

a) Até 1.000 contos os órgãos dirigentes dos organismos e serviços dotados de autonomia administrativa e financeira;

b) até 5.000 contos, os membros do Governo Regional;

c) sem limitação, o Conselho do Governo Regional."

Está à votação este artigo 8º-D proposto pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 19 votos contra do PSD e registou 10 votos do PS, 2 do CDS e 1 do PCP a favor.

Presidente: Proposta de aditamento de um artigo 8º-E, apresentada também pelo Partido Socialista:

"Artigo 8º-E.

(Requisitos para a dispensa de contrato escrito)

As propostas para dispensa de contrato escrito aplicam-se as regras contidas no artigo 12º."

Está à votação esta proposta de aditamento.

Os Srs. Deputados que com ela concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 19 votos contra do PSD e registou 11 votos do PS, 2 do CDS e 1 do PCP a favor.

Presidente: O Sr. Deputado deseja a palavra para?

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, não sei se isto poderá ser considerado como uma interpelação, mas o que eu pretendo dizer à Mesa é que nós retiramos a proposta de aditamento de um artigo 8º-C uma vez que ela está prejudicada pela votação já efectuada no artigo 6º.

Presidente: Considera-se retirada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cruz.

Deputado Jorge Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma curta declaração de voto em relação às propostas de aditamento do Partido Socialista.

O Grupo Parlamentar do PSD votou contra, tendo em conta que a matéria constante das propostas de aditamento agora votadas tratam assuntos de carácter permanente da actividade do Executivo - que não de carácter puramente anual - e visam, a adaptação e implementação de mecanismos puramente específicos de adjudicação de obras e como tal devem ser contemplados em legislação própria e autónoma.

Neste sentido, o Governo já apresentou à Assembleia uma proposta de decreto legislativo regional sobre esta matéria.

Presidente: Passamos ao artigo 9º. O Sr. Secretário vai fazer o favor de lê-lo.

Secretário: Artigo 9º.

(Foi lido)

Presidente: O Partido Socialista faz diversas propostas de aditamento de vários artigos. Um deles é o artigo 9º-C, que é exactamente igual a este que acabou de ser lido. Portanto, votaremos em conjunto o artigo 9º da proposta de decreto e o artigo 9º-C da proposta de aditamento do Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Secretário: Foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à proposta de aditamento do Partido Socialista para um artigo 9º-A, que passo a ler:

"Artigo 9º-A.

(Salários mínimos regionais)

O Governo Regional fixará os salários mínimos regionais para os trabalhadores do comércio, indústria e serviços, para os trabalhadores da agricultura, silvicultura e pecuária, e para os trabalhadores do serviço doméstico não oferecido por empresas, no montante correspondente aos valores estabelecidos pelo Governo da República acrescidos do diferencial da taxa de inflação entre a Região Autónoma dos Açores e o Continente Português."

Está à votação esta proposta de aditamento.

Os Srs. Deputados que com ela concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 19 votos contra do PSD e registou 8 votos do PS, 1 do CDS e 1 do PCP a favor.

Presidente: A proposta de aditamento do Partido Socialista para um artigo 9º-B é do seguinte teor:

"Artigo 9º-B.

(Mapas das transferências da CEE)

O Governo Regional enviará à Assembleia Regional até ao fim de cada trimestre, mapas com indicação das transferências efectivas recebidas da CEE pela Região Autónoma dos Açores, incluindo não só as receitas e despesas com reflexos no Orçamento Regional, mas também as transferências a receber por autarquias locais e empresas públicas e privadas regionais."

Está à votação esta proposta de aditamento de um artigo 9º-B, apresentada pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 19 votos contra do PSD e registou 8 votos do PS, 1 do CDS e 1 do PCP a favor.

Presidente: Terminámos o debate e a votação na especialidade do Orçamento e, conseqüentemente, do Plano para 88.

De acordo com o que tinha sido entendido entre a Mesa e os Senhores Presidentes dos Grupos Parlamentares e Representantes dos outros partidos, seguem-se as declarações de voto. Portanto, dou a palavra ao Sr. Deputado José Decq Mota.

Para o efeito tem a tribuna à sua disposição.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Terminou a discussão do Plano e do Orçamento para 1988.

Pela primeira vez foi apresentada uma proposta de Orçamento sob uma forma compatível com a competência constitucional e estatutária desta Assembleia.

Pela primeira vez foram discutidas as propostas de Orçamento e Plano de acordo com regras que respeitam os princípios democráticos que dignificam este órgão institucional.

Todos os deputados e todas as forças políticas tiveram a faculdade legal de apresentar as mais variadas propostas de alteração.

Todos os deputados de todas as ilhas tiveram a possibilidade de contribuir para a correcção de injustiças gritantes que afectam as suas ilhas, ou para anular notórias distorções inter-sectoriais.

A bancada do PSD, ao arrepio de toda a prática parlamentar, defendeu e praticou de forma inaceitável o mais completo e primitivo governamentalismo, negação da competência desta Assembleia, pela sua decisão de não promover alterações, nem considerar qualquer das propostas dos outros partidos.

Tentou o PSD, exgrimindo-se sem argumentos, dizer que, estando aprovado na generalidade o Orçamento e o Plano, não tinha "lógica" alterá-lo na especialidade.

Sabe o PSD que tal posição é quotidianamente

negada nesta própria Assembleia.

Sabe o PSD que muitas propostas da especialidade não visam transformar a posição de fundo, mas tão só, melhorar certos aspectos.

Nenhum dos senhores deputados do PSD, especialmente os que vieram a esta tribuna apontar necessidades urgentes e imediatas para certas ilhas ou sectores, têm, no meu entender, qualquer legitimidade para dizerem que procuraram resolver esses problemas. E não têm essa legitimidade porque se recusaram a usar o instrumento legal de que dispunham que era a proposta de alteração.

O PSD ao comportar-se como se comportou negou a possibilidade e a necessidade de um diálogo político-institucional com conteúdo útil; procurou alimentar a falsa ideia da infalibilidade de um Governo que cada vez é mais falível; procurou tirar resultados práticos às modificações conseguidas, com muito esforço e com muito empenho, na forma de apresentar, discutir e aprovar o Orçamento; transformou, de forma irracional, a força dos seus votos em apoio cego às propostas governamentais.

O PSD para engrandecer o Governo não hesitou em apresentar o seu grupo parlamentar como um conjunto de deputados incapacitados de transformar conhecimentos especializados em propostas de alteração de especialidade, desprovidos de senso comum, desprovidos de capacidade para melhorar as suas próprias propostas. O PSD e o Governo ao negarem, desta forma gritante o papel do Parlamento, não só prestaram, mais uma vez, um péssimo serviço a esta Região, como demonstraram a pouca importância prática que dão a estes próprios documentos.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Não apoiado!

O Orador: Ao PSD, aos seus governantes e aos seus deputados interessa cada vez mais o poder e interessa cada vez menos os problemas concretos das populações destas ilhas.

É esta a primeira lição que temos que tirar destes dias de trabalho.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Outras lições há, porém, que tirar destes debates.

Ficou demonstrado que não foi realizada, nos últimos 3 anos, durante a vigência do actual Plano de Médio Prazo, qualquer política de desenvolvimento económico socialmente útil.

Ficou, mesmo demonstrado, que o programa deste Governo, na sua substância, assume hoje a simples dimensão de livrinho de propaganda irresponsável. E digo irresponsável, porque considero que tem que ser assim classificada toda a propaganda que se faça de questões que não se pensa levar à prática quando se pode.

Ficou, igualmente, demonstrado que o Plano de Médio Prazo mais não é que uma referência

longínqua para o trabalho de um executivo cada vez menos operacional.

Ficou demonstrado, principalmente, que a débil economia açoriana está num perigosíssimo ponto de indefinição, está à mercê de interesses imediatistas de uns poucos; é dirigida apenas com o duplo objectivo de proporcionar grandes lucros a alguns e de contribuir para que o grupo dirigente do PSD se mantenha no poder, como usufrutuário dele.

Ficou também demonstrado que os problemas, os interesses, os anseios, as dificuldades da maioria deste povo estão tremendamente ausentes das preocupações deste poder.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Não apoiado!

O Orador: A título de exemplo, refira-se que, no exacto momento em que se sabe e todos o dizem que o financiamento da Região está a ser estrangulado, este Governo prepara-se para abrir mão de sectores, caso dos hotéis, que por sucessivas e enormes intervenções de dinheiros públicos foi rentabilizado. **A Região serviu para investir e rentabilizar, meia dúzia de cidadãos vão servir para amearhar os lucros.**

Esta questão serve, claramente, para demonstrar a natureza deste poder e os seus objectivos reais.

Nada neste Orçamento e neste Plano mostra haver a preocupação de garantir a possibilidade de a própria Região poder continuar a dispôr de instrumentos e de meios suficientes para colocar ao serviço colectivo deste povo.

Para este poder os únicos valores que interessa defender, são certos restritos interesses de grupo e, ao mesmo tempo, a manutenção da capacidade de esconder esse facto para continuar a governar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não ficou provado que as despesas de investimento a realizar no próximo ano venham a ser maiores que as despesas correntes, ou que tenham uma diferença tão acentuada como foi aprovado nos mapas correspondentes.

Não ficou provado que todas as despesas do Plano sejam reais despesas de investimento, sendo muito possível que uma boa parte deste Plano seja constituído por despesas correntes disfarçadas.

Não ficou provado que a previsão apresentada para as necessidades de financiamento não esteja sobre-calculada artificialmente.

Ficou demonstrado que as receitas correntes estão calculadas sem o rigor que era possível e que era exigível, e apenas as relações de confrontação (nos dois sentidos) existentes entre os Governos PSD da Região e da República explica esse desfazamento.

Ficou demonstrado que a capacidade atribuída

ao Governo para endividar a Região até 6 milhões de contos, foi decidida sem considerar a necessária e atempada análise parlamentar das causas políticas que poderão levar à necessidade de tal endividamento.

O PCP acha legítimo a possibilidade de endividamento, mas não concorda com o limite máximo estabelecido, porque ele é mais uma negação óbvia e ostensiva da necessidade de serem conseguidos entendimentos gerais e básicos quando estão em causa graves interesses regionais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os problemas económicos graves que vivemos, de entre os quais ressalta o aprofundamento constante do fosso cavado em relação ao Continente no que toca ao custo de vida e ao seu crescimento, não são atacados nem com a política deste Orçamento nem com os objectivos deste Plano.

O Governo e o PSD não só recusam a realização de políticas económicas, a diversos níveis e em diversos sectores, que poderiam levar à atenuação e posterior anulação dessa situação, como recusaram também diminuir os efeitos imediatos da ausência dessas políticas.

Algumas vezes se falou de emprego, contudo ficou claro que este Plano, como aliás os outros dos anos imediatamente anteriores não contém medidas sérias para fomentar o emprego.

Falou-se de habitação e o pouco que neste Plano será incluído, no que toca à resolução de situações de carência total, ficou a dever-se à persistente acção, que ao longo dos anos foi sendo desenvolvida por vários sectores, entre os quais se inclui o PCP, no sentido da política de habitação ser corrigida.

O Governo recusa todas as medidas económicas que poderiam ter utilidade imediata para a maioria dos cidadãos. Não considera a possibilidade de atenuar o preço da electricidade, não quer realizar qualquer política coerente de protecção dos preços de bens alimentares essenciais, não quer realizar qualquer intervenção que atenuar o custo dos transportes.

O Governo preocupa-se sim em investir muito fortemente nos hotéis, para depois privatizar a parte pública retirando assim à Região os benefícios do investimento.

O Governo Regional e o PSD encaram o Plano quase como um manifesto eleitoral pouco explicado e encaram o Orçamento como um instrumento de pré-campanha eleitoral.

Por tudo isto e pelo muito mais que ao longo dos debates foi dito, o PCP recusa este Plano e considera que este Orçamento não aproveita nem aplica os recursos regionais da única forma aceitável e que seria a de procurar contribuir, já em 88, para que se criasse uma perspectiva

económica segura e justa nesta Região.

Disse. Muito obrigado.

Secretário Regional do Equipamento Social (Germano Domingos): Disse mal!

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Dada a circunstância de não termos tido possibilidade de utilizar algum tempo no debate e votação na especialidade, decidimos substituir a nossa declaração de encerramento inicial, pois consideramos que as nossas posições, ao longo deste debate, quer em relação ao Plano, quer em relação ao Orçamento, foram suficientemente fundamentadas e explicitadas a esta Câmara e também, na nossa óptica, ficou demonstrado perante esta Assembleia o espírito construtivo com que nos posicionamos nesses debates, e queríamos aproveitar esse tempo que nos resta - porque, no fundo, sejamos realistas, ao longo destas 25 horas também foi aqui uma "guerra" de tempos - e utilizá-lo para tecer alguns comentários relativamente a alguns aspectos que consideramos importantes dessa parte final dos nossos debates.

Vamos pois começar pelo fim.

Sob o nosso ponto de vista, impõe-se uma reflexão sobre a atitude tomada por este Parlamento relativamente a algumas das nossas propostas que consideramos importantes.

Relativamente à atitude do Partido Socialista e sobretudo à declaração de voto do Deputado Carlos César, diremos tão só, e sem emoções injustificadas mas com a maior serenidade, que nos limitamos a desculpar e até a compreender o despropositado tom da mesma e as irreflectidas gravidades contidas nas injustas acusações feitas ao Grupo Parlamentar do CDS.

Em primeiro lugar porque o Deputado Carlos César falou em nome de parte do Grupo Parlamentar Socialista que permaneceu na sala votando contra as nossas propostas, devendo por isso sentir-se naturalmente incomodado com o outro quarto do Grupo Parlamentar do PS que se afastou para os corredores do Parlamento para não partilhar da precipitação dos 3/4 mais disciplinados.

Deputado Francisco Sousa (PS): Não apoiado!

Deputado Carlos César (PS): E uma parte muito mais substancial do que a do CDS!

O Orador: Depois porque o PS não achou desde logo as nossas propostas tão descabidas, tão nefastas e tão despropositadas. Pelo contrário, deu-lhes a importância devida e com naturalidade, solicitou pela 1ª vez ao longo destes 6 dias de debate um intervalo de 30 minutos para com toda a cautela e reflexão ponderar sobre as mesmas.

Deputado Francisco Sousa (PS): Foram postas na Mesa quando já estávamos a votar!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós compreendemos, a difícil situação por que passou o Partido Socialista, talvez alguns eleitores do PS não o venham a compreender.

Não se interrompe um plenário desta Assembleia para gerar um debate no interior do Grupo Parlamentar a respeito de propostas com os defeitos que o Sr. Deputado porta-voz da parte do Partido Socialista que votou contra as nossas propostas quis dar a entender a esta Assembleia.

O Grupo Parlamentar do CDS não pôs em causa o mérito da sua actuação na discussão deste Plano e na oposição à política deste Governo, com as suas propostas. Pelo contrário.

Nós utilizamos as armas do próprio Governo e da maioria para os atingir em pleno, demonstrando claramente a incoerência da sua política e desmontando a grande golpada que este Governo preparou para este Plano.

Só assim se justifica a intervenção, essa sim desesperada, do líder da bancada do PSD, com afirmações descabidas, agarrando-se aos chavões tradicionalmente usados quando vêem o terreno a fugir-lhes.

Vejamos.

Quando o Chefe Partidário do PSD e Presidente do Governo defende perante esta Assembleia um programa especial para uma só ilha - logo o coro aplaude em uníssono que se trata de uma medida em prol da unidade regional da autonomia, etc., etc..

Quando o CDS, em respeito pelos inalienáveis direitos e interesses de todas as parcelas da Região, defende programas especiais para todas as ilhas,...

Deputado José Carlos Simas (PSD): Coitadinho!

(Risos e apartes imperceptíveis do PSD)

O Orador:...lá vem o coro ...já se está a querer manifestar!...

(Risos da Câmara)

...Eles já estão a "mexer", apesar da hora tardia! Basta um sinal do chefe e eles atacam! ...Lá vem o coro:

-Os Deputados do CDS querem desagregar a Região, procuram a divisão; não prestigiam o Parlamento; põem em causa a imagem junto dos Órgãos de Soberania.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Faz lembrar o antigamente!

O Orador: Srs. Deputados, de tanto disparate, não evitam o ridículo!

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, estamos preparados psiquicamente para enfrentar essa linguagem da maioria. Sabemos o que custa desautorizar um Governo como este.

Secretário Regional do Equipamento Social (Germano Domingos): Coitado!

Deputado José Carlos Simas (PSD): Olhe a linguagem!

O Orador: As acusações e a gravidade da política adoptada pela maioria justificaram plenamente as propostas do CDS.

Secretário Regional do Equipamento Social (Germano Domingos): Coitadinho!

O Orador: claro que alguns senhores deputados ainda devem ter a consciência a roer, ao relembra-rem-se da justiça de cada um dos nossos programas especiais...

(Risos da Câmara)

O Orador: ..mas, enfim, lamentamos o efeito da disciplina férrea.

Impõe-se-nos ainda assumir mais algumas reflexões, que respeitam propriamente a propostas por nós apresentadas e que, incompreensivelmente, também mereceram a rejeição do partido maioritário.

Uma delas, com um alcance que consideramos fundamental e relacionado com a questão dos acréscimos salariais na Função Pública da Região, tinha um objectivo, aqui já várias vezes anunciado, de atenuar o diferencial da inflação e do custo de vida entre o Continente e a Região Autónoma dos Açores.

Estamos certos que valeu a pena e, à semelhança de outras situações, é uma questão de tempo - meses ou anos - e teremos aqui, por proposta do Governo, o "coro" da maioria a dar aprovação a uma iniciativa semelhante a esta, como já aconteceu noutras matérias.

O mesmo se dirá de outras iniciativas como aquela que se prendia com a proposta de que os bens e serviços prestados pela administração regional, serviços dela dependentes e empresas públicas regionais não ultrapassassem o preço de iguais bens e serviços no continente português.

Estamos certos também que as nossas palavras, como as de outros Srs. Deputados aqui presentes nesta Assembleia, não vão ficar no esquecimento. O Governo e a maioria acabarão por as adoptar.

Em suma, temos consciência de que contribuímos activamente para o debate e aprofundamento das propostas em apreciação, apesar de - e a seu tempo o fizemos claramente - entendermos que o melhor método de o fazer seria por via de um trabalho especializado em Comissão e não por aquele que foi aqui assumido.

Outros, de outras bancadas, também o referiram e o resultado final também estamos certos que dentro de alguns meses, senão anos, o tal "coro", a tal maioria, perante a ordem do chefe, vai entender que é a altura de se passar a discutir isto na Comissão.

Lá estaremos para contribuir para esse trabalho.

Portanto, fomos construtivos, tentando aberta e fundamentadamente sustentar as nossas posições, muitas vezes, de divergência.

Lamentamos - e isto temos também que o fazer com bastante mágoa - que não tenha havido uma única sugestão, considerada lógica, pelo Governo e pela maioria ao longo de 25 horas de debate.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Já foi aqui dito e parece-nos importante repetir:

- Isto deve ser objecto de reflexão por todos nós.

Estamos em democracia; num Parlamento democrático.

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Por isso mesmo é que nós não aceitamos as vossas propostas!

O Orador: Oh Sr. Deputado, o bar está fechado!

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Por isso mesmo é que o Sr. Deputado não devia dizer tanta tolice!

Presidente: Sr. Deputado, falta um minuto para terminar a sua intervenção.

O Orador: Não acredito que, em consciência, todos nós que trabalhamos nesta Assembleia, possamos aceitar que não se propôs algo de válido nesta Assembleia durante estas horas, inclusivamente pelos Srs. Deputados da maioria, e o mesmo destino tiveram os contributos dados pelos parceiros sociais e por alguns correlegionários do partido maioritário durante a fase de preparação do Plano.

Este Governo, infelizmente, não tem um mínimo de modéstia para reconhecer que há possibilidade de fazer melhor do que aquilo que ele está fazendo.

Lamentamos isto e fazemos votos para que de futuro haja uma outra abertura, uma outra vivência democrática, para que a própria maioria também, no fundo acreditando em si própria e na sua capacidade, possa receber sugestões que são válidas e que vêm de outras bancadas.

Finalmente, queríamos desejar felicidades ao Governo na utilização deste instrumento, que a partir de agora, bom ou mau, é um instrumento dos Açores, para bem do seu povo.

Secretrário Regional do Equipamento Social (Germano Domingos): Disse coisas vergonhosas!

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça. Tem a tribuna à sua disposição.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo em exercício, Srs. Secretários Regionais:

As minhas primeiras palavras são para dizer a todos V. Exas., e também para que fique gravado nos Diários da Assembleia, que esta declaração

de voto, tal como de resto todas (e foram muitas) as que foram proferidas pelos meus camaradas de bancada ao longo destes debates, são em nome de todo, mas todo o Grupo Parlamentar do Partido Socialista nesta Assembleia Regional.

Rejeitamos "in limine" qualquer tentativa de divisão, venha de onde vier!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Alguns momentos importantes da vida parlamentar açoriana se viveram ao longo destes dias na sede do primeiro órgão de Governo próprio desta Região.

Acabou a Assembleia Regional dos Açores de votar o Plano e Orçamento para 1988, documentos que em nosso entender constituem os alicerces da arquitectura orgânico-funcional de toda a nossa comunidade, não fossem a sua filosofia e as suas directrizes os ditames de um todo que, uma vez decomposto, constitui uma parte da vida de todos nós, ainda que "lato sensu".

Não teria cabimento, no contexto em que agora usamos da palavra, fazer uma análise descritiva e adjectiva dos documentos ora discutidos e aprovados, tão só pela maioria parlamentar que ainda apoia o Governo PPD/PSD, dirigido pelo Dr. Mota Amaral, porquanto tudo isso e muito mais foi dito quase até à exaustão, quer na breve discussão que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista encetou na generalidade, quer sobretudo nos sucessivos debates que ocorreram ao longo da especialidade.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou contra, na generalidade, os dois documentos em apreço, fundamentalmente pelas seguintes razões:

1. O Plano Regional para 1988 insere-se, de facto, no Plano de Médio Prazo 85/88, e também neste o PS assumiu a mesma posição, o que em síntese só demonstra a nossa coerência política e consequência de decisão.

Com este Plano, porque decorrente daquele Plano de Médio Prazo, na sua componente de desenvolvimento regional e considerando os resultados obtidos em sectores fundamentais da estrutura macro-económica dos Açores, bem como o grau de execução atingido em tais sectores, de resto, de todos nós bem conhecidos, sobretudo nos três últimos Planos Anuais, perante a realidade da sociedade açoriana, e a sua premente necessidade de uma mudança estrutural, fica agora a Região dotada de mais um instrumento de política que, quando todos esperavam, respeitando embora as linhas gerais do já citado PMP/85/88, que algo de diferente pudesse surgir nas condições de vida deste Povo, tudo ficará como dantes.

3. Assiste-se a uma sistemática e persistente política de betão e de ferro, como fontes de

surgimento das infraestruturas, que sendo algumas ainda prioritárias nem ao menos se respeitam prioridades fundamentais para o equilíbrio duma sociedade e muito menos se tem em atenção o desenvolvimento integrado e harmónico de todas as ilhas da Região.

4. Não sendo o Plano Regional do Partido Socialista, não nos vincula qualquer tipo de dever para com aquilo que não fomos nem somos ouvidos nem achados e que estruturalmente pensamos colidir com os mais elementares princípios que deveriam recair na base de elaboração e articulação de um documento que, inquestionavelmente, devia ser uma peça do ordenamento político regional, com melhores métodos e maior credibilidade.

5. Finalmente votamos contra este Plano na generalidade porque nos negaremos sempre e em qualquer local, muito menos no Parlamento dos Açores, a dar o nosso aval a um documento que, a ser bem aceite, teria como fórum adequado, a vida pública ou as sedes naturais ou ocasionais, do PPD, e afim, seria um "mau" instrumento de campanha eleitoral.

Tal como já sobejamente foi trazido à cola pela primeira vez se discutiu e votou na especialidade o Plano, na sua componente de Programas e Projectos.

A insolência da maioria radicou-se a tal ponto de nem uma das muitas propostas de alteração apresentadas pelo Partido Socialista aceitar, reconhecendo embora em algumas intervenções da sua bancada que algumas das alterações apresentadas pelo nosso Grupo Parlamentar constituiriam factores básicos elementares para correcção de graves distorções existentes e que persistirão na sociedade açoriana.

Foi uma vez mais o império da força a sobrepor-se à vontade da razão.

Razão e vontade que, tivesse o Povo dos Açores, na sua generalidade, assimilação de corpo inteiro com total isenção de todo o tipo de coacção a que está sujeito, e seria o justo julgador desta causa.

Mas o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, assume-se com postura e dignidade pela diferença, e agora fica mais uma vez demonstrado que não é um grupo de características clubísticas ou emblemáticas, como muitos pretendem fazer crer.

O debate em torno do planeamento regional para 1988 demonstrou ainda claramente, que, em oposição ao Governo, existe um único projecto global e coerente, o que é protagonizado pelo Partido Socialista. Demonstrou ainda mais, que os restantes partidos da oposição, nomeadamente o PCP, não têm projecto, limitando-se a representação parlamentar comunista, nesta Assembleia, a repetir sistematicamente o PS - a copiá-lo

mesmo - na procura de suprir a sua inadaptação à temática açoriana.

Deputado José Decq Mota (PCP): Não apoiado!

O Orador: E aqui, uma vez mais, se assumiu o Partido Socialista perante o Povo dos Açores, no contexto dos diplomas em causa, votando favoravelmente muitos, mas muitos, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, Programas emanados, com a legitimidade que lhe é reconhecida, do Governo Regional e assim, respeitando a democracia e a forma em que deve a mesma ser exercida num fórum parlamentar, em total oposição com o PPD/PSD que aprovou os princípios gerais da metodologia da discussão dos documentos tão só por imperativo constitucional, mas se recusou a aceitar a sua articulação e normal funcionamento na acção.

Finalmente, o nosso voto foi de igual sentido em relação ao Orçamento, o que de resto não poderia ser de outra forma dado que este é a expressão financeira do Plano e tendo em atenção tudo o que ao longo dos debates foi dito e aquilo que, sumariamente conseguimos expressar nesta declaração de voto. Uma vez mais continuamos coerentes. Acresce ainda se outras razões não existissem, e elas abundam, que aprovar um orçamento no qual a previsão das receitas e, inclusivamente, o próprio cálculo de algumas, se torna manifestamente um acto falacioso, tudo acrescido de se recorrer já ao crédito sem esgotar todas as fontes de financiamento interno, o que "in sine", a dar-se um aval a um documento desta natureza, seria dar um cheque em branco a este Governo, no que peremptoriamente nos negamos a participar.

Disse. Muito obrigado.

(Aplausos e vozes do PS: Muito bem! Muito bem!)

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Durante os últimos dias a Assembleia Regional debateu e aprovou as propostas de Orçamento e Plano para 1988, oportunamente apresentadas pelo Governo Regional.

Teve o debate a particularidade de se desenvolver com grande minúcia, dando aso a que todas as posições, as mais diversas, relativamente a estes documentos, quer tomadas no seu todo, quer nos seus aspectos parcelares, emergissem, manifestando-se assim perante a Câmara e a opinião pública a perspectiva de cada agrupamento político face aos problemas e às grandes questões de ordem política, social, económica e cultural, que constituem, elas próprias, o cerne dos documentos acabados de votar e que consagram a orien-

tação que se pretende imprimir à nossa vida colectiva, com vista à melhoria das condições de vida do destinatário único do nosso trabalho e das nossas preocupações - o povo dos Açores, que nos elegeu e que aqui legitimamente representamos, procurando interpretar da melhor forma e da mais honrada maneira o mandato que nos foi confiado.

Ao longo do debate o Governo e o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata foram dando conta das suas posições relativamente a cada um dos sectores da actividade governativa, os partidos da oposição foram, por sua vez, apresentando as suas propostas de alteração aos documentos apresentados pelo Governo. Debateram-se posições. Fizeram-se perguntas. Pediram-se esclarecimentos. As perguntas e aos esclarecimentos pedidos o Governo respondeu, justificou com detalhe as suas opções, fundamentou a razão de ser das prioridades assumidas.

Há que reconhecer, ao contrário do que pretendem alguns, que ninguém, que o queira ter feito, deixou de intervir neste debate, de pedir esclarecimentos, de formular perguntas.

Deputado José Decq Mota (PCP): Ninguém disse isso!

O Orador: Houve oportunidade de, com clareza, e sem subterfúgios firmar pontos de vista e defender ideias.

Não fizeram, porém, vencimento as propostas apresentadas pelos partidos da oposição, porquanto delas não se extrafu, quer a fundamentação clara e inequívoca de que as alternativas apresentadas melhor resposta dariam às necessidades de investimento em cada um dos programas, quer porque não fundamentam as soluções apontadas como melhor garante dos princípios da solidariedade e da justiça social, não perspectivando efeitos futuros que facilmente se sacrificariam aos efeitos imediatos.

(Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!)

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Não apoiado!

O Orador: Os documentos ora aprovados relevam dos compromissos, aqui apresentados pelo Governo Regional, contidos no seu Programa de Governo e o Plano de Médio Prazo 1985/1988, um e outro aprovado e legitimado pela vontade maioritária desta Casa, na observância da mais estrita prática democrática, que tem sido regra básica do nosso trabalho.

Não podiam, pois, o Orçamento e o Plano para 1988, postergar, esquecer ou inviezar os princípios expressos nos documentos a que antes me referi. Estes são a sua consequência, são a sua consecução anual.

São documentos políticos.

São a resposta às necessidades de desenvolvimento da nossa Região. São a resposta aos anseios de afirmação das nossas comunidades.

As opções nesse sentido são claras e perfeitamente definidas nesses documentos. Pretende-se:

- Consolidar a base económica regional;
- Realizar o aproveitamento dos recursos humanos;
- Adaptar a economia regional com vista à integração europeia.

E não temos qualquer dúvida de que estas opções são correctas e perspectivadas de modo adequado às necessidades da Região, na procura sempre renovada de fazer crescer o todo regional, atendendo às maiores carências e necessidades, numa afirmação de solidariedade que tem sido pedra de toque da actuação do Partido Social Democrata.

Recusamos a visão pessimista dos que tudo vêm errado, mal concebido e sem eficácia.

Recusamos igualmente o sentido de frustração dos amargurados e ressentidos que ainda se não encontraram a si próprios e procuram encobrir as suas próprias incapacidades.

Recusamos também aceitar a "blague" e o dilettantismo do discurso na constante procura de amesquinhar para sobressair.

(Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!)

A experiência de onze anos dá-nos a certeza de que ao votar estes documentos tal como propostos pelo Governo Regional, estamos a escolher o caminho certo.

As realizações, sejam elas quais forem, a ficam a atestar a justeza da nossa posição e são o garante de que o apoio ao Governo que hoje aqui expressámos, se há-de concretizar em eficácia governativa, há-de ser a concretização da acção que o Governo Regional se propõe realizar no próximo ano.

O nosso voto favorável ao Orçamento e Plano para 1988 é o nosso voto de confiança no Governo que apoiamos e que estamos convictos de que com ele se assegura o caminho de progresso que ao longo destes anos temos vindo a viver, a experimentar e construir na nossa terra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Não apoiado!

(Aplausos do PSD e do Governo)

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Chegámos ao fim da aprovação do Orçamento e do Plano para 1988. Fica cometida à Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros a redacção do decreto legislativo regional e seus anexos, dentro dos prazos estabelecidos.

Passamos, de seguida, ao ponto 2. da nossa Ordem do Dia, ou seja, aos pedidos de urgência e dispensa de exame em Comissão para as seguintes iniciativas legislativas:

- Proposta de Resolução sobre "Revisão do Orçamento e Plano para 1987".

Na discussão desta proposta, bem como nas que se seguem, seguiremos a disciplina constante do artigo 147º do Regimento.

Está à discussão o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão sobre esta proposta de resolução.

Não havendo intervenções, vamos votar.

os Srs. Deputados que concordam com o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão façam o favor de permanecer como se encontram.

Secretário: Foi aprovado por unanimidade.

Presidente: - **Proposta de Resolução, apresentada pelo PSD, propondo que seja constituída uma Comissão Eventual para apreciar os projectos de revisão constitucional que deram entrada na Assembleia da República, a fim de elaborar um parecer - contributo desta Assembleia Regional no que respeita ao Título VI da Constituição e preceitos conexos.**

Está à discussão o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão desta proposta de resolução.

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com a urgência e dispensa de exame em Comissão façam o favor de permanecer como se encontram.

Secretário: Foi aprovada por unanimidade.

Presidente: - **Proposta de Resolução apresentada pelo Sr. Deputado Jorge do Nascimento Cabral (PSD) que visa "recomendar ao Governo Regional dos Açores que, através da Secretaria Regional da Educação e Cultura, faça distribuir pelas Escolas dos Ensinos Preparatório, Secundário e Universitário, os elementos sobre as novas teses de factos da História dos Descobrimentos em geral, e dos Descobrimentos Portugueses em especial".**

Está à discussão o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão sobre esta proposta.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não queria fazer qualquer juízo de valor sobre a proposta subscrita pelo Sr. Deputado Jorge Cabral, mas apenas manifestar esta opinião:

- O assunto que é visado naquela proposta, por toda a credibilidade que possa merecer e por todo o interesse que possa ter, penso que não dispensa um exame em Comissão e nem sequer tem uma urgência que possa parecer muito grande.

Em Janeiro esta Assembleia poderá estar habilitada a pronunciar-se sobre a questão posta, tendo antes a Comissão competente visto em concreto o assunto e avaliado da justeza ou não dessa medida ser tomada.

Não me vou pronunciar sobre o assunto em

si, mas penso que o mesmo exige esta metodologia, porque senão qualquer dia estamos aqui a considerar tudo urgente, mesmo aquilo que deve ser ponderado de forma atenta.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César para uma intervenção sobre este assunto.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Como o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem muitas dúvidas sobre este pedido de urgência e não gostaria de cometer a leviandade de o votar a despropósito, eu pedia ao Sr. Deputado Jorge Cabral que procurasse fundamentá-lo.

Presidente: O Sr. Deputado Carlos César faz um pedido ao Sr. Deputado Jorge Cabral, o qual está na Mesa e não é obrigado a corresponder ao mesmo. Todavia, se o Sr. Deputado Jorge Cabral desejar satisfazer o pedido formulado, pode ocupar o seu lugar na bancada do seu partido e será substituído por alguém que a direcção do Grupo Parlamentar do PSD indique.

(Afirmativa inaudível do Sr. Deputado Jorge Cabral)

(Pausa)

(Neste momento o Sr. Deputado António Silveira substituiu o Sr. Deputado Jorge Cabral nas funções de Secretário da Mesa)

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional em exercício, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Carlos César:

Na Sessão Legislativa de Setembro fiz uma intervenção sobre esta matéria, onde justifiquei, ponto por ponto, a necessidade que havia de avançar com uma proposta de resolução neste sentido.

Deputado Carlos César (PS): Por que é que não a fez naquela altura?

O Orador: Se bem se recorda (e eu não queria fazer com que V. Exas. perdessem muito tempo sobre esta matéria), eu referi que ainda não há muito tempo num concurso feito por uma empresa pública, numa das provas de cultura geral e de tradução de inglês para português de meia dúzia de frases, havia uma referência à Pedra de Dighton (em inglês "Dighton Rock"), ao mone de Miguel Corte Real e à data de 1511. Recordo o que disse então em Setembro: que a tradução feita por pessoas do 11º ano de escolaridade fora a de que "o estilo musical "Rock" foi introduzido nos Estados Unidos da América, em 1511, por Miguel Corte Real".

Tem sido também frequente ver junto das camadas estudantis alguma ignorância sobre esta matéria

da expansão portuguesa no Atlântico Norte e nomeadamente da chegada dos europeus ao Continente Americano.

O pedido de urgência é apresentado no sentido de dar tempo ao Governo Regional dos Açores, nomeadamente à Secretaria Regional da Educação e Cultura, para, no mais curto prazo possível, reunir e distribuir, pelas Escolas dos Ensinos Preparatório, Secundário e Universitário, os elementos sobre as novas teses, que foram publicadas recentemente, sobre a expansão portuguesa e europeia no Atlântico Norte e a chegada dos europeus ao Continente Norte Americano.

É esta, Sr. Deputado Carlos César, a justificação que tenho a dar neste momento sobre a necessidade de ser aprovado este pedido de urgência: habilitar o Governo a que, no mais curto espaço de tempo possível, faça distribuir pelas escolas as novas teorias que foram recentemente tornadas públicas - como em Setembro passado tive ocasião de expôr na tribuna desta Assembleia.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo em exercício, Srs. Membros do Governo:

A nossa posição relativamente a este pedido era no sentido de não visionarmos fundamentos para o pedido de urgência - isso sem (também queremos dizê-lo) qualquer avaliação quanto ao conteúdo da matéria.

Agora, e face às explicações aqui apresentadas pelo Sr. Deputado proponente, permitia-me referir que entendemos bem a necessidade de dar tempo, mas sim a esta Assembleia e não ao Governo. Portanto, esse princípio de "dar tempo" para pensar e para preparar, julgamos que deve ser primeiro atribuído a nós próprios, nomeadamente à Comissão competente para relatar a matéria.

Além disso, temos o privilégio de ter aqui presente - e ainda atento, o que não é fácil! - o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, apesar da hora!...

(Risos do PCP e PS)

O Orador: ...E, como ele está atento, estou certo que o assunto está bem entregue e que, a partir deste momento, a Secretaria vai pensar no mesmo, bem como a Comissão competente desta Assembleia.

Obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Carlos César não pode usar mais da palavra, porque estamos a seguir o "processo de urgência".

Deputado Carlos César: Como?

Presidente: Sr. Deputado Carlos César, o que diz o nº 3 do artigo 147º (Deliberação da

urgência) do Regimento é que "a Assembleia deliberará após debate, em que terão o direito de intervir apenas um dos requerentes e um representante de cada partido, por período não superior a 15 minutos cada um". Portanto, penso que não posso conceder a palavra nem ao Sr. Deputado Carlos César nem ao Sr. Deputado José Manuel Bettencourt.

O Sr. Deputado quer interpelar a Mesa? - É o recurso final.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, eu não quero (por precaução) questionar a condução dos trabalhos...

Presidente: Seria bom!

(Risos da Câmara)

Deputado Carlos César (PS): ...tenho que confessar isso à partida. Em todo o caso, se eu tenho o direito de interpelar; também tive o direito de pedir um esclarecimento, que foi o que se tratou, e tenho agora - julgo eu - o direito de intervir uma única vez, que é aquilo que pretendo fazer agora.

Presidente: O Sr. Deputado fez uma intervenção.

O Orador: Não. Fiz um pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado Jorge Cabral. Solicitei ao Sr. Deputado Jorge Cabral que procedesse à apresentação do pedido de urgência e que o fundamentasse.

Presidente: É a interpretação do Sr. Deputado...

O Orador: Portanto, fiz um pedido de esclarecimento; agora uma interpelação e finalmente queria fazer uma intervenção.

Presidente: Se o Senhor deseja intervir sobre este problema histórico...

(Risos da Câmara)

O Orador: Não...

Presidente: Tem a palavra Sr. Deputado.

O Orador: ...aliás, de certa forma, era dispensável, porque eu agora limito-me a dizer aquilo que já disse o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro e o que de certa forma nos confirmaram os esclarecimentos prestados pelo Sr. Deputado Jorge Cabral é de que, independentemente da acuidade da sua proposta e do seu conteúdo, não se justifica de forma nenhuma o processo de urgência que lhe está associado.

Presidente: O Sr. Deputado Jorge Cabral pede a palavra para?

Deputado Jorge Cabral (PSD): Era para dar um esclarecimento no sentido de evitar o prolongamento da discussão.

Presidente: O Sr. Deputado talvez pudesse fazer uma intervenção, porque esteve a prestar um esclarecimento há pouco.

(Risos da Câmara)

Deputado Jorge Cabral (PSD): Fica ao critério de V. Exa..

Presidente: Tem a palavra para uma breve intervenção.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional em exercício, Srs. Membros do Governo:

Quando - e isto é só para quem entende que há muita seriedade na apresentação desta proposta - apresentei esta proposta à Assembleia Regional dos Açores estava longe de imaginar que uma coisa tão simples pudesse criar tanta polémica e tanto desaguado em termos processuais.

Nunca pensei, Sr. Presidente e Srs. Deputados, para quem tem um mínimo conhecimento do que se está a passar ultimamente nas revelações e nas teorias à volta da carta náutica de 1424 e outras teorias sobre o descobrimento das Antilhas e sobre a "Pedra de Dighton" e outras coisa que nós vamos vendo e vamos acompanhando com algum interesse, que isto motivasse grande especulação sobre o assunto.

Confesso que a intenção da proposta ser objecto de uma urgência e de uma dispensa de exame em Comissão era apenas para facilitar, digamos, e para evitar que uma Comissão Parlamentar da Assembleia Regional dos Açores tivesse que (eu não queria dizer isto, mas vou dizer) aprender o que já é praticamente do conhecimento de toda a gente que se interessa por esta matéria.

Não faço questão, Sr. Presidente e Srs. Deputados, de exigir ou de fazer finca-pé numa exigência duma dispensa de exame em Comissão.

É óbvio que retirarei este pedido (que entreguei na Mesa) de urgência e dispensa de exame em Comissão, porque, afinal, coisas tão importantes da nossa actualidade, como a expansão europeia no Atlântico Norte e nomeadamente a chegada dos portugueses às costas americanas, parece que não têm o consenso generalizado.

Muito obrigado.

Presidente: Isto agora levanta aqui um problema de facto complicado, porque o Sr. Deputado Jorge do Nascimento Cabral assina um ofício dirigido ao Sr. Presidente da Assembleia, pedindo a urgência e dispensa de exame em Comissão da sua Proposta de Resolução.

O Sr. Deputado Jorge Cruz pede a palavra para?

Deputado Jorge Cruz (PSD): É para uma interpretação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Jorge Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É só para dizer que a intervenção do Sr. Deputado Jorge Cabral não prejudica a votação da proposta entregue na Mesa.

É nesse sentido que eu interpelo o Sr. Presi-

dente.

Presidente: Muito bem. Se bem interpreto o Regimento, só quem pode intervir é o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Fui o primeiro, Sr. Presidente!...

Presidente: Então, mais ninguém pode intervir. Portanto, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da proposta em apreço façam o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se absteve também se pode sentar.

Secretário: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi rejeitado com 15 votos do PSD, 10 do PS, 2 do CDS e 1 do PCP contra; registou um voto a favor do PSD e registou igualmente 1 abstenção do PSD.

Presidente: A proposta baixa à Comissão dos Assuntos Sociais para parecer dentro dos prazos legais.

Portanto, não será agendada para amanhã, como inicialmente havíamos previsto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cabral para uma declaração de voto.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional em exercício, Srs. Membros do Governo:

Uma brevíssima declaração de voto:

-Votei a favor deste pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão porque estou convencido que esse era o caminho mais correcto para permitir rapidamente ao Governo preparar material para distribuir pelas Escolas dos Ensinos Preparatório, Secundário e Universitário.

Deixem-me, porém, dizer, para que fique registado para a história (parafrazeando um camarada desta Câmara) que nunca imaginei que uma simples pedra - a de "Dighton" - e uma tese sobre as Antilhas como pertencentes à Terra Nova e à Nova Escócia, pudessem causar um grande sururu nesta Câmara.

Lamento, mas fica registado para a história que, por causa de uma pedra e por causa de uma teoria, houve este barulho todo.

Muito obrigado.

Presidente: Não há mais declarações de voto.

Pedia aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares e aos Representantes dos outros dois partidos que chegassem aqui junto à Mesa para agendarmos os trabalhos de amanhã.

(Pausa)

Srs. Deputados, iniciaremos os nossos trabalhos de amanhã pelas 10,00 horas, com a seguinte Ordem

do Dia:

1. Continuação da discussão da Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Estatuto da SATA AIR AÇORES -Serviço Açoriano de Transportes Aéreos, E.P.".

2. Proposta de Resolução sobre "Revisão do Orçamento e Plano para 1987".

3. Proposta de Resolução, apresentada pelo PSD, propondo que seja constituída uma Comissão Eventual para apreciar os projectos de revisão constitucional que deram entrada na Assembleia da República, a fim de elaborar um parecer-contributo desta Assembleia Regional no que respeita ao Título VI da Constituição e preceitos conexos.

4. Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Serviços Sociais da Universidade dos Açores".

5. Proposta de Resolução sobre "Apoio e empenhamento do Governo Regional junto dos órgãos nacionais de tutela da RDP/Açores para que o Centro Regional seja dotado dos meios financeiros indispensáveis ao prolongamento da sua emissão para 24 horas".

6. Veto ao Decreto Legislativo Regional nº 30/86. (Taxas Seguradoras).

Estão encerrados os nossos trabalhos.

Muito boa noite e até amanhã.

(Eram 00,25 horas)

(Deputados que entraram durante a Sessão: PSD - João Vasco Paiva, Mário Freitas, Manuel Valadão; PS - Carlos César, Francisco Sousa, Simas Santos).

(Deputados que faltaram à Sessão: PSD - Álvaro Monjardino, Gabriela Silva, Helder Cunha, João Bernardo Rodrigues, Manuel Melo, Natalino Viveiros, Reis Leite; PS - João Sousa Braga, Paulo Teixeira).

Os Redactores de 1ª e 2ª classe: Idília Maria da Costa Macedo Cardoso e José Maria Dutra da Silva.